



**Lucia Maria de Baère Naegli**

**Da Casa de Farinha à roda gigante: a produção do espaço e a reprodução do capital na Fazenda Cantagalo, município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. João Rua

Rio de Janeiro  
Setembro de 2019



**Lucia Maria de Baère Naegeli**

**Da Casa de Farinha à roda gigante: a produção do espaço e a reprodução do capital na Fazenda Cantagalo, município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio. Submetida à avaliação da comissão examinadora abaixo.

**Prof. João Rua**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Sandra Lencioni**

USP

**Prof. Luciano Ximenes Aragão**

Departamento de Geografia –UERJ/FEBF

**Prof. Regina Maria Piquet Carneiro Petrus**

UFRJ

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Lucia Maria de Baère Naegeli**

Graduou-se em Geografia (Bacharelado) em agosto de 1977 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Obteve o título de Licenciada em Geografia em dezembro de 1988 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu o Curso de Especialização em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em novembro de 1991. Concluiu o Curso de Especialização em Educação – Currículo e Prática Educativa – Pós Graduação Lato Sensu ministrado pelo Departamento de Educação administrado pela Coordenação Central de Extensão da Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio em maio de 2003. Atualmente é professora do Colégio Pedro II onde ministra aulas para o Ensino Médio, Ensino Técnico e Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar e de dedica ao estudo das relações urbano-rurais e produção do espaço.

#### Ficha Catalográfica

Naegeli, Lucia Maria de Baère

Da Casa de Farinha à roda gigante: a produção do espaço e a reprodução do capital na Fazenda Cantagalo, município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro / Lucia Maria de Baère Naegeli ; orientador: João Rua. – 2019.

160 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Produção do espaço. 3. Reprodução do capital. 4. Mercantilização do espaço. 5. Trabalho de campo. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

A Maria do Carmo Corrêa Galvão, grande mestre e amiga querida, atendendo ao seu pedido de um dia realizar essa pesquisa. Parecia que estava ali, ao meu lado, nos trabalhos de campo, batendo aceleradamente as pequenas pálpebras e apertando os lábios, como fazia quando descobria algo novo a investigar.

Aos moradores da Fazenda Cantagalo, que dividiram comigo suas histórias, suas lutas, suas vidas, e também àqueles que estão nas estradas desse país.

## Agradecimentos

A João Rua, que me concedeu o privilégio de ser sua orientanda, tutor do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais – URAIS - do qual participo. Meus olhos, quando perdida, indicando sempre o melhor caminho, movimentando-se muito à vontade nesse Espaço tão complicado e fascinante que nós, geógrafos, escolhemos para estudar, ao mesmo tempo em que nos dá autonomia na tomada de decisão e ensina, com uma alegria incomparável, a dar asas a nossos desejos e nossas paixões.

A meu filho Carlos Henrique Naegeli Gondim que, aos sete anos, chorou para participar de uma manifestação no Palácio Guanabara porque até então nunca havia visto um posseiro. Hoje, advogado, preocupado com a população mais desassistida desse país, apresentou-me o Laudo Pericial da Fazenda Cantagalo, da qual ouvia falar há tanto tempo. A partir daí foi um grande estimulador da minha pesquisa. À Ana Carolina, Rodrigo, Juliana e Natália, meus filhos e noras, Marta de Senna, Sofia de Sousa Silva e Maria Amália de Almeida Magalhães pela paciência, compreensão, suporte técnico, estímulo e carinho nas horas de insegurança ou de poucos humores.

Ao amigo Hilton Silva Júnior que fez uma leitura atenta do meu trabalho, valorizando o que eu havia deixado escapar.

Aos professores Luciano Ximenes, Sandra Lencioni e José Borzacchiello que me ajudaram, com suas sugestões, a elaborar e dar concretude a meu projeto.

Às professoras que participaram da banca do meu Exame de Qualificação, Sandra Lencioni e Regina Petrus, por todas as boas ideias, críticas, sugestões e orientação, que, juntamente com João Rua, foram trazidas à tona naquele momento.

Aos professores do Departamento de Geografia da PUC-Rio pelas aulas instigantes e de qualidade que ajudaram a ampliar minha visão e meu encanto por essa disciplina.

Aos participantes do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais, da PUC-Rio, os URAIS, com quem sempre podemos partilhar os momentos de insegurança e inquietude, assim como boas leituras. A Bernardo Águeda, especialmente, indo à minha frente, como balizador, durante as etapas da dissertação.

Aos meus colegas do Mestrado e Doutorado da PUC-Rio que, com sua experiência diversificada e compromisso com a Geografia tornaram as discussões em aula bastante produtivas.

Aos amigos Marcus Vinicius Gomes, Cristiane Adiala, Adérito Pimenta, Cláudio de Almeida Magalhães, Faber Paganoto, Érica Cruz, Esther Kuperman e Leonardo Oliveira pelo suporte técnico, acadêmico, empréstimos de livros, dedicação e carinho nos momentos difíceis.

Aos meus companheiros de trabalho no Campus São Cristóvão III do Laboratório de Ensino de Geografia e Pensamento Espacial - LENpGEO , do Curso de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, do Colégio Pedro II e da Associação de Docentes do Colégio Pedro II que conviveram comigo, me animaram, me estimularam e me abraçaram durante todo o percurso dessa pesquisa.

Ao Departamento de Geografia e à Reitoria do Colégio Pedro II que viabilizaram uma licença de dez meses que me proporcionou intensificar meus estudos e trabalhos de campo durante esse período.

A Nicolao Dino que me disponibilizou o trabalho do antropólogo Roberto Malighetti.

À FAPERJ, Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, que, através do Prof. João Rua, deu suporte financeiro a um dos meus trabalhos em campo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## Resumo

Naegeli, Lucia Maria de Baère; Rua, João. **Da Casa de Farinha à roda gigante: a produção do espaço e a reprodução do capital na Fazenda Cantagalo, município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2019. 160p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é compreender as transformações do espaço através de sua mercantilização numa fazenda, ocupada por posseiros e em processo de desapropriação para ser transformada em assentamento. Essas transformações espaciais serão analisadas em momentos distintos, ou seja, a produção social ao longo do processo histórico num período de cerca de 100 anos. Algumas questões foram desenvolvidas ao longo do trabalho no sentido de perceber a alteração da organização do espaço da Fazenda e sua relação com a lógica da expansão urbana nas várias escalas, global, nacional e local; a forma como a lógica de uso da terra rural e urbana se expressa no espaço; o modo como as novas funções do espaço contribuem para sua reorganização. Um dos métodos de investigação nessa pesquisa foi a descrição, vendo esse método como elemento fundamental da análise geográfica no sentido de perceber a realidade como uma totalidade complexa à medida em que se misturam variáveis novas formando um todo mais intrincado em que os fenômenos se inter-relacionam. Outro método de investigação nessa pesquisa foi o método materialista histórico e dialético que conduziu para a compreensão do espaço como um produto histórico e social no qual uma sociedade, em um determinado momento histórico e das relações econômicas e sociais de produção interage com ele. O procedimento mais importante para a realização desse estudo é o trabalho de campo que foi relatado em detalhes nessa pesquisa, apontando sua importância e desafios. Os inquéritos e entrevistas feitos com os moradores da Fazenda Cantagalo contou com a riqueza de narrativas de onze moradores antigos cuja memória do passado no presente permitiu compreender melhor esse espaço. Todos os resultados obtidos foram dispostos numa matriz espaço-tempo e utilizada, ao longo do trabalho, para pensar sobre as diferentes maneiras com que os elementos especificados na matriz: terra, sujeitos sociais, trabalho, produção, natureza, Estado, organização e lutas se relacionam e tensionam contribuindo para a compreensão da produção do espaço da Fazenda Cantagalo.

## Palavras-chave

Produção do espaço; reprodução do capital; mercantilização do espaço; trabalho de campo.

## Abstract

Naegeli, Lucia Maria de Baère; Rua, João. (Advisor). **From the flour mill to the ferris wheel: space production and the reproduction of capital at Fazenda Cantagalo in the Municipality of Rio das Ostras, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2019. 160p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims at understanding the space transformations by means its commodification, based on the study of a farm, in a rural area at first occupied by squatters and currently undergoing a process of expropriation, so that it is transformed into a settlement. These spatial transformations will be analysed in different moments, which encompass the examination of social production along the historical process during a period of approximately 100 years. Throughout the research, the focus was the change of the organisation of Cantagalo Farm space and its relation with the logic of urban expansion in various scales: global, national and local; the way in which the logic of the use of rural land is expressed in space; the way the new space functions contribute to its reorganisation. One of the methods of investigation in this research was description, understood as a fundamental element of geographical analysis, as it allows the perception of reality as a complex totality, in as much as new variables are added, giving shape to a more intricate whole in which the phenomena are interrelated. Another investigation method used was Dialectical and Historical Materialism, which lead to the understanding of space as a historical and social product in which a society, at a given historical moment, and from given economic and social relations of production, interacts with that space. The most important procedure for the fulfilment of this study was the fieldwork, whose details reported in the dissertation demonstrate its importance and the challenges faced along the process. The enquiries and interviews made with the inhabitants of Cantagalo Farm were enriched by the reports of 11 old dwellers, whose current memory of the past enabled a better understanding of this space. All the obtained results were disposed in a space-time matrix, used, throughout the research, as an operational procedure for reflection about the different manners in which the elements specified in the matrix (land, social subjects, work, production, nature, State, organisation and struggles) are interrelated and wound up, contributing to the understanding of the production of space in Cantagalo Farm.

## Keywords

Space production; reproduction of capital; space commodification; field work investigation.

## Sumário

Introdução .....	11
1. Buscando a porta de entrada e puxando a entrevista pelo fio da vida: a descrição da Fazenda Cantagalo e considerações sobre o trabalho de campo.....	20
2. A sociedade em movimento .....	38
3. A mercantilização do espaço.....	60
3.1. A mercantilização da natureza .....	65
3.2. A mercantilização da terra .....	69
3.3. Mercantilização do trabalho: os sujeitos sociais na Fazenda Cantagalo.....	98
3.4. Mercantilização da vida cotidiana .....	111
4. A Fazenda Cantagalo no tempo e no espaço: considerações finais .....	127
5. Referências bibliográficas .....	137
Anexo 1 – Matriz Espaço-Tempo – Terra.....	146
Anexo 2 – Matriz Espaço-Tempo – Sujeitos Sociais/ Relações de Trabalho .....	147
Anexo 3 – Matriz Espaço-Tempo – Produção .....	148
Anexo 4 – Matriz Espaço-Tempo – Natureza.....	149
Anexo 5 – Matriz Espaço-Tempo – Infraestrutura/Estado .....	150
Anexo 6 – Matriz Espaço-Tempo – Organização/Resistência/Conflitos.....	151
Anexo 7 – PA Cantagalo – Planta de Parcelamento .....	152
Anexo 8 – Exemplo de inquérito aplicado em 1985 .....	154
Anexo 10 – uma das plantas antigas da Fazenda Cantagalo .....	157
Anexo 11 – Confrontação feita pelo INCRA com as plantas de 1891 e 1947 que originou a planta INCRA – 1987 .....	158
Anexo 12 – Planta da Fazenda Cantagalo destacando duas áreas remanescentes e contíguas à área desapropriada.....	159
Anexo 13 – Contorno da Fazenda Cantagalo (parte desapropriada) desenhado sobre a carta topográfica – Folha Macaé.....	160

## Lista de Figuras

Figura 1: Mapa do Rio de Janeiro, em destaque o município de Rio das Ostras.....	21
Figura 2: Mapa do município de Rio das Ostras e os municípios limítrofes .	22
Figura 3: Localização e situação da Fazenda Cantagalo .....	23
Figura 4: Localização e situação da Fazenda Cantagalo .....	23
Figura 5: Exemplo dos cartogramas consultados no – IBGE .....	25
Figura 6: Mosaico da Sequência Histórica Aerofotográfica – Secretaria Municipal de Planejamento - Rio das Ostras - vários anos .....	25
Figura 7: Partes da planta da Fazenda Cantagalo, 1891 .....	29
Figura 8: Partes da planta da Fazenda Cantagalo, 1891 .....	29
Figura 9: D. Lucy, antiga moradora da Fazenda Cantagalo .....	37
Figura 10: Detalhe da cartilha distribuída pela FETAG, 1976 .....	44
Figura 11: Eixos de maior densidade de Urbanidades.....	51
Figura 12: Crescimento Populacional dos Municípios Limítrofes a Macaé no Período 2000–2007 .....	55
Figura 13: Toboágua no Sítio Rancho da Pedra, Rio das Ostras.....	67
Figura 14: Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras – ZEN.....	67
Figura 15: Serra do Frade, Macaé .....	76
Figura 16: Casa de Farinha desativada .....	82
Figura 18: Madeireira – Praça de Cantagalo.....	90
Figura 17: A grande loja de material de construção do bairro .....	90
Figura 19: Georreferenciamento dos imóveis pelo Sistema de Gestão Fundiária .....	94
Figura 20: Clube Verde.....	95
Figura 22: Feira de domingo na Praça Cantagalo.....	115
Figura 24: Rally no Sítio Rancho da Pedra .....	122
Figura 23: Rally no Sítio Rancho da Pedra .....	122
Figura 25: Circuito Eco Rural – cartaz.....	123
Figura 26: Uma das casas de veraneio do bairro .....	125

## Introdução

Comecei a ter contato com a questão fundiária na década de 1970 através das aulas das professoras Maria do Carmo Galvão e Bertha Becker, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Naquela época, os estudos geográficos que tratavam dessa temática privilegiavam a análise espacial das relações entre agricultura e desenvolvimento no Brasil, a penetração do capital de origem urbana no campo que se expressava, sobretudo, na expansão da fronteira agrícola da Amazônia.

A velocidade com que se dava a apropriação e a produção do espaço pelo capital privado contava com o apoio do Estado, através de subsídios, financiamentos, implantação de infraestrutura e equipamento urbano, contribuindo para a valorização diferencial do espaço e permitindo que os ocupantes tradicionais das terras fossem deslocados, expropriados ou reduzidos à condição de reserva de mão de obra.

Nessa época, eu trabalhava num projeto inserido numa das linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Departamento de Geografia e a Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tinha como preocupação central o estudo do espaço agrário brasileiro, suas articulações com a economia urbano-industrial, a compreensão e análise dos efeitos do crescimento econômico do país sobre esse espaço, e o trabalho empírico se realizava no Estado do Rio de Janeiro. Então, acompanhando os estudos desenvolvidos na fronteira agrícola da Amazônia, eu me perguntava se numa área de fronteira agrícola tradicional, com ocupação consolidada pela economia cafeeira e pela pequena produção, a problemática do acesso à terra não ocorreria de forma tão grave como na Amazônia.

E eis que uma cena se apresentou diante de meus olhos, durante um trabalho de campo em que estudávamos a relação ente a pecuária e o equilíbrio ambiental no estado do Rio de Janeiro, no município de Casimiro de Abreu, em 1983, coordenado pela Professora Maria do Carmo Galvão. Chegamos a uma praça num lugarejo chamado Cantagalo. Tratava-se do que se chamava à época de um bolsão de bóias-frias, local para onde os trabalhadores temporários se dirigiam

a fim de ser recrutados para o trabalho nas fazendas e sítios próximos. Homens que haviam transferido seu direito de posse e, não mais conseguindo adquirir outras terras, vendiam, na praça, sua força de trabalho.

Fazíamos nossa pesquisa utilizando uma kombi da universidade que, por isso, trazia uma placa branca, pois se tratava de um carro oficial. Pensando que trabalhávamos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os posseiros penduraram-se em nossos pescoços, em desespero, alguns choravam, pedindo um pedaço de terra.

Através da situação dramática desses posseiros chegamos à Fazenda Cantagalo, uma antiga fazenda de café. Uma parte de seus moradores era quilombola, descendentes de escravizados que haviam obtido, da antiga proprietária, as terras que cultivavam para subsistência através de uma divisão demarcada com pequenas pedras, destinando lotes aos seus antigos empregados.

Retornei à Fazenda mais duas vezes, nos anos de 1983 e 1985, conversando com alguns moradores e participei de algumas reuniões da Associação de Lavradores, nesse mesmo ano. Também entrevistei, no Rio de Janeiro, o proprietário da Fazenda e uma de suas filhas.

Durante todo esse tempo, a situação da terra no Brasil só se agravou. Uma classe dominante controla as ideias na sociedade, pois disso depende seu poder. Por trás desse domínio está a questão da propriedade da terra, o que faz com que uma das formas de concentração da renda no Brasil corresponda à expansão da propriedade. Com a parceria do Estado, a classe dominante, hoje vinculada ao agronegócio, apela para a força e para a violência, resultando no assustador número de assassinatos de lideranças, trabalhadores rurais e indígenas.

Temos presenciado, nos últimos anos, mas, principalmente, a partir de 2016, as políticas do governo de desmonte das estruturas sociais do Estado, acabando por inviabilizar a reforma agrária, promovendo a aceleração da grilagem, a mercantilização e destruição da natureza, incluindo a venda de terras para grupos estrangeiros, apontando para o aumento da concentração de terra no Brasil e acirramento dos conflitos.

O espaço da Fazenda Cantagalo, que vivenciou o ciclo da economia cafeeira escravista, sua estagnação, a lavoura de subsistência, a organização dos trabalhadores, a chegada dos fazendeiros com a atividade pecuária, a modernização, o assentamento, vive hoje a fase atual do modo de produção capitalista que está sendo conhecida por financeirização, o neoliberalismo na sua forma mais perversa.

A última grande crise do capitalismo, que atingiu praticamente o mundo inteiro, pelos efeitos da economia globalizada, mostrou a grande capacidade que ele tem de se reinventar, desenvolvendo sucessivos processos de sobreacumulação de capital e dilatando a esfera financeira. David Harvey chama esses mecanismos de aceleração do ciclo de rotação do capital (HARVEY, 2011). Estamos vivendo hoje uma fase de aprofundamento da desigualdade da distribuição da riqueza e uma imensa concentração da apropriação da mesma. E justamente em tempos de crise o investimento estatal é irrelevante, tendo os programas de transferência de renda menor custo do que o pagamento de juros.

Nessa perspectiva, a problemática com a qual me deparo é a mercantilização da natureza, da terra, do trabalho e da vida cotidiana como elemento chave para compreender as transformações espaciais da Fazenda Cantagalo ao longo de um período de tempo. E a questão que deverá nortear todo o trabalho será: quais as novas estratégias do capital para acumular riqueza e em que medida afetam a vida dos trabalhadores e moradores da Fazenda que veem na terra sua forma de reprodução e sobrevivência?

A compra e venda de terras, assim como a saída e chegada dos moradores, está inserida ou recebe, de alguma forma, os efeitos da fase atual do modo de produção capitalista. Meu comprometimento com essa problemática, já exposta acima, soma-se à percepção de que as questões econômicas não deveriam prevalecer sobre os aspectos social e político, o que me leva a investigar essa questão na tentativa de compreender como esse espaço vem sendo produzido ao longo desse período, viabilizando a reprodução desses moradores. Novos sujeitos e novos espaços vêm surgindo, mas persistem as disputas pela terra que apontam para uma realidade distinta da que vigorava na década de 1970.

Fica claro, para mim, que, na década de 1970, a questão da terra era percebida por um olhar diferente do que acontece hoje. Minha própria abordagem dessa problemática consistia em compreender as diferentes trajetórias sociais dos trabalhadores e as respectivas configurações espaciais. Encaminhei minha reflexão, naquele momento, partindo da distinção entre *terra de trabalho* e *terra de negócio* tal como definida por José de Souza Martins (Martins, 1979, 1980, 1984). Para o autor, a oposição se dava entre os diferentes regimes de propriedade: de um lado a propriedade capitalista, e de outro os regimes de propriedade que enfrentavam o capital como a propriedade familiar, a propriedade comunitária e a posse.

Hoje, as interações entre o urbano e o rural são muito mais intensas e complexas. Podemos pensar em *espaços híbridos*, conduzindo a ideia de *urbanidades no rural*, envolvendo tendências contraditórias manifestadas em espacialidades distintas, novas territorialidades resultantes da interação urbano-rural, novas lógicas da acumulação capitalista e de ressignificação do rural (RUA, 2005).

O capitalismo recria um rural, capaz de, participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re) construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais derivados desse processo (RUA, 2005, p. 2).

O espaço sempre foi dinâmico, mas hoje, sendo o ritmo das mudanças mais acelerado, torna-se relevante investigar o processo, ou os processos que movem essa dinâmica na nova perspectiva apontada por RUA. Pensar o espaço hoje é pensar o espaço na sua complexidade: como uma realidade concreta, como representação, como construção intelectual. É pensar o espaço como condição, meio e produto da ação humana, portanto, um processo que ganha nova dimensão. A produção do espaço, que tem sido amplamente impulsionada pela valorização do capital, pode ser investigada como possibilidade de compreender o mundo contemporâneo que impõe novos padrões de organização, novos comportamentos e novas relações entre os indivíduos.

Percebo que existe, na Fazenda Cantagalo, uma intensa venda de terras, parcelamento em lotes, aluguéis de casas e terrenos e grande mobilidade de

seus moradores. É constante a chegada de novos habitantes, principalmente vindos de Macaé, em busca de moradia na Fazenda, fugindo dos altos preços dos terrenos e dos alugueis nos municípios vizinhos mas também é constante a saída de outros.

Pelo fato de a pesquisa abranger um longo período de tempo, se levarmos em conta as informações orais e a planta da Fazenda, que data de 1891, estamos acompanhando um período de cerca de 100 anos, e o trabalho empírico se realizará em dois momentos diferentes, na década de 1980 e nos dias de hoje, em 2018 e 2019, por isso temos marcos teóricos e metodológicos diversos.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Nas entrevistas que fiz, na década de 1980, priorizei a organização espacial na dimensão da esfera produtiva. Hoje, minha curiosidade se amplia não somente para a produção, mas para os padrões de consumo, estratégias de sobrevivência, comportamentos, os confrontos e as contradições do cotidiano e, principalmente para os aspectos relacionados à mobilidade da terra e dos moradores da Fazenda. Para perceber essas mudanças, o trabalho de campo é de grande relevância podendo responder os meus questionamentos no sentido que apresentou Léfèbvre, de penetrar num fato ou num fenômeno para disserni-lo (LÉFÈBVRE, 2000).

O meu olhar, o conhecimento que tenho desse tema, os levantamentos de documentos referentes às situações que não foram vivenciadas por mim, mas somente por uma parcela dos moradores da Fazenda e a minha capacidade de ver o que está sendo dito e também conseguir ouvir o que não está sendo dito certamente irão orientar o trabalho de campo.

Na concepção marxiana, a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Nesse sentido, o papel do sujeito que realiza a pesquisa, no processo do conhecimento, é fundamental nessa perspectiva de apreender a essência desse objeto.

Para Marx (...), o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (NETTO, 2011, p.25).

O ponto de partida do conhecimento é aquilo que o sujeito constata imediatamente, a aparência. Mas ela pode tanto revelar como ocultar. Por isso, o movimento intelectual se dá a partir da aparência para alcançar a intimidade do objeto, a essência. E cabe ao sujeito que pesquisa reproduzir, em seu pensamento, o movimento do objeto, que, mesmo parecendo estar cristalizado, está em movimento. Ele é histórico e mostra uma realidade com suas características, sua dinâmica e, apreendida pelo sujeito, constitui o aspecto e a consistência da pesquisa. De início, não defini o sistema de categorias analíticas que iria utilizar, o que foi sendo feito no decorrer da pesquisa, à medida em que o objeto foi sendo analisado. (MOREIRA, 2009)

O objeto desta pesquisa é a transformação do espaço exemplificada, empiricamente, na Fazenda Cantagalo e materializada pela dinâmica do mercado de terras e mobilidade de seus moradores. É desse espaço, de conteúdo real, que vou me ocupar, retirando sua estrutura e sua dinâmica, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real, produtor de um processo. É no espaço que acontecem as disputas e os confrontos. Por isso, ele é objeto de múltiplas estratégias: do Estado, dos moradores da Fazenda, de empresas, de entidades da vida civil, enfim, dos usuários e dos usufruidores do espaço.

A Fazenda Cantagalo constituía uma propriedade que foi repartida entre os trabalhadores, que se tornaram posseiros, e está em processo de desapropriação para ser transformada em assentamento. Hoje, permanecem na terra parte dos candidatos a assentados, outros venderam seus lotes, novos moradores estão saindo e chegando em movimentos que revelam a dinâmica do espaço na demarcação de múltiplos territórios.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender as transformações do espaço através de sua mercantilização na Fazenda Cantagalo. Para isso preciso compreender as transformações espaciais em momentos distintos, ou seja,

perceber o espaço como momentos da produção social ao longo do processo histórico. Essas transformações seguem a lógica da expansão urbana através da qual coexistem uso da terra rural e urbano gerando novas funções urbanas que contribuem para a constante reorganização e movimento do espaço. Então, propus algumas questões, que foram desenvolvidas ao longo do trabalho e tentam responder esse objetivo: (1) em que medida a lógica da expansão urbana, nas várias escalas, global, nacional e local, altera a organização do espaço da Fazenda? (2) como se misturam a lógica de uso da terra rural e urbana e como se expressam no espaço? (3) de que forma as novas funções do espaço contribuem para sua reorganização? (4) até que ponto o Estado estimula o desenvolvimento de atividades econômicas na Fazenda?

Os objetivos específicos serão desenvolvidos no capítulo 3 que trata da mercantilização do espaço e procuram compreender, na lógica do capital, as estratégias utilizadas pelos capitalistas para aumentar seu poder econômico, se expandir e se reproduzir, sendo o espaço uma das estratégias de manutenção da acumulação capitalista. Essas estratégias foram analisadas no âmbito de quatro variáveis: natureza, terra, trabalho e vida cotidiana. Para fins de esclarecimento do que se pretende pesquisar, irei enumerá-los.

O primeiro objetivo específico é compreender como o capital transforma a natureza num negócio, enxergando-a como reserva de valor de troca, podendo ser apropriada para a produção de valores, como mercadoria. A partir desse objetivo, tentamos levantar as evidências dessa estratégia do capital no espaço da Fazenda Cantagalo e analisar as consequências sobre a vida dos moradores. Esse objetivo será desenvolvido no item 3.1.

O segundo objetivo específico é compreender de que forma, na Fazenda Cantagalo, se deu a apropriação do espaço pela posse da terra. Operacionalmente, terei que avaliar a valorização da terra no município de Rio das Ostras; investigar a oferta de terras na Fazenda; identificar a lógica do capital que impulsiona o mercado de terras; compreender a relação entre a apropriação da terra pelo capital e a reprodução social dos moradores, para quem a terra é um bem fundamental; verificar como o espaço urbano é utilizado como elemento de valorização do capital. Esse objetivo será desenvolvido nos itens 3.2 e 3.3.

O terceiro objetivo específico, que será desenvolvido nos itens 3.3 e 3.4, enfatiza a estratégia de reprodução do capital através da trajetória dos moradores da Fazenda, destacando a configuração das relações de trabalho como estratégia de reprodução social, de resistência ou permanência na Fazenda. Operacionalmente, buscarei identificar os processos histórico-político-familiares que contribuíram para a afirmação da identidade como moradores da Fazenda; identificar como as diversas formas de organização do trabalho são produzidas e reproduzidas no espaço; identificar a correlação entre a necessidade de expansão do capital e a configuração das relações de trabalho; compreender de que forma a pluriatividade pode representar uma estratégia de reprodução social; identificar os laços de parentesco e as relações de vizinhança; compreender a vida cotidiana e o modo de vida dos moradores da Fazenda.

Um dos métodos de investigação nessa pesquisa será a descrição vendo esse método como elemento fundamental da análise geográfica. Descrevendo com detalhes e cuidado os elementos da paisagem e com a preocupação de inter-relacionar esses elementos posso perceber a realidade como uma totalidade complexa à medida em que entram variáveis novas formando um todo mais intrincado em que os fenômenos se inter-relacionam. Também na descrição aparecem os detalhes exigindo uma reflexão acerca do contexto e das condições em que essas descrições estão inseridas.

Outro método de investigação nessa pesquisa será o método materialista histórico e dialético que vai conduzir para a compreensão do espaço como um produto histórico e social no qual uma sociedade, em um determinado momento histórico e das relações econômicas e sociais de produção interage com ele. Ao mesmo tempo em que ele é produzido, interfere na produção. A lógica dialética mostra que o momento em que o espaço é produzido e o momento em que interfere na produção não são momentos históricos distintos. (CARLOS, 2007).

Léfèbvre criou um arcabouço metodológico que permite mostrar que o espaço não tem uma lógica interna própria, ora dependente de uma lógica preexistente, ora sendo a própria lógica. E permite analisar o tempo, assim como o espaço, com suas propriedades: conjunto e disjunto ao mesmo tempo, abstrato e concreto, homogêneo e desarticulado (LÉFÈBVRE, 2008)

Guardadas as devidas proporções de tempo, espaço, relações sociais e a prática espacial, a experiência de Léfèbvre em sua tese de doutorado, nos Montes Pireneus, no Vale de Campan, me inspirou no sentido da vivência com uma comunidade, no seu aspecto da formação social e do processo histórico. Léfèbvre tentou compreender uma relação contraditória entre várias comunidades e sua reprodução social que, me parece, da mesma forma como na Fazenda Cantagalo, ser determinada pelo sentido da terra e, no caso da Fazenda Cantagalo, pela renda da terra que corresponde ao preço da terra. O período que estou analisando não tem a duração do que Léfèbvre pesquisou, embora se trate de um período longo, mas percebo neste percurso revivido pela memória dos moradores mais antigos que há uma atualidade das relações do passado no presente e, também, ao contrário.

Portanto, um dos procedimentos importantes para essa pesquisa é o trabalho de campo. Infelizmente, a vida acadêmica e de trabalho não permitiram que eu pudesse morar na Fazenda Cantagalo e, por isso, minhas conclusões se baseiam no conjunto de informações que consegui reunir ao fim de seis idas ao campo, duas delas em 1983 e 1985 e quatro entre 2018 e 2019. Da mesma forma que Léfèbvre, que partiu do presente, eu, a partir do presente, consegui conhecer mais o passado e a partir dele e da memória do passado no presente dos moradores, pude compreender melhor esse espaço.

Todos os resultados dos trabalhos de campo e as informações obtidas a partir de cartogramas e do processo judicial movido pelo INCRA para a desapropriação de parte da Fazenda foram dispostos numa matriz espaço-tempo (anexos 1 a 6) que permite pensar as diferentes maneiras como espaço-tempo, indissociáveis, se relacionam entre os elementos especificados na matriz: terra, sujeitos sociais, trabalho, produção, natureza, Estado, organização/lutas. Deslocando-se pela matriz, nos diferentes momentos, criam-se as condições para que os elementos se choquem, se autoexpliquem, se complementem, se contraponham, se inter-relacionem, mostrem as tensões, sendo esse mais um procedimento adotado para a compreensão da produção do espaço da Fazenda Cantagalo.

# 1. Buscando a porta de entrada e puxando a entrevista pelo fio da vida: a descrição da Fazenda Cantagalo e considerações sobre o trabalho de campo

“Virão os tempos nos quais não se reconhecerão mais os vestígios dos autores, os vestígios dessa obra e mesmo os dos problemas atuais da Baixada Fluminense.<sup>1</sup> Contudo, todas as formas belas do futuro nascerão e se desenvolverão do que ocorre ou do que existe atualmente.” Pedro Pinchas Geiger, 1956

Pierre Monbeig, em seu trabalho *Aspectos Geográficos do crescimento da cidade de São Paulo* (2005) descreve a cidade e seu crescimento de tal forma que a visualizamos à medida em que ela é descrita. Parece que estamos ali, com ele, num trabalho de campo. A agudeza de suas observações, precisão e nível de detalhamento juntam-se, cruzando os elementos que compõem a organização humana e a organização da natureza, e quando personifica esses elementos os aproxima mais da realidade. A partir do trabalho desse grande geógrafo que tanto se dedicou ao Brasil, tentei fazer da descrição um método de análise para começar a explorar a Fazenda Cantagalo.

A observação da paisagem é uma das formas de apreender o mundo, uma atitude, perceber o mundo identificando seus objetos com sua configuração e disposição.

Para Léfèbvre, existe a primeira natureza (imediate, espontânea) e a segunda natureza (trabalhada, produzida) e no intervalo entre uma e outra nasce uma outra realidade, singular, mais verdadeira, as representações: a arte, que produz e cria, nunca se desprendendo nem da primeira nem da segunda natureza (Léfèbvre, 2004, p.169). É nesse intervalo que se situam as obras que podem se expressar como paisagem.

Como então descrever, como dizer e representar esse espaço da paisagem que nos envolve e nos transpassa, que nos desloca e nos transborda? Como falar da paisagem, quando estamos além ou aquém da representação e do discurso no sentido usual desses termos? E, mais exatamente, como fazê-la, ou melhor, deixá-la falar? (Besse, 2014 a p. 52)

---

<sup>1</sup> No período mencionado por Pedro Geiger, a Baixada Fluminense se estendia de Mangaratiba a Campos, dividindo-se em quatro regiões: Baixada de Goitacazes, Baixada de Araruama, Baixada de Guanabara e Baixada de Sepetiba. O município de Casimiro de Abreu, onde se localizava a Fazenda Cantagalo, pertencia à Baixada de Araruama.

Antes de deixar a paisagem falar, é preciso localizar nossa área de estudo, a Fazenda Cantagalo, e inseri-la, em seus aspectos econômicos, sociais e políticos, na região da qual faz parte. A Fazenda Cantagalo pertence, hoje, ao município de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro. (Fig. 1 e 2) Desmembrado de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras não passava de um distrito, nascendo como município em 1992, pela lei estadual n.º. 1984. Pelo Plano Diretor da Prefeitura de Rio das Ostras, a Fazenda Cantagalo, hoje conhecida como bairro de Cantagalo, é considerada Núcleo Urbano e o entorno dela, Área Rural e está inserido na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras. O IBGE considera a Fazenda Cantagalo e seu entorno como Área Rural. Já o INCRA-RJ insere a Fazenda Cantagalo na Zona Homogênea Lagos – ZH Lagos.

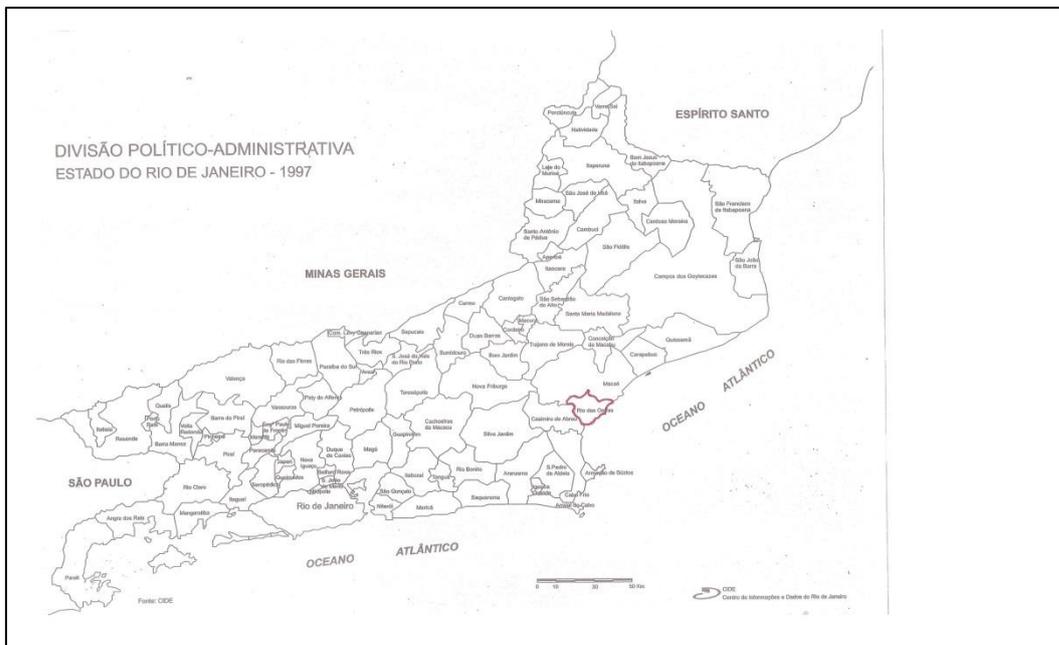


Figura 1: Mapa do Rio de Janeiro, em destaque o município de Rio das Ostras



Figura 2: Mapa do município de Rio das Ostras e os municípios limítrofes  
 Fonte: <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=6828&cat>

Os municípios dessa região, a Região Litorânea, adquiriram maior dinamismo, num primeiro momento, em 1974, com a fusão entre o Estado da Guanabara e Rio de Janeiro e, anos depois, em 1978, quando a Petrobras, empresa estatal de economia mista, elegeu o município vizinho a Rio das Ostras, Macaé, como base operacional para a prospecção e produção do petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos. Macaé, que chegou a ser conhecida como *A Capital do Petróleo*, atraiu não só o empresariado que investiu nos setores de construção civil, transportes e atividades imobiliárias, como atraiu também trabalhadores rurais para a periferia das cidades da região. (PAGANOTO, 2008).

A Fazenda Cantagalo está muito bem localizada pois se encontra entre a Rodovia Federal BR – 101 e a Rodovia Estadual Amaral Peixoto – RJ – 106, a 11 quilômetros da sede da Prefeitura de Rio das Ostras. (Figura 3) . Uma das entradas da Fazenda está muito próxima à Rodovia Amaral Peixoto sendo atravessada por estradas vicinais, não pavimentadas. Cortam-na a estrada do Iriri que faz a ligação entre a Fazenda e Imboacica, bairro de Macaé; e a estrada do Curato, que estabelece a ligação com a Fazenda Fruteiro. Também há os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, hoje desativada na região. Havia uma estação dentro dos limites da Fazenda, a Estação Califórnia, da qual não há mais vestígios, restando somente os trilhos.



Figura 3: Localização e situação da Fazenda Cantagalo



Figura 4: Localização e situação da Fazenda Cantagalo

Estamos considerando como Fazenda Cantagalo a área do imóvel desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, depois de contestações feitas pela família do proprietário do mesmo. O órgão considerou plantas da fazenda de 1891 e de 1947, examinadas por um perito que elaborou a planta final da Fazenda verificando erros de mapas antigos e reconhecendo a planta de 1947 como a planta do INCRA tomando como

referência o traçado da linha férrea.<sup>2</sup> O INCRA também usou como base a Folha Macaé SF-24-M-I-3 elaborada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Escala 1: 50.000, obtida por meio de aerofotogrametria, e, no dizer do próprio perito, de qualidade técnica inquestionável.

A partir da comprovação das reais medidas da Fazenda, contidas na planta de 1987 do INCRA, a área da Fazenda Cantagalo é 1.744,68 ha, o que equivale a 17.446.800,00 m<sup>2</sup>, que correspondem a 360,48 alqueires.<sup>3</sup> O imóvel foi dividido em 219 parcelas e estão em processo de assentamento 163 famílias. (Anexo 7)

Para realizar a descrição da Fazenda, não me baseei somente na observação “in loco” da paisagem, mas também em cartogramas, mapas, cartas topográficas em diferentes escalas, imagens de satélite e do Programa Google Earth. O material utilizado consta de: plantas da Fazenda Cantagalo de 1891, na escala 1:20.000; planta da Fazenda de 1947; mapa do município de Casimiro de Abreu, de 1956, na escala 1:100.000, organizado pela Prefeitura de Casimiro de Abreu, onde estão assinaladas as principais vias e algumas fazendas e sítios, alguns visitados por mim na década de 1980 ; Plano de Desenvolvimento Físico-territorial do município de Casimiro de Abreu, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Rio de Janeiro – SECPLAN, boletins informativos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – FETAG-RJ;<sup>4</sup> Folha Topográfica de Macaé SF-24-M-I-3, na escala 1:50.000; publicações do Conselho Nacional de Geografia do IBGE relatando o histórico de ocupação da Região dos Lagos e que serão nomeadas ao longo da descrição; dezenas de cartogramas do IBGE que retratam o uso e ocupação do solo, vegetação natural, relevo, solo, desde o final do século XIX até a década de 1950 (Fig 5); o processo de assentamento dos trabalhadores na Fazenda Cantagalo, a cargo do INCRA-RJ, 1987; mosaicos da Sequência Histórica Aerofotográfica cobrindo o território municipal, abrangendo os anos de 1956, 1966, 1976, 1988, 1999 e 2000, evidenciando a evolução do uso do solo e do sistema viário do município, disponibilizados pela Secretaria Municipal de

<sup>2</sup> Laudo Pericial LD-DES-2001-0011, 2011.

<sup>3</sup> 1 alqueire equivale a 48.400,00 m<sup>2</sup>, considerando o alqueire mineiro que corresponde a 1 alqueire geométrico = 48.400,00 m<sup>2</sup>

<sup>4</sup> Informações disponibilizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu na década de 1980.



Nem sempre foi possível cobrir, nas diversas escalas, todos os períodos pelos quais a Fazenda e seus moradores atravessaram, além da dificuldade de comparar fotografias aéreas com imagens de sensoriamento remoto e cartas topográficas, além de documentos mais raros e ainda não digitalizados, obtidos na Biblioteca do IBGE.

Às informações obtidas acrescentei considerações dos moradores da Fazenda e tudo isso me levou à reflexão acerca do contexto e das condições em que os elementos que compõem a paisagem interagem, entendendo essa interação com o significado apresentado por Moreira, a partir de Hartshorne, que é a interação como manifestação da variação, sejam elas de características estáticas, que são as formas, ou variações de características de movimentos, que são as funções, ambas interagindo e se distinguindo, conteúdos de áreas e relações de espaço (MOREIRA, 2014, p.47)

Os trabalhos de campo foram realizados em 1983 e 1985, com duas idas a campo, e em 2018 e 2019 com quatro idas a campo. Foi necessário trabalhar a partir de idas mais curtas, possíveis de serem ajustadas ao meu trabalho como professora e às disciplinas que estava cursando mas esses intervalos de tempo permitiram refletir e elaborar teoricamente assim como refazer minhas futuras conversas com os moradores.

A apresentação do ambiente da Fazenda Cantagalo constitui uma etapa da pesquisa a partir da qual vou tentando desvelar progressivamente o objeto dessa investigação que é a transformação do espaço exemplificada, empiricamente, na Fazenda Cantagalo e materializada pelas transformações físicas, econômicas, sociais e políticas que deixaram marcas e histórias na Fazenda, tentando decifrar esse espaço em movimento a partir do que os moradores estão querendo mostrar com base no seu cotidiano, e também daquilo que não mostram. Passando alguns dias no campo, sinto que penetrei um pouco nesse complexo mundo da paisagem, olhando, trazendo a experiência da minha vivência, tentando compreender as relações dos moradores com uma realidade mais ampliada que eles passaram a me apresentar e na qual eu fui me envolvendo e participando, levando-me a uma proximidade maior com aquele mundo. Para eles, a paisagem está muito

relacionada à presença de dois elementos: a mata e a água, presentes em todas as referências que fizeram ao que entenderam por paisagem da Fazenda.

Comparando os inúmeros cartogramas do Conselho Nacional de Geografia que mostram a cobertura vegetal e o uso do solo desde o século XIX até o final da década de 1950 (Fig. 5) com a Folha Topográfica de Macaé de 1969 e fotografias aéreas mais recentes, e também, a simples observação visual, se percebe claramente o aspecto apontado por Ab' Sáber, ou seja, a destruição de parte da cobertura vegetal original para a ocupação econômica do espaço.

Não se sabe como superar esse velho dilema, ou seja, o de que para ocupar economicamente o espaço é necessário sacrificar o revestimento vegetal primário (AB' SÁBER, 2003, p. 24).

É visível a alteração da cobertura vegetal, uma vez que os morros já foram totalmente cobertos pela mata, alteração explicada pelo uso e ocupação do solo, seja com pecuária de corte, haras e agricultura, como por loteamentos para moradia e sítios de lazer, restaurantes e comércio. Também é nítida a diminuição da vazão dos rios que drenam a Fazenda Cantagalo, seu assoreamento e processos erosivos que incluem as margens dos mesmos.

Continuando a seguir Besse, ele nos apresenta uma experiência sensorial de paisagem, quando mergulhamos nela com o nosso corpo para experimentar uma ideia polissensorial e de bem-estar. Uma das percepções que envolvem nosso corpo é a sensação que percebe o clima naquilo que pode significar de conforto ou mal estar para o corpo. O município de Rio das Ostras apresenta um clima quente e úmido, com estações de seca e chuva bem delineadas, sem a presença de inverno pronunciado, o que beneficia algumas das atividades principais da Fazenda Cantagalo, os clubes de campo, as moradias de fins de semana, os passeios a cavalo e os encontros de ciclistas. A temperatura média é 23°C e a média anual de pluviosidade é de 1056 milímetros, sendo junho o mês mais seco, com 41 milímetros e dezembro o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 159 milímetros.<sup>5</sup> Localizando-se mais distante da orla litorânea, a Fazenda Cantagalo recebe pouca influência dos ventos alísios, tão comuns na região. Por isso, a sensação nos dias de sol é de bastante calor e poeira, uma vez que as

---

<sup>5</sup> IBGE – <https://biblioteca.ibge.gov.br>

estradas no interior da Fazenda não são asfaltadas e, mesmo na praça principal, a arborização é insuficiente.

O solo da Fazenda, na porção norte, varia de arenoso a argiloso e há canais e valas de onde é possível fazer drenagens. As regiões de várzeas estão distribuídas ao longo dos rios e córregos. As rochas cristalinas formam a estrutura do relevo em patamares mais ou menos dissecados em colinas ou morros de pequena altitude com formato de meia laranja. São inúmeros os morros na Fazenda mas nenhum deles ultrapassa 70 metros de altitude. A parte norte da Fazenda é suavemente acidentada, com ondulações e morros. Olhando do interior da Fazenda, vê-se, ao longe, três serras: Monte Verde, Iriri e Careta. Esta última é a de maior altitude e constitui uma das divisas da Fazenda Cantagalo. É bem íngreme e, do alto dela se descortina uma das mais belas paisagens vistas a partir da Fazenda: a cidade de Rio das Ostras e o mar. Na parte sul o terreno é formado por planície de inundação e terrenos de altitudes mais baixas. Nessa área os solos são argilosos, em sua maioria, com presença de turfas.

Entre Rio das Ostras e Macaé, a grande planície banhada pelo Rio Macaé termina junto às encostas dos morros do complexo cristalino. As planícies pantanosas eram separadas por patamares de ondulações ou morros (GEIGER e MESQUITA, 1956). Hoje já não se notam as inundações nessas planícies, muito presentes ainda na memória dos moradores mais antigos, impedidos de se locomover na Fazenda na época das inundações, presentes de forma significativa na Folha Topográfica de Macaé de 1969 que mostra a área ocupada com terreno inundado, brejo e pântano.

A Fazenda é cortada pelo Rio Jundiá, que segundo as cartas da década de 1930, corria na direção Sudoeste-Nordeste, formando um cotovelo para desaguar no Oceano Atlântico, mas hoje apresentando características de retificação. O Rio Imboacica também é um rio expressivo que atravessa a Fazenda. Existem ainda muitos córregos que juntos formam uma microbacia hidrográfica<sup>6</sup>, embora na carta topográfica de 1969 eles apareçam em maior quantidade do que podemos ver hoje. Os moradores mais antigos queixam-se de que a água não é mais tão

---

<sup>6</sup> Laudo Pericial LD-DES-2001-0011

abundante, embora possam se abastecer por meio de poços artesianos. Alguns deles conseguem perceber a relação entre a falta de água e a diminuição das áreas de mata.

Segundo a planta da Fazenda Cantagalo, de 1891, (Figuras 7 e 8), havia, nos terrenos planos, duas áreas de mata virgem, que ocupavam, aproximadamente, 20% dos terrenos, a maior delas alcançando o leito do Rio Jundiá e a parte menor beirando a estrada que faz a ligação para a Estação Califórnia, pertencente à Estrada de Ferro Leopoldina.

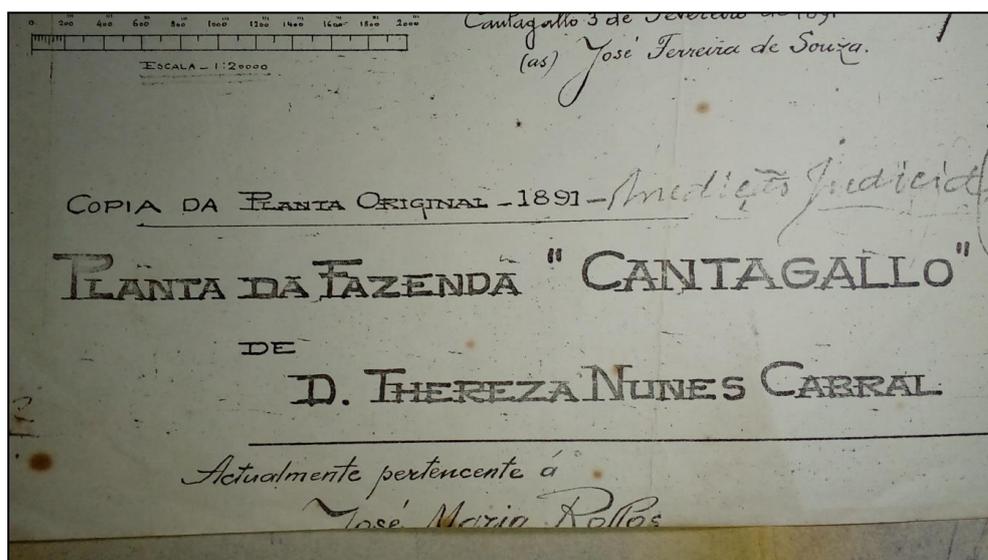


Figura 7: Partes da planta da Fazenda Cantagalo, 1891

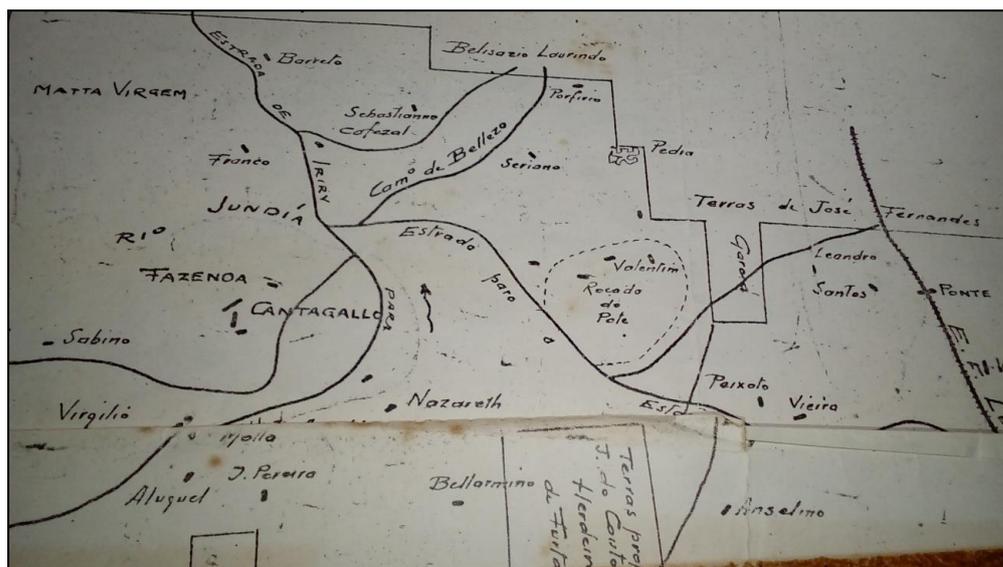


Figura 8: Partes da planta da Fazenda Cantagalo, 1891

A perícia realizada em 2002<sup>7</sup> mostrou que a atividade predominante naquele ano era a pecuária extensiva para corte e, setorialmente, para gado leiteiro. Também foram encontradas culturas de milho, aipim, cana para forragem, citros, quiabo, mangas, cocos, feijão, acerola, banana, para consumo doméstico. Hoje se encontram essas duas formas de produção, a pecuária e a lavoura, mas em pequenas proporções.

Hoje, pelo que pude observar, o espaço da Fazenda é bastante diversificado. Alguns proprietários adquiriram várias lotes para formar sítios que, por estarem localizados na baixada, as concavidades do terreno, preenchidas com a água da chuva e das nascentes, criaram lagos e, portanto, um ambiente favorável a clubes de campo ou sítios de lazer que oferecem aos turistas da região algumas atividades como pesca, restaurante, banho de piscina e um dos sítios já acomodou até um parque de diversões, sendo esta razão o que inspirou o título dessa dissertação que menciona a roda gigante.

A ideia que eu tinha da Fazenda, antes do retorno em 2018, era a imagem que registrei em 1983: casas de farinha em alguns sítios que reuniam os vizinhos em torno da produção, muitos trabalhadores, plantando, produzindo, se reunindo, se organizando, em conflito com fazendeiros que chegavam e direcionavam o uso da terra para a pecuária. Além do parque de diversões, que não vi funcionar, encontrei uma praça onde antes se localizava o “bolsão de bóias-frias”.

Portanto, havia um conhecimento anterior do espaço que eu buscava compreender. Brandão mostra, em sua metodologia de trabalho, que deve-se chegar a campo com algum conhecimento prévio (BRANDÃO, 2007, p.23). O conhecimento com que cheguei foi a imagem construída por mim a partir do levantamento em campo e estudos teóricos da década de 1980. O Curso Paisagem, Espaço e Sustentabilidade, ministrado pelo Professor João Rua na PUC-Rio, no qual estudamos um grande número de autores com visões diversas do espaço e da paisagem, foi de grande valia na percepção da dinâmica desse espaço que foi descrito na perspectiva de “buscar a porta de entrada” e fazer os primeiros

---

<sup>7</sup> Laudo Pericial LD-DES-2001-0011

contatos. Pode ser um contato com pessoas a esmo, que vamos encontrando ao chegar, ou ir ao encontro de pessoas que já conhecemos.

Na minha volta à Fazenda, em 2018, fiquei apenas um dia para reconhecimento do local. Optei pelo acaso. Uma vez em Rio das Ostras, entrei em uma das vans, um serviço da Prefeitura de Rio das Ostras, que levam à Fazenda Cantagalo. Dessa forma eu poderia ter uma ideia geral do local. Desembarquei na praça onde, na década de 1980, os trabalhadores eram recrutados, na localidade chamada de Cantagalo. Na praça existem hoje um restaurante, dois salões de beleza, uma grande loja de material de construção, um supermercado, um posto de saúde, uma loja de material para animais, dois pequenos armazéns, uma loja de descartáveis, uma lanchonete. No entorno da praça estão situados alguns bares, restaurantes, padaria, a igreja católica, e há um pequeno comércio nas duas estradas que terminam na praça, a Estrada Cantagalo e a Estrada de Petróleo e Gás.

Numa segunda ida a campo, no mesmo ano de 2018, saí em busca dos moradores que eu havia encontrado na década de 1980 e que ainda vivem no local. Até hoje, localizei e conversei com onze deles, incluindo o ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores de Casimiro de Abreu, a quem também havia entrevistado em 1983, que não mora nos limites da Fazenda, mas num bairro próximo chamado Corujas. Em 1985, foram aplicados 70 inquéritos, abrangendo posseiros e 4 fazendeiros, mais a entrevista ao presidente e à advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu. Um dos inquéritos originais está nos Anexo 8 .

Para o trabalho de campo de 2018 e 2019 foram entrevistados 55 moradores, incluindo os onze moradores antigos referidos acima. Dessa vez, as entrevistas foram conversas abertas que, dependendo do interlocutor, basearam-se em perguntas pré-fixadas mas deixando os moradores à vontade para externar o que sentissem vontade e necessidade de contar. Mantive a divisão anterior dos inquéritos (terra, problemas da região, produção, família. As perguntas encontram-se no Anexo 9. Procurei ouvi-los, no sentido de que relatassem sua trajetória de vida, a busca pela terra e o significado que esta tem para suas vidas.

Cada vez que eu retornava ao campo, em função das leituras que havia feito, ou do que havia sistematizado, sentia necessidade de fazer novas perguntas que não haviam me ocorrido anteriormente. Também ao contrário, tendo apreendido a teoria, em função das leituras feitas, o contato com a realidade me levava ao redimensionamento das posturas teóricas, podendo modificar em parte minha maneira de investigar. Também aconteceram algumas mudanças na forma de entrevistar por elementos trazidos pelos próprios moradores. Mas se reunisse todas as perguntas às anteriores a entrevista se alongaria demais. Então, optava por começar por um bloco de perguntas que eu ia ampliando dependendo da forma como evoluía a entrevista.

Para esses moradores mais antigos, as raízes da terra são muito importantes. Quando fazem seus relatos, estão organizando sua memória histórica selecionando, no tempo presente, momentos relevantes do passado. Ao mesmo tempo, como já os conhecia, minha interação com eles também os levou a estabelecer alguma correlação com tempos mais remotos que talvez estivesse perdida e minhas perguntas e intervenções acabaram trazendo-na de volta.

Não existe um ponto de vista ou uma narrativa que se possa chamar de fidedigna, embora, em grande parte, a narrativa de um morador seja confirmada pelos demais e mesmo o próprio processo judicial tenha ratificado parte de seus relatos. Mas a narrativa do passado pode ser muito importante para explicar a permanência dos moradores na terra e as mudanças que ocorreram na Fazenda.

Brandão aconselha a, no campo mesmo, terminadas as entrevistas, reunir as observações que temos a partir delas. A Fazenda Cantagalo é um lugar simbólico para cada um dos atores que vive lá. O fazendeiro, o corretor de imóveis, o profissional autônomo, o dirigente sindical, o trabalhador, o rentista, o empresário, cada um teve, certamente, visões diferentes para explicar determinadas situações que acabavam por complementá-las.

O contato que tive com o livro do antropólogo Roberto Malighetti, *O Quilombo de Frechal*, orientou-me no sentido de perceber os múltiplos pontos de vista dos sujeitos que entrevistamos, como trabalhar com essa situação no decorrer da pesquisa além das semelhanças que encontrei entre os sujeitos sociais

de Frechal, no Maranhão, e os da Fazenda Cantagalo: ameaças sofridas, exploração, violência, serem quilombolas, o desmantelamento dos sindicatos e a organização dos trabalhadores.

Na Fazenda Cantagalo não há mais remanescentes de antigos quilombolas, embora eu tenha tomado conhecimento de alguns e conversado com outros na década de 1980. Infelizmente, o tempo do judiciário, moroso, somado a outros fatores que serão explicitados mais adiante, na evolução da pesquisa, fez com que não existam mais remanescentes de antigos quilombolas. Dispersaram-se antes do direito ao dispositivo constitucional que reconhece a posse da terra aos descendentes dos quilombolas.

Em relação ao trabalho de campo, apoiada ainda em Malighetti, tentei compreender um pouco sobre a interação entre o pesquisador e os moradores, mediada pela passagem do código da palavra oral ao código escrito da linguagem científica. O autor também aborda o co-envolvimento emotivo e ideológico assim como descreve com minúcias o uso e as dificuldades referentes ao uso de gravações, anotações, celulares, dificuldades essas que também enfrentei, decidindo, por vezes, como tentativa de aproximação, ser usuária dos serviços oferecidos na praça de Cantagalo, como o Posto Médico, o restaurante, a loja de material de construção, o supermercado, como forma de estabelecer relações com as pessoas, e ao mesmo tempo respeitando suas reservas para se expressar. Foi assim, aferindo a pressão, que me aproximei do médico cubano que prestava serviços em Cantagalo que, além de relatar sua experiência no bairro, do qual era morador, mapeou as áreas mais pobres e carentes de Cantagalo, próximo à Estação Califórnia.

Outra contribuição valiosa do trabalho de Malighetti se deu no sentido de utilizar os documentos processuais a que tive acesso, como o processo de desapropriação da Fazenda Cantagalo para problematizar e estruturar trocas com meus entrevistados nas idas seguintes a campo e, também, contextualizar os discursos, às vezes fragmentados, relacionando as informações locais com o espaço-tempo mais amplo.

A leitura do Quilombo de Frechal também me estimulou, ainda no campo, a reunir os elementos que, ao final do trabalho, pudesse ampliar minha compreensão dos precedentes que faziam parte do presente que o originou, de modo a reatualizar os relatos do passado a partir do presente, pois era dessa forma que os moradores chegavam à memória do passado. Certamente, S. Pedro Pinheiro apresentou-se como descendente de escravizados quando, no presente em que me fez sua narrativa, já tinha consciência de sua cultura e de sua história.

A leitura do rico tratado sociológico *Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, foi uma dádiva para as idas a campo. Ambos, Malighetti e Cândido, me despertaram no sentido de observar a organização espacial/temporal dos sujeitos sociais da Fazenda Cantagalo no que diz respeito à moradia, relações de vizinhança e parentesco, delimitação dos grupos familiares e esses resultados serão melhor explicitados no capítulo 3.3.

Como fiz o estudo de um espaço ao longo de quase 100 anos, procurei extrair dos entrevistados as informações até onde a memória dos moradores mais antigos alcançou. No entanto, mudou, para os habitantes locais, a disponibilidade para dar entrevistas ou mesmo conversar, principalmente os moradores que estão na Fazenda há pouco tempo. A desconfiança é muito grande, não gostam de falar sobre a fragilidade da relação com a terra nem de sua venda. Também não querem falar das disputas por terras e muito menos de eventuais assassinatos que ocorreram no local. Alguns não se sentiram confortáveis com gravações e nem gostaram que eu fizesse muitas anotações. Por isso, ao fim de cada encontro, foi preciso registrar o que foi apreendido e anotar as informações, o que limitou muito o número de entrevistados a cada dia, dependendo mais tempo.

Com a prática adquirida, não só eu fui ficando à vontade como eles mesmos, principalmente os moradores antigos. A cada visita que fazia, tentava incluir algum vizinho de passagem, e como senti que faz muito bem aos mais antigos relatar suas experiências, concluindo que a vida estava valendo a pena, formou-se, por duas vezes, uma roda de conversa bem prazerosa, alegre e produtiva, um espaço privilegiado para experimentação de saberes e trocas culturais.

Nos meus registros, comento, também, a minha percepção e meu aprendizado com a conversa, aspecto ressaltado por Brandão, a vivência. Ela ocorre através de uma relação subjetiva e, por isso, como método de trabalho, o autor afirma que as informações obtidas nunca serão reais, não é mais o real do início do processo mas o real já apropriado por uma nova determinação: o conhecimento humano, meu e dos moradores (BRANDÃO, 2007, p. 12 e THOMAZ Jr, 1992, p. 25).

A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; que vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico (BRANDÃO, 2007, P.12).

Os autores lidos por mim chamam a atenção para a importância do trabalho de campo desde que seja acompanhado de uma referência teórica, embora a teoria seja uma interpretação, valendo pelo teor do diálogo e não pelo acúmulo de certezas (BRANDÃO e BORGES, 2007, p. 57). A teoria exerce um papel relevante quando anda paralela à observação pois permite a ampliação do campo de investigação, indicando “pistas” para o aprofundamento de algumas questões.

Por serem compreendidos como eminentemente práticos, devem ser discutidos teoricamente: a sua natureza, os seus propósitos, os resultados que obtêm, as técnicas que incorporam (HISSA e OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Então, são três momentos que se interpenetram: o primeiro, o momento de estudo e reflexão; o segundo, trabalhando o material levantado, no próprio local ou no mesmo dia, vendo as falhas, apontando para novas ideias e a partir disso reescrever o roteiro para as próximas entrevistas; o terceiro consiste em escrever e transcrever o material analisado, fazendo uma pré-articulação com o material teórico, o que Brandão chama de “ligar os fios”.

Deve-se partir sempre da busca de unidade entre a teoria e a prática, e construir e re-construir a teoria a partir de uma sequência de práticas refletidas criticamente (BRANDÃO e BORGES, p. 54).

É claro que nem sempre esse procedimento aconteceu de forma tão organizada. Ir a campo totalmente só resulta num enorme cansaço, implica em

perder-se pelas estradas, sem poder recorrer a mapas, tomar decisões, dividir bem o tempo, preocupar-se com a volta na escuridão e o enorme calor que predominou na maioria das vezes foram fatores que influenciaram para que nem sempre, a cada dia, eu conseguisse fazer o roteiro para as próximas entrevistas.

A ideologia dos entrevistados mostrou-se descrita por eles mesmos, relatando as diferenças entre ser trabalhador ou fazendeiro ou dono de negócios, hoje ou no passado. Portanto, as relações sociais foram contadas em diferentes tempos, assim como os entrevistados relataram a percepção que tinham de sua própria prática (BRANDÃO, 2007, p. 16).

Perceber as categorias de interpretação da realidade é outro elemento esclarecedor. As vezes em que consegui, para utilizar o termo de Brandão, “puxar a entrevista pelo fio da vida” (BRANDÃO, 2007, p. 19) tornou a entrevista enriquecedora. Diz Brandão que, das entrevistas que fazemos, algumas podem se perder pelos muitos caminhos que vão se abrindo na conversa e podem constituir armadilhas oferecendo diversas possibilidades de investigação acabando por dispersar o foco da pesquisa. Aconteceram, nessa pesquisa essas duas situações.

Conheci D. Lucy e a entrevistei em 1983. Hoje, está com 102 anos.(Fig 9) Estive com ela mais duas vezes, em 2018 e 2019. Na primeira vez, fez o relato de sua vida, em ordem cronológica, desde a chegada de seus pais à Fazenda, que vieram com os patrões que compraram um sítio, até os dias de hoje, surpreendendo bastante pelo nível de detalhamento e a capacidade e o prazer de relatar. Já da segunda vez, em 2019, ela se encontrava bastante abatida pela morte de uma das filhas e não houve jeito de não falar em todos os entes queridos que havia perdido. Confirmamos, assim, o que escreveu Brandão quando se refere à dispersão do cerne da pesquisa e temos que respeitar a vontade de nossos interlocutores. Mesmo assim, aproveitando a circulação constante dos familiares de D. Lucy em sua casa, tive a oportunidade de conversar com eles e observar sua vida cotidiana e a forma afetuosa da relação familiar.



Figura 9: D. Lucy, antiga moradora da Fazenda Cantagalo

O mais completo de todos os relatos que obtive, considerando a qualidade das informações, aconteceu em 1985 com um velho posseiro, Sr. Pedro Pinheiro, que não só dividiu muito bem o tempo (tempo dos escravos, dos netos de escravos, da resistência durante as Ligas Camponesas, da paz na lavoura, da chegada do dono da terra e dos fazendeiros), como mencionou categorias como escravizados, posseiros, camponeses. Conhecia o espaço da Fazenda como ninguém e relatava os fatos em ordem cronológica, sempre analisando cada um deles sob o ponto de vista dos sujeitos que vivenciaram aquela história.

Quanto aos caminhos que vão se abrindo nas conversas, como fala Brandão, avalio que é uma situação positiva porque aparecem informações com as quais eu talvez não contasse, caso estivesse me valendo de uma entrevista mais fechada.

## 2. A sociedade em movimento

Meu objetivo, a desenvolver neste capítulo, é compreender as transformações espaciais na Fazenda Cantagalo em momentos distintos, ou seja, quero compreender o espaço como momentos da produção social ao longo do processo histórico. A organização espacial da Fazenda será apresentada em períodos, não só como uma maneira de perceber como esse espaço foi se configurando como é um procedimento que pode me fornecer a lente, ou as lentes que devo utilizar para compreender a problemática a ser solucionada ou seja, a mercantilização da natureza, da terra, do trabalho e da vida cotidiana.

Política, economia e Estado se entrelaçam numa relação espacial, definindo os modelos, que se distinguem e combinam, resultando no modo de desenvolvimento da sociedade, diferente para cada tempo e espaço (MOREIRA, 2014). O autor apresenta uma modelo para a reorganização do espaço brasileiro que se reordena a partir de mudanças na forma como estava organizado anteriormente (MOREIRA, 2014).

Por modelo entender-se-á um modo de estruturação das relações entre economia e política estabelecida dentro de uma sociedade determinada enquanto o amálgama de um todo em que a política e a economia se intergovernam por intermédio de um dado modo de regulação espacial. O que nos conduz a ver, com Léfèbvre, o movimento da sociedade capitalista moderna como um todo espacialmente reproduzido (MOREIRA, 2014, p. 298).

Com o objetivo de visualizar essas transformações da Fazenda inseridas também no contexto do Estado do Rio de Janeiro também vou me valer do trabalho de Maria Célia Coelho que analisou as relações campo/cidade no Estado do Rio de Janeiro através de um contexto mais global das transformações decorrentes do desenvolvimento capitalista no Brasil e sua inserção na economia mundial, fazendo uma análise histórica dessas relações. Também foi utilizado o acervo não digitalizado do IBGE que consta de obras publicadas como resultado de trabalhos de campo realizados pelo Conselho Nacional de Geografia.

O primeiro modelo de desenvolvimento da sociedade apresentado por Moreira é o da sociedade colonial-escravista em que o poder e a riqueza se traduziam pelo monopólio da propriedade dos escravos e da terra. Esta era concedida pela Coroa Portuguesa à elite nacional na forma de sesmarias, seu

tamanho variando de acordo com o número de escravos, onde se combina uma relação agrária e uma relação de mercado, o capital mercantil, controlando a vida econômica e política da sociedade.

Em todo o período agroexportador, a sociedade brasileira organizou-se sobre a base de macroespaços. As grandes culturas de exportação são postas a coabitar lado a lado com as pequenas culturas e as fazendas de gado, tendo em vista atender o suprimento alimentar interno, esse todo de coabitação compoendo uma gama de grandes recortes de áreas comandada pela grade da produção plantacionista (MOREIRA, 2014, p.306).

O desenvolvimento de um novo produto no mercado internacional, o café, provocou o surgimento de algumas cidades com atividades derivadas da comercialização do produto. Foram ligadas por linhas férreas e compunham uma rede urbana polarizada pela cidade do Rio de Janeiro, que cresceu como porto de exportação, além de sua função de capital do país. Isso fez com que até o início do século XX, a dinâmica da economia rural exportadora fluminense tenha sido dependente do processo de urbanização.

Com a queda da rentabilidade do cultivo do café no Estado e a transferência do plantio desse produto para o Estado de São Paulo não houve mais nenhuma outra lavoura de igual importância, levando o Estado do Rio de Janeiro a uma situação inferiorizada e condenando a economia agrícola fluminense à estagnação (COELHO, 1986). Mesmo a pecuária, que se destinava ao mercado interno, não foi capaz de devolver o dinamismo aos centros urbanos fluminenses. Mesquita e Geiger afirmam que a agricultura, em muitas áreas, conquistou muitas terras, porém em outras foi abandonada devido à valorização dos terrenos que foram se tornando vizinhos às grandes cidades e companhias imobiliárias adquiriram essas terras.

A mudança da correlação de forças entre a agricultura e a indústria é certamente o traço fundamental da evolução econômica da Baixada Fluminense e esta se iniciou antes da libertação dos escravos. É possível que a predominância das atividades urbanas sobre a vida rural – a passagem da agricultura para o segundo plano – tenha contribuído para que certos autores considerassem a Baixada Fluminense decadente; no entanto, não se podem excluir as cidades e as indústrias do conjunto geográfico da região (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 33).

Concluem dizendo que apesar da substituição das atividades econômicas que estavam em crise por outras, concordam com Coelho quando afirmam que

a agricultura na Baixada Fluminense nunca mais teve a importância que possuiu no Império. No início do século as lavouras de gêneros alimentícios decaíram e a região foi abandonada com o aparecimento e a acentuação da malária, deslocando novas levas de população. Correlacionando ao desenvolvimento industrial e urbano, os autores mostraram a ampliação da atividade florestal, com extração da madeira, da lenha e fabricação do carvão ou instalação de lavoura, principalmente de mandioca e milho, ou criação de gado nas terras desmatadas.

Os ancestrais de alguns moradores e a proprietária da Fazenda Cantagalo vivenciaram esse período da agricultura escravista e nosso estudo se inicia no parcelamento da terra, feito pela proprietária, conforme assinalado na planta da Fazenda, após a decadência do café, e sua repartição entre os descendentes de escravizados e trabalhadores da Fazenda que tiveram acesso à terra para sua reprodução social com pequenas culturas.

No segundo momento, apontado por Moreira, a indústria é a atividade econômica que sustenta a acumulação do modelo histórico brasileiro. A sociedade ganha um perfil urbano e se moderniza. A industrialização substitutiva de insumos industriais agrícolas começa nessa fase levando a modernização ao campo, integrando indústria, sistema bancário e agricultura. A espinha dorsal do crescimento é a forte presença do Estado que deixou sua marca na região através da Rodovia Amaral Peixoto, cuja construção data da década de 1930, a BR-101, inaugurada na década de 1950 e a Ponte Rio-Niterói, de 1974.

Na década de 1940, os produtos industrializados paulistas dominaram os mercados do país e a partir de 1950 o setor industrial se apoiou na indústria automobilística, arrastando para São Paulo o conjunto dos ramos da indústria e gerando uma hierarquia territorial de regiões polarizadas nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, indicando a entrada definitiva da organização do espaço brasileiro na fase do capitalismo avançado com base na internacionalização da economia e no intervencionismo estatal.

Segundo Geiger e Mesquita, de 1940 para 1950 houve grande redução do número de propriedades rurais ao passo que a população da região da Baixada

Fluminense aumentou. Esse fato é explicado por ser comum na região a posse de várias propriedades espalhadas e pertencentes a um só proprietário. (GEIGER e MESQUITA, 1956). José Maria Rollas, comerciante do Rio de Janeiro e proprietário da Fazenda Cantagalo, possuía mais duas propriedades na localidade, a Fazenda Monte Verde e a Fazenda Careta.

Continuando, os autores mostram que, no início da década de 1950, as transformações nas cidades da Região da Baixada Fluminense se deram de forma diferente, mas no conjunto a vida urbana se expandiu devido a várias razões: as intensas transformações na indústria açucareira, a modernização no sistema de transportes como as ferrovias e pavimentação das estradas, as obras do Governo Federal como drenagem das planícies, instalação de colônias agrícolas.

Nos anos 1960 são implementadas políticas de modernização brasileira tentando romper com a baixa produtividade introduzindo uma racionalidade empresarial (MOREIRA, 2014; COELHO, 1986), o que também ocorreu nas áreas de ocupação já consolidadas do Sudeste. A proximidade do Rio de Janeiro à área mais desenvolvida do país não foi suficiente para tornar o espaço agrário fluminense economicamente mais dinâmico, embora tivesse acontecido uma expansão capitalista na agricultura.

A expansão capitalista na agricultura, ainda que incipiente, aí ocorre face (a) ao crescimento urbano-industrial verificado; (b) à melhoria das condições de acessibilidade ao mercado em virtude da ampliação da rede viária; (c) às condições propícias ao desenvolvimento da atividade pastoril potencialmente rentável e (d) à necessidade de capitalização que faça frente ao preço excessivo de suas terras, entre outros fatores (COELHO, 1986, p. 4)

No entanto, esses investimentos não alteraram as condições de baixa produção e produtividade do setor rural do Estado, embora tenha havido uma expansão da rede viária e da rede urbana, em geral. Mas a retomada do dinamismo dos centros urbanos fluminenses se deu pelo desenvolvimento do turismo e do lazer.

Na Baixada Fluminense, havia posse de grande quantidade de terras por pessoas residentes na cidade ou por firmas comerciais ou industriais não registradas como tal para que os trabalhadores não fossem regidos pelas leis trabalhistas dos operários industriais, o que confirma a relação entre o elevado

índice de absenteísmo nos estabelecimentos agropecuários e o grande número de proprietários citadinos. As propriedades dirigidas por administradores representavam, entre 1951 e 1953, 10% do número total de propriedades e ocupavam 29,4% das terras recenseadas. (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 50)

Esse exemplo pode ser observado, com o trabalho de campo, na localidade de Cantagalo, onde se localizava, na década de 1980, a fazenda de Lili Beth, do Rio de Janeiro, e a Fazenda Atlântica Reunidas. Além dessas, a Estrada de Ferro Leopoldina era a proprietária da Fazenda União. Os proprietários compravam lenha dos fazendeiros da região e exploravam a mata para a produção de energia com lenha e carvão.

Outras atividades que concorriam para a destruição das matas era a extração de barro para a indústria de cerâmica, (embora fosse comum esse tipo de indústria mais ao sul) e a criação de gado bovino. Devido à destruição contínua das matas, desde o início do povoamento da Baixada Fluminense, existem hoje manchas florestais, em sua maioria matas secundárias, além das capoeiras que predominam na paisagem.

No Estado do Rio de Janeiro, a maior procura por lenha se refletiu na compra de terras, que possuíam reservas de matas ou de capoeiras, por empresas industriais e à proporção que as capoeiras escasseavam, eucaliptais iam sendo plantados a ponto de as estatísticas apontarem, em 1952, na Baixada Fluminense, 750 mil pés de eucaliptos. Outros proprietários adquiriram terras para guardar a madeira como reserva. Já outros utilizavam a criação de gado como uma atividade a que recorriam quando havia uma queda de produção nas demais atividades da fazenda. Capitalistas da cidade adquiriram grandes propriedades nas áreas entre Cabo Frio e Macaé, e outros trechos da Baixada Fluminense com o objetivo de aumentar os rebanhos, não só porque os animais estavam sendo valorizados como pela facilidade de obtenção de créditos bancários. Portanto, já naquela época, a aquisição de terras por parte de capitalistas urbanos para a criação de gado se relacionava à especulação porque as terras ocupadas com gado eram menos valorizadas que as terras ocupadas com a lavoura pelo fato dos solos serem mais pobres ou a criação ocupar planícies ainda não saneadas e a criação não exigir muitos gastos com mão de obra. (GEIGER e MESQUITA, 1956)

Pelo relato dos moradores, pode-se perceber que em todos os períodos vividos pela Fazenda Cantagalo sempre houve chegada de fazendeiros, como podemos perceber na matriz espaço-tempo, e essas chegadas parecem estar sempre relacionadas, em cada um desses momentos, a alterações de uso da terra.

A reconstituição da grande propriedade por iniciativa de capitalistas da cidade, é, sem dúvida, de grande importância para a formação de latifúndios ou a manutenção de grandes propriedades em poder de diversas famílias, cujos proprietários exerciam suas atividades na cidade. Esse fato fazia aumentar a expectativa, para os trabalhadores rurais, no sentido de uma reforma agrária como forma de garantir a terra para sua reprodução.

Em 1959, tomou posse como governador do estado do Rio de Janeiro Roberto Silveira, do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. Nesse mesmo ano, enviou ao legislativo estadual um projeto – 253/59 – o Plano Piloto de Ação Agrária, conhecido pelos agricultores como “Plano Agrário”. O plano previa a delimitação das áreas cultivadas por posseiros, demarcação de terras devolutas, criação de subdelegacias de polícia agrária em áreas de litígio e desapropriação das terras pelo valor declarado pelos proprietários. O projeto sofreu oposição de um dos partidos que elegera o governador, a UDN – União Democrática Nacional e por isso, ao final, foi aprovado um outro plano, diferente deste no qual os trabalhadores nutriam esperanças da realização da reforma agrária.

O fluxo de pessoas para as localidades onde havia terras para serem ocupadas aumentou bastante na Fazenda Cantagalo: arrendatários, parceiros, enfim, os trabalhadores que não dispunham de terras começaram a se organizar na esperança de garantir a terra própria. Tinham receio de comprar terra de posse, pois sabiam de sua condição jurídica duvidosa, o que não acontecia com os fazendeiros e aventureiros<sup>8</sup> que pagavam os impostos atrasados na tentativa de legalização do imóvel.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Aventureiros é a maneira como os moradores da Fazenda Cantagalo se referem a pessoas estranhas ao local que chegam na tentativa de adquirir terras.

<sup>9</sup> Informação obtida pela entrevista com Gelson Apicelo, ex-presidente do Sindicato Rural de Casimiro de Abreu.

A organização desses trabalhadores estava inserida no movimento nacional denominado Ligas Camponesas, na década de 1950, e a Fazenda Cantagalo recebeu a visita de Francisco Julião, seu líder, e seu companheiro José Almeida que organizaram e instruíram os posseiros no sentido de defender a terra para nela trabalhar o que estimulou a criação da Associação de Lavradores de Casimiro de Abreu.<sup>10</sup>

A participação de um segmento de trabalhadores nas Ligas Camponesas não conseguiu romper com o modelo concentrador e excludente de terra e riqueza nesse período histórico brasileiro. A Associação de Lavradores de Casimiro de Abreu foi desarticulada em 1964 com o golpe militar e empresarial. A partir disso, os moradores, muito receosos, não conseguiram mais se organizar. Algumas lideranças foram presas, outras ficaram com problemas de saúde. E muitos trabalhadores saíram da Fazenda.

Os lavradores somente voltariam a se organizar em 1969, por orientação do Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, Dryden Arezzo e foi fundado, pelos trabalhadores, o Sindicato Rural de Casimiro de Abreu cujos sindicalizados se reuniam no primeiro domingo de cada mês.<sup>11</sup> (figura 10)

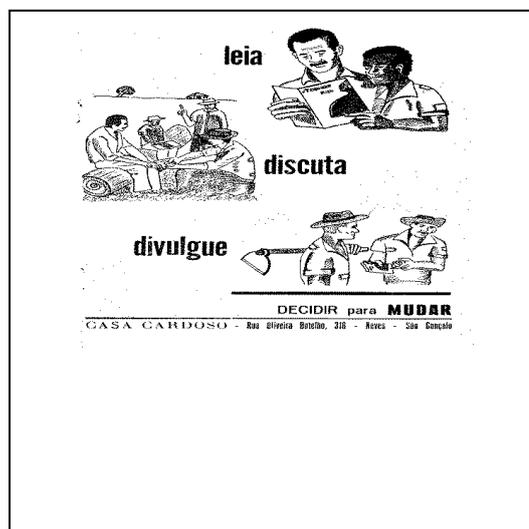


Figura 10: Detalhe da cartilha distribuída pela FETAG, 1976

<sup>10</sup> Estive com Francisco Julião, que confirmou sua liderança junto aos moradores da Fazenda Cantagalo na década de 1960. Esse encontro aconteceu na UFRJ, no Largo de São Francisco, em 1986.

<sup>11</sup> Entrevistas a Gelson Apicelo, em 1983, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu e nova entrevista em 2018.

Na década de 1970, a pavimentação da rodovia BR-101 e a construção da ponte Presidente Costa e Silva, ligando Rio de Janeiro a Niterói, aproximaram áreas rurais, mais afastadas, dos centros metropolitanos. Com isso, intensificou-se ainda mais o processo de valorização da terra e seu uso com interesses de turismo e lazer. O movimento de compra de terras passou a ser uma alternativa de investimento de capital numa fase de alta inflação. As terras, extremamente valorizadas, foram se concentrando para dar lugar à atividade pecuária. Conseqüentemente, o fluxo migratório dessa área para as cidades próximas ou para a periferia da cidade do Rio de Janeiro se intensificou, transformando o espaço pelo impulso do crescimento urbano.

O terceiro momento descrito por Ruy Moreira é marcado pela fase da acumulação pós-industrial, em que o modelo de acumulação industrial é substituído pela fase de financeirização global. Esse modelo integra o mercado e internacionaliza o espaço. É a fase de reestruturação em que nos encontramos.

A reestruturação é a instituição de um modelo de economia política centrada na acumulação rentista que atinge desde o mundo do trabalho até o mundo do Estado e das empresas, reformatando os modelos, modos de desenvolvimento e regimes de acumulação (MOREIRA, 2014). Percebemos que tanto o modelo histórico mundial quanto o modelo histórico brasileiro estão em sincronicidade. Segundo Moreira, a reestruturação junta duas escalas: o tempo-espaço mundo e o tempo-espaço Brasil. Mas, como mostra o autor, sempre houve reestruturação na história, mundial e brasileira, vivendo momentos de diacronismo, em que o que acontecia numa escala não acontecia necessariamente na outra, o que explica que nem todas as situações que particularizam esse período tenham sido vivenciadas no espaço da Fazenda Cantagalo.

Pelas informações dos moradores e registro em material produzido pelo Sindicato Rural de Casimiro de Abreu, a Fazenda Cantagalo viveu todos os momentos identificados na periodização: o da sociedade colonial-escravista com a cultura do café, a substituição do café pela pecuária e lavoura, a ampliação da extração florestal para a obtenção de lenha, o aumento do preço da terra, a prática da lavoura em pequenos lotes, a posse, a forte presença do Estado através da infraestrutura, a concentração da terra, as lutas pela terra, a prisão das lideranças

sindicais, o desmonte do Sindicato, o fluxo de pessoas na Fazenda, a valorização da terra e seu uso para turismo e lazer. O único elemento em que não houve sincronia com os momentos vividos pelo país e o mundo aconteceu na década de 1950, a aquisição de terrenos pelas companhias imobiliárias.

O estado do Rio de Janeiro teve sua estrutura espacial alterada com o objetivo de um desenvolvimento mais equilibrado a partir da fusão entre os estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Esta ocorreu em 1974, definida por decreto presidencial. Para tal, foi elaborado o Primeiro Plano de Desenvolvimento Estadual – I PLAN-RIO que previu a descentralização espacial e urbana, fortemente concentrada na região metropolitana.

Uma das medidas do planejamento estadual foi compreender como o crescimento concentrado na região metropolitana vinha influenciando as cidades da periferia. Àquela época, o desenvolvimento de um sistema espacial desse tipo se realizava a partir de regiões *core* que organizavam a dependência da *periferia* que se constituía como área de emigração demográfica e de capitais para a região *core*<sup>12</sup>.

O processo de urbanização era visto, à época, como produto da relação entre sociedade e espaço, a maneira como se organizaram os modos de produção em uma formação social que, no caso do Brasil, caracterizava-se por sua dependência ao sistema capitalista em seu processo de acumulação. No processo de organização do espaço também se deve considerar a importância do Estado que, através da infraestrutura atuou no processo de urbanização.

Estudos do IBGE utilizando pesquisas empíricas e técnicas da Análise Fatorial aplicadas ao sistema urbano do Rio de Janeiro entre os anos de 1950 e 1970 mostraram que em 1950, poucos centros se destacavam no Estado do Rio de Janeiro, revelando um sistema urbano desequilibrado pela primazia da cidade do Rio de Janeiro. Essa situação se mantém em 1970, onde a hegemonia da metrópole faz do restante do sistema um espaço indiferenciado.

---

<sup>12</sup> Esse tipo de desenvolvimento baseava-se em diversas teorias donde a Teoria Geral do Crescimento Polarizado de J. Friedman e a Teoria de Pólo de Desenvolvimento de F. Péroux são dois exemplos.

O espaço metropolitano contrasta com as demais áreas pouco dinâmicas e mesmo deprimidas. Estas muito mais fornecedoras de mão de obra e produtos alimentares para o mercado urbano metropolitano do que espaços integrados ao crescimento concentrado na metrópole (DUARTE, 1981).

Na Região dos Lagos, o município de Casimiro de Abreu esteve incluído nos centros sem expressão na estrutura espacial do estado, embora a construção da BR 101 em 1975 tenha levado à expansão da função de lazer e veraneio e tenha colocado a região das baixadas litorâneas diretamente integradas à metrópole. Foram criadas regiões-programa e Casimiro de Abreu pertencia à Região das Baixadas Litorâneas. Os trechos litorâneos urbanizaram-se, estimulados pelos recursos naturais e da paisagem, o que não aconteceu no interior onde as atividades econômicas não impulsionaram o crescimento urbano. Na década de 1980, algumas cidades do Estado do Rio de Janeiro se destacaram, sendo uma delas Macaé, por influência da atividade de exploração do petróleo e algumas cidades turísticas da zona litorânea, como Cabo Frio.

A partir de 1982, o governador Lionel Brizola estimulou os investimentos no estado no sentido de reverter a forte centralidade da capital. Com a necessidade de ampliar a produção de petróleo, investiu em infraestrutura e pesquisa, assim como na reestruturação das atividades turísticas e imobiliárias, e, assim, o núcleo dinâmico da economia regional próximo se deslocou de Campos para Macaé.

Nessa mesma década, abordando a agricultura fluminense, Maria Célia Coelho considerou dois aspectos: o monopólio da terra e a expansão capitalista na agricultura. Segundo a autora, as transformações no espaço agrário fluminense aconteceram sem que se tenha alterado o quadro geral de concentração da terra. Através da política de crédito se realizaram as condições do monopólio da terra que se traduziram na obtenção da renda através da apropriação privada da terra. Verificou-se, no campo, investimentos de capitais de origem urbana, estimulando o mercado de terras, nem sempre com interesses na produção, mas especulativos ou de lazer.

(...) no processo de expansão capitalista, no campo fluminense, dominam dois tipos de investimentos: (a) de capital industrial e comercial e (b) de capital individual de industriais, comerciantes e profissionais liberais bem sucedidos. Ambos são atraídos, sobretudo, pela oportunidade de diversificação de atividades e pela valorização do patrimônio territorial. Tais investidores promovem, via de regra, (a) a substituição nas áreas valorizadas do fazendeiro tradicional

descapitalizado pelo fazendeiro-empresário da grande cidade (Rio, Niterói, Campos etc) e (b) a expansão das áreas de pastagens em detrimento de áreas de lavoura (COELHO, 1986, p. 10).

Uma ampla parcela de produtores permaneceu descapitalizada e vários deles, não resistindo à alta valorização da terra, colocaram-na à venda. Aumentou a proletarização da força de trabalho e a migração. Os loteamentos de terras rurais passaram a ser a opção de moradia mais barata, atendendo determinados segmentos da população. Constatou-se, no Estado, nesse período, a decadência da produção de subsistência de alimentos básicos, ocupando áreas ainda não valorizadas ou de relevo acidentado ou de difícil acesso (COELHO, 1986). Portanto, a expansão capitalista no espaço agrário fluminense esteve relacionada à média e grande propriedades fundiárias e à expansão da atividade pastoril ou de turismo.

Também na década de 1980, foi desativado o trem que servia à população na Estação de Califórnia. A Estação se localizava dentro dos limites da Fazenda Cantagalo. O ramal passou a ser utilizado, por um determinado tempo, somente pela Petrobrás, em Macaé, para escoamento da produção de petróleo até que foi totalmente desativado. Esse fato desestimulou os produtores da lavoura pois aumentou sua dependência aos intermediários. Os produtos originários da lavoura passaram a ser transportados para Macaé por uma kombi, sendo o leite transportado pela cooperativa.

No ano de 1985, um dos grupos de pesquisa do Departamento de Geografia da UFRJ, do qual eu fazia parte, aplicou 70 inquéritos junto às famílias de trabalhadores e alguns fazendeiros e pudemos traçar um quadro da Fazenda. A população se distribuía entre a serra, onde predominava o cultivo da banana e a baixada, onde predominava a criação de gado leiteiro. Tentamos estabelecer uma correlação entre o ano de chegada dos trabalhadores e a localização na Fazenda mas devido à intensa mobilidade dos mesmos esses itens não se relacionaram. A maioria apresentava laços de parentesco com moradores da Fazenda ou souberam da repartição das terras através de conhecidos. Em suas antigas terras eram empregados ou meeiros e vieram com a perspectiva de terras próprias e uma vida melhor.

Simultaneamente ao processo de aglutinação de posse por parte dos fazendeiros, havia um outro, inverso, o de desmembramento das posses por parte de trabalhadores que, ou venderam lotes para familiares para construir casas ou venderam a terra para pagar prejuízos, dívidas ou diminuir despesas de manutenção dos lotes. Havia, também, um pequeno número de casas vazias onde existiam lavouras pertencentes a trabalhadores da cidade de Rio das Ostras que mantinham a terra e a roça e iam para a Fazenda apenas nos finais de semana.

Naquele momento, segundo sua narrativa, os trabalhadores não se interessavam mais em trabalhar na roça, preferindo o comércio. A visão que tinham de dinheiro, segundo eles, mudou também, queriam ter dinheiro para gastar e consumir quando, antigamente, emprestavam uns aos outros para que todos pudessem melhorar de vida através das atividades relacionadas à lavoura. “Antigamente, quando um dava um grito, todo mundo gritava.”<sup>13</sup>

A partir da informação de moradores, a saída dos que estavam na Fazenda e a chegada de gente estranha mudaram os hábitos no interior da mesma. Costumes da cidade foram implantados no campo e alguns hábitos do campo foram deixando de existir:<sup>14</sup>, “toucinho faz mal, entope as veias.”<sup>15</sup>

Ainda em seus depoimentos, afirmaram que os filhos dos posseiros que se dirigiram para a cidade passaram a desdenhar seus pais e a vida no campo, ao mesmo tempo em que havia uma pressão das mulheres no sentido de ir para a cidade onde poderiam usufruir os bens e serviços que não encontravam no campo.

Para Ruy Moreira, o modelo histórico mundial e o modelo histórico brasileiro, apresentados por ele, se esgotaram ao mesmo tempo, em todos os lugares do mundo. O que está havendo é a conclusão de um processo histórico que atingiu a escala global da planetarização mas não foi ainda substituído por um modelo em outro formato, afirmação com a qual também concordo. Diante dessa constatação, procuramos buscar, através da memória dos antigos moradores que permaneceram na Fazenda Cantagalo e dos relatos dos novos moradores que

---

<sup>13</sup> Entrevista de Pedro Pinheiro, em 1985.

<sup>14</sup> Entrevista de S. Pedro Pinheiro, em 1985.

<sup>15</sup> Entrevista de S. Tenda em 2018.

chegam constantemente à Fazenda trazendo suas histórias e suas práticas sociais, compreender melhor esse espaço.

No Estado do Rio de Janeiro, o que chamávamos de espaço rural atinge uma complexidade, uma vez que a dimensão não agrícola vem se acentuando, os serviços urbanos se estendem ao campo e as atividades agropecuárias vão se associando ao setor urbano-industrial. Vários autores podem ser citados nessa linha de reflexão. João Rua mostra que há um “novo rural” recriado no campo pelo modo de produção capitalista, em que o rural e o urbano se fundem, mas preservando suas especificidades, reforçando o que o autor chama de “urbanidades no rural”.

Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade, são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo (RUA, 2005).

As ruralidades se desenvolvem nos espaços urbanos assim como as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais. Não só a natureza passa a ser oferecida como consumo como certos valores culturais são atribuídos ao mundo rural. Resulta dessas interações um espaço híbrido que não sendo um urbano ruralizado nem um rural urbanizado, daí a expressão urbanidades no rural para apresentar esse espaço como um “outro rural”, concebido na cidade onde virtual e real se confundem. Essas mudanças alteram as relações urbano-rurais gerando novas territorialidades que se manifestam, pois, de forma híbrida. (RUA, 2005)

Aprofundando essa análise, Rua identifica, para o Estado do Rio de Janeiro, alguns “eixos de densidade de urbanidades”, conforme mostrado no mapa. (Figura 11). Um deles, que aparece, em traço cheio, em vermelho, no litoral leste do Estado do Rio de Janeiro, é o que tem no turismo um forte vetor



Figura 11: Eixos de maior densidade de Urbanidades

de crescimento, seguindo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em direção a Cabo Frio, Búzios, Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas, que sofre intensa urbanização e se espacializa através do fracionamento da terra e criação de loteamentos e condomínios, onde a instalação da Petrobras em Macaé estimulou uma enorme especulação imobiliária (RUA, 2005)

Nessa temática a qual Rua tem se dedicado ultimamente, o autor oferece alguns caminhos e um deles quero considerar na pesquisa, que aponta para o caráter híbrido da relação urbano-rural. Rua apresenta a relação assimétrica entre o urbano e o rural e mostra que o urbano está mais presente, deixando suas marcas. Para isso, foi importante tentar compreender por que órgãos oficiais e também os sujeitos que vivem naquele espaço consideram a Fazenda Cantagalo como área rural.

Através de seus trabalhos mais recentes, Rua tem verificado como o processo de metropolização do espaço tem seus efeitos sobre as relações urbano-rurais em algumas áreas do Rio de Janeiro compreendendo essas relações como manifestações da lógica atual da expansão das relações capitalistas de produção. Quando falamos de metropolização estamos nos referindo ao fenômeno enquanto processo que transforma o espaço, ultrapassa os limites da metrópole, tal como afirma Sandra Lencioni, um conjunto de movimentos que acontecem em vários

momentos, envolvendo superposição e acumulação, imprimindo novas formas-conteúdo ao espaço no qual o urbano se realiza, agora como urbano-metropolitano (LENCIONI, 2015, RUA, 2017).

Vários autores apresentaram referenciais para se pensar o urbano numa nova fase de produção do espaço. Sandra Lencioni reuniu os pontos de vista de quatro desses autores oferecendo uma nova perspectiva para a compreensão do espaço urbano contemporâneo, trazendo Henri Léfèbvre com a ideia da constituição de uma sociedade urbana como uma implosão/explosão da cidade, representada por: concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano, que resulta da concentração e também explosão da realidade urbana em múltiplos fragmentos: as periferias, subúrbios, cidades-satélites.

Segundo Léfèbvre, a problemática urbana é mundial e, por isso, a sociedade urbana é definida como planetária. É complexa, passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano, atinge, ao mesmo tempo, o espaço e o tempo (LÉFÈBVRE, 2004). Apesar de Cantagalo nunca ter vivenciado as atividades ligadas ao agronegócio, nota-se uma forte presença do industrial devido à proximidade da Zona Especial de Negócios que concentra as atividades industriais relacionadas ao complexo de petróleo e gás, imprimindo ao bairro essa particularidade pois é na ZEN que trabalhava uma parcela significativa da população de Rio das Ostras, e também, pela proximidade, de Cantagalo. Há esperança, por parte da população do bairro, de retomada dos empregos na ZEN e tem sido grande a movimentação de caminhões diante das obras de duplicação da BR 101 em Macaé.

Para Léfèbvre, a explosão/implosão pode ser considerada precursora da sociedade urbana que exerce uma dominação através de um lugar, por movimentos dialéticos próprios ao urbano, ou seja, as contradições internas, as antigas e as novas, agravando ou mascarando aquelas e que tentarei desvelar no decorrer da pesquisa.

Lencioni também traz Borja e Castells com a noção de organização do mundo em aglomerações difusas. Mas a autora ressalta que cabe a Gottmann a

sistematização dessas ideias que surgiam a propósito de uma nova forma, a megalópole, acrescentando novos elementos como fluxos, aglomeração e dispersão, espraiamento, mobilidade, movimento, integração, dinâmica, processos que levem à concepção de modo de vida urbano, fenômeno urbano, tomando novas formas e amplitude. (LENCIONI, 2017)

Com isso, segundo a autora, o processo de metropolização diz respeito a um momento mais avançado do processo de urbanização, imprimindo ao território características metropolitanas, não importando a relevância nem o posicionamento da cidade (LENCIONI, 2017). Isso significa que mesmo uma cidade de pequeno porte, como Rio das Ostras, com suas particularidades de cidade litorânea e, ao mesmo tempo, próxima à região serrana, atravessada pela BR-101, que atrai serviços turísticos, tem atributos metropolitanos sendo, por isso, um espaço de fluxos.

Para Léfèbvre, o fenômeno urbano caminha para uma totalidade sem que esta se efetue, mas depende de uma leitura total. O urbano é pontual, não existe sem localização, o fato se dá em torno de um ponto, tomado como centro. O fenômeno urbano tem uma extensão-expansão, não pode ser limitado, e reúne pontualidades nas suas diferenças.

Ora, o fenômeno urbano manifesta-se como movimento. Ele não pode, portanto, se fechar. A centralidade e a contradição dialética que ela implica excluem o fechamento, isto é, a imobilidade. (LÉFÈBVRE, 2004, p. 158)

O fenômeno urbano contém uma práxis (prática urbana). O urbano reúne diferenças e manifesta-se como movimento, não pode ficar imóvel, representa a liberdade de produzir diferenças. Continua Léfèbvre:

Ele (o urbano) faz diferir de uma maneira refletida o que diferia sem o saber: o que só era distinto, o que estava ligado às particularidades no terreno. Ele reúne *tudo*, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes. Como forma que trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário (LÉFÈBVRE, 2004, p.159).

Como já afirmado anteriormente, o IBGE considera Cantagalo como Área Rural, o INCRA-RJ insere Cantagalo na Zona Homogênea Lagos. A Prefeitura de

Rio das Ostras considera Cantagalo e seu entorno como Área Rural nas franjas do tecido urbano. Os sujeitos que vivem naquele espaço consideram Cantagalo uma área rural, segundo eles, pela densidade populacional. Para eles, população rarefeita é área rural, bem diferente do que encontram na cidade. Cantagalo representa um bairro de Rio das Ostras, atuando como periferia desse município mas extremamente próximo a Macaé, situada a 14,5 quilômetros de Cantagalo. Os serviços de vans, com quem mantém relações diárias, pertencentes à Prefeitura de Rio das Ostras, circulam durante todo o dia, transportando a população de Cantagalo para a ZEN, a Zona Especial de Negócios, distante cerca de 3 quilômetros da praça de Cantagalo, como também estabelecendo a ligação de Cantagalo ao centro de Rio das Ostras. Cantagalo recebe de Macaé os impulsos e os “respingos” de seu crescimento, mas também se retraiu quando Macaé sofreu a diminuição dos preços do petróleo, o encerramento de obras pelas empresas autuadas pela Operação Lava-Jato e o cancelamento da prestação de serviços das empresas terceirizadas que prestavam serviço para a Petrobras. Com isso, diminuíram, para Cantagalo, as possibilidades de emprego. Mas cabe à Prefeitura de Rio das Ostras a implantação de alguns serviços e equipamentos, como o recém instalado e comemorado caixa do Banco 24 Horas. Também das duas cidades, e das cidades mais importantes, como a metrópole do Rio de Janeiro, chegam os hábitos culturais e representações de valores urbanos, que não são mais exclusivos das metrópoles, sendo difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, pois tendem a diluir-se um no outro. (LENCIONI, 2017 e RUA, 2017) É difícil qualificar e identificar o processo de urbanização em Cantagalo. Essa pesquisa se baseia em dados levantados, basicamente, por informações e sentimentos coletados junto aos moradores da Fazenda. Segundo eles, há alguns anos, a Zona Especial de Negócios e a cidade de Macaé, assim como o centro de Rio das Ostras, vem representando o principal mercado de trabalho e de consumo para os moradores de Cantagalo, o que contribui para aumentar o fluxo de pessoas entre Macaé e o Cantagalo.

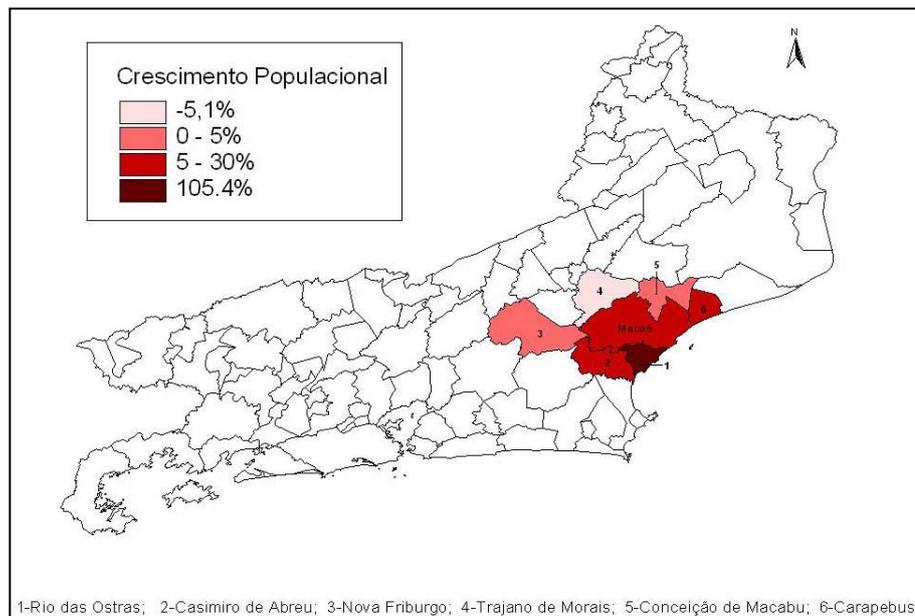


Figura 12: Crescimento Populacional dos Municípios Limítrofes a Macaé no Período 2000–2007 Organizado por Faber Paganoto a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

Nos anos 2000 era forte o movimento pendular de trabalhadores em Macaé residentes em Rio das Ostras, como mostra o mapa da Figura 9, Rio das Ostras teve um crescimento populacional superior a 100%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – o censo de 2010, o último, contabilizou 105.676 pessoas em Rio das Ostras, sendo a estimativa para 2017 o contingente de 141.117 pessoas. Apesar desse crescimento da população absoluta, ao examinarmos os dados da população relativa verificamos que o crescimento entre 2000 e 2007, embora bastante significativo, foi consideravelmente inferior ao apresentado entre 1991 e 2000 (PAGANOTO, 2008).

Em 2008, segundo o autor, o elevado custo de moradia em Macaé provocou uma procura cada vez maior por imóveis, tanto para compra como para locação, nas cidades próximas, principalmente Rio das Ostras. O deslocamento pendular diário entre os municípios de Macaé e Rio das Ostras ocorre ainda de forma intensa, embora, segundo os moradores, a crise política e econômica de 2016 tenha sido responsável pela grande diminuição da oferta de empregos, apesar de serem mantidos os deslocamentos diários de vans operando desde a manhã até a noite.

Para exemplificar essa forte correlação que existe envolvendo a movimentação entre Macaé e Cantagalo, um dos restaurantes, com capacidade para 200 pessoas, que recebe diariamente os funcionários das diversas empresas de Macaé, tais como USIS CREW, Tech Fix, SZ, antes da crise, fretava ônibus que transportavam esses funcionários diariamente para almoçar em Cantagalo. Hoje, o restaurante recebe um número significativamente menor de funcionários, que se organizam entre eles para o transporte da Zona Especial de Negócios até Cantagalo.

A diminuição do acesso aos empregos formais em Macaé e Rio das Ostras, trazendo um clima de crise para Cantagalo, não impediu a iniciativa de alguns micro empreendimentos, principalmente em torno da praça principal, a Praça Cantagalo. Além do entorno da praça, existem na Fazenda mais três aglomerações que o INCRA-RJ define como núcleos urbanos.<sup>16</sup> (Anexo 7) Ali existem pequenos bares e quiosques de bebidas, pequenos mercados, bazares, pequenos restaurantes, lanchonetes e salões de beleza. Esses empreendimentos geram outras atividades dentro da própria Fazenda como entrega de lanches a domicílio, e a manutenção de outros como venda de peixes, verduras, ovos, aves abatidas. Está se iniciando, na Fazenda Cantagalo, a oferta desses serviços através de aplicativos. A Fazenda Cantagalo em movimento.

Milton Santos mostra que a paisagem não é construída de uma só vez, mas por acréscimos, porque junta objetos passados e presentes, sendo, por isso, uma construção transversal. Ela é fragmentada, forma-se em vários momentos, é produzida a partir de “pedacinhos”, de construções isoladas. Ela é um sistema, pois é o instante em que a sociedade se encaixa na paisagem e, portanto, estão relacionadas de forma dinâmica (SANTOS, 2014). Preciso perceber a dinâmica que existe nesse espaço em seu movimento de reprodução, mesmo que eu, nessa nova etapa do trabalho de campo, tenha capturado momentos desse movimento num presente que já está fugindo, citando a expressão de Mauricio Abreu, o *presente de então*.

---

<sup>16</sup> Planta de Parcelamento da Fazenda Cantagalo.

Os moradores mais antigos podem sentir as mudanças dos movimentos porque as vivenciaram. Já os moradores mais novos me apresentaram a história que trazem consigo e a experiência daquele momento no novo território. E eu, com minha coparticipação, cumplicidade e envolvimento com a história da Fazenda que me foi trazida a partir do final do século XIX faço uma interpretação do que posso observar e também acrescento aos moradores meu conhecimento sobre a Fazenda. É com grande curiosidade que os trabalhadores mais novos se informaram, através dos meus relatos, do passado da Fazenda, que produzia café a partir do trabalho de escravizados libertos, ou demandaram informações sobre o processo judicial que envolve o proprietário da Fazenda, o INCRA e os candidatos ao assentamento.

A descrição da Fazenda, a princípio, contribuiu para que eu começasse a perceber que para além da organização espacial está o movimento do capital, das pessoas, da terra. A apresentação através da periodização mostrou que o estudo do espaço não pode se dissociar da reconstituição histórica do tempo, tampouco das diferentes formas pelas quais seus moradores se apropriam daquele espaço para a realização de suas práticas sociais, resultando na primeira impressão que a paisagem da Fazenda Cantagalo ofereceu ao meu olhar.

Após elaborar uma descrição da Fazenda a partir do estudo de plantas, cartas topográficas, cartogramas, mapas, imagens de satélite, informações obtidas em campo e entrevistas, deparei-me com um espaço fragmentado, aos pedaços, como se as atividades acontecessem em espaços específicos na Fazenda. Acrescido da imagem que eu trazia daquele lugar e seus moradores, cristalizada em 1983, a de um espaço rural. Cantagalo não vivenciou intensamente, embora receba os impulsos, o processo de financeirização e, sim o de mercantilização que constitui a problemática da pesquisa, a mercantilização do espaço a partir do estudo de quatro elementos: natureza, terra, trabalho e vida cotidiana. Aos poucos fui percebendo o movimento das pessoas na busca por emprego, na venda de terras, no comércio, na movimentação para o lazer. Precisava me embrenhar mais para descobrir a dinâmica e as contradições desse espaço

Foi em Ana Fani Carlos e Roberto Lobato Corrêa que encontrei a explicação para o deslocamento do enfoque da organização espacial para o da

produção, a análise do conteúdo das relações como movimento do processo de apropriação, produção e reprodução do espaço, ou seja, a evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos para o de *produção social*, quer dizer, a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço.

(...) a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo (CARLOS, 2018, p.53).

As transformações do espaço da Fazenda são resultado de um acúmulo de formas herdadas do passado: a Casa de Farinha, os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, a balança de pesagem do gado, a estátua do galo na praça, deixam marcas no espaço. Os moradores da Fazenda, a antiga proprietária e os homens ex-escravizados que trabalhavam para ela, os posseiros e os fazendeiros deixaram formas que expressam as diversas práticas de uma época. Algumas delas podem ter sido ressignificadas, como a praça, onde o local para recrutamento de boias frias na década de 1980 hoje é usado como estacionamento, e os carros de bois ou cavalos foram substituídos por carros, motos e caminhões. Ou os sítios que substituíram a produção na lavoura e na pecuária e se transformaram em clubes de campo, servindo ao turismo e lazer. Esse espaço também se abre para possibilidades.

(...) é como meio que o espaço garante a fluidez, o movimento do capital e a localização das empresas nos territórios. Essas empresas, ao acompanharem o ritmo frenético da velocidade dos fluxos, como errantes, vivem num nomadismo incessante buscando maiores condições e vantagens para seus negócios. Assim, acabam comprovando que o espaço não é simplesmente um lugar onde se instalam empresas, mas um meio no qual a localização das empresas é possível. (LENCIONI, 2017, p. 137)

Milton Santos lembra que o espaço constitui uma totalidade, uma vez que é uma instância da sociedade, a realidade que tento compreender.

É a realidade do todo o que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo. Como, desse modo apreendê-lo? (SANTOS, 1996, p. 94)

Uma dessas formas é compreender a totalidade do cotidiano, o lugar, que será aprofundado no capítulo 3.4

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais (SANTOS, 1996, p.252)

A partir das obras de Marx, Léfèbvre e Milton Santos se abriu a perspectiva de pensar a produção em cada momento, inserida num determinado contexto histórico que seguiu um movimento real e, por isso, tendo suas particularidades. Cada um desses períodos que os moradores da Fazenda viveram é único porque envolve relações sociais, culturais, ideológicas, econômicas, políticas que se relacionaram em determinados momentos e foram especializadas.

### 3. A mercantilização do espaço

O processo de transformação na economia que nos levou à fase que vivemos hoje foi acompanhado de mudanças na estrutura econômica mundial promovidas pelos agentes que tomam as decisões e estabelecem relações de controle e poder, atingindo todos os níveis: econômico, social, político, ideológico e dos valores, desenhando uma nova engenharia de dominação: a reorganização da estrutura produtiva; a onda de fusões e aquisições no sistema financeiro e a centralização da propriedade (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017).

Essas estratégias que reforçam a concentração do capital e o aumento do poder econômico, facilitando a expansão do capital fictício, acabam por revelar sua face mais perversa, a disseminação das desigualdades sociais e a destruição da natureza. Na lógica do capital, a produção de valores de uso socialmente necessária subordinou-se ao seu valor de troca, que, de forma opressiva e artilosa, vem reduzindo a vida humana também a uma relação de troca, o que é incompatível com a liberdade e igualdade que se desejaria na vida moderna. Isso porque o controle do processo de trabalho está separado daqueles que são os responsáveis pela produção de modo que esta é voltada para as necessidades de reprodução do capital.

Nesse sentido, considerando a pesquisa em tela, discuto neste capítulo a lógica do capital e as estratégias utilizadas pelos capitalistas para ampliar seu poder econômico, sendo o espaço uma das estratégias da acumulação capitalista.

David Harvey, no livro *A Loucura da Razão Econômica – Marx e o capital do século XXI* (2018) revê as descobertas de Marx sobre as leis de movimento do capital e suas contradições internas para compreender e iluminar os estudos sobre esta fase do capitalismo em que nos encontramos agora. Marx já criticava a loucura da razão econômica pelas próprias leis do movimento do capital, sempre beneficiando a classe capitalista.

No desenrolar do sistema capitalista, geograficamente, os espaços da economia global vêm sendo utilizados para aumentar a produção. Harvey mostra que nas décadas de 1980-1990 esses excedentes não encontraram mais áreas para

se expandir, embora ainda existam algumas regiões no mundo que não foram ainda totalmente colonizadas ou integradas. O autor lembra que Marx, no *Manifesto Comunista*, identificou a necessidade natural que o capital tem de novas demandas e novos mercados para comprar barato em um lugar e vender mais caro em outro e, com isso, ampliar o lucro, como acontece na reestruturação produtiva e, para isso, seria necessária a criação de um mercado à imagem e semelhança do capital, e, portanto, um mercado mundial. (HARVEY, 2011).

Henri Léfèbvre também confirma essa percepção quando afirma que

A produção do espaço, em si, não é nova (...) O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam largamente. O capitalismo pareceu esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial (LÉFÈBVRE, 2004, P. 142).

Então, os espaços da economia global foram utilizados para estimular a circulação do capital até que, a partir de um certo momento, o capital não pôde mais assegurar as condições de reprodução das relações de dominação. Assim, ao lado do reinvestimento de capital, ou seja, colocar o dinheiro outra vez em circulação como novo capital, “tirar dinheiro do próprio dinheiro”, como diz Harvey, o espaço passou a fazer parte de outra estratégia de manutenção da acumulação, representando a sobrevida das relações capitalistas (PEREIRA, 2016, HARVEY, 2011, BELLUZZO 2013).

(...) os capitalistas (...) têm a capacidade de escolha sobre no que vão reinvestir: podem reinvestir na expansão da produção ou podem usar sua riqueza para comprar ativos, como ações e títulos, propriedades, objetos de arte ou participação em alguma empreitada especulativa, como uma empresa de equidade privada, um fundo de cobertura ou algum outro instrumento financeiro a partir dos quais podem realizar ganhos de capital. Nesse caso, seus reinvestimentos não desempenham papel algum no fortalecimento da demanda efetiva (HARVEY, 2011, p.96).

Economias capitalistas mais dinâmicas buscaram novos espaços, mas essas novas opções não conseguiram produzir o crescimento global exponencial do capital, ditado pelo seu caráter de avidez, nem conseguiram evitar depressões e crises que se espalharam pelo mundo tornando-se mais globais. Daí a necessidade de continuar a se deslocar em busca de um *ajuste espacial* para os seus problemas

de superacumulação, agora a taxas cada vez mais aceleradas no ciclo de rotação do capital.

A utilização dos espaços com o objetivo de absorver o capital e evitar tanto a sua desvalorização como a depressão é apontada por Harvey como um novo aspecto da *loucura da razão*. Essa *loucura* já havia sido compreendida por Marx e revelada por Harvey, que faz as devidas adequações à fase contemporânea. (HARVEY, 2011).

O setor financeiro vem se renovando para permitir que se ganhe dinheiro investindo o dinheiro. A natureza dos investimentos também mudou, como já afirmamos, deixando de se concentrar na produção, mas em investimentos especulativos: ativos e valorização de ativos, como aluguéis de terras, financiamento e ativos imobiliários, especulação com fundos de pensão, créditos de consumo, especulação com derivativos, securitização, agências de fundos, créditos fundiários, e até mesmo investimentos no mercado de arte, como mostrou Harvey.

Uma das dimensões dessa loucura, segundo Harvey, é o capital portador de juros, o dinheiro assumir o papel de mercadoria e, portanto, ter valor de uso, podendo ser emprestado em quantidades infinitas para produzir mais-valor. E também tem valor de troca, representado pelos juros e, portanto, adquire um valor monetário.

Nossa compreensão do mundo se torna refém da insanidade de uma razão econômica burguesa que não apenas justifica como promove a acumulação sem limites, enquanto simula uma infinidade virtuosa de crescimento harmonioso e melhorias contínuas e alcançáveis no bem-estar social (HARVEY, 2018, p.173).

Essa necessidade de expansão perpétua do capital, com a produção de mais-valor, segundo Harvey, move-se para uma espiral de acumulação infundável a que ele denomina de *infinitude incompletável*, o capital aumenta à medida em que circula. Então essa expansão dirige-se para os mercados fictícios (HARVEY, 2011).

Nesse sentido, o Brasil encontra-se em situação vulnerável, representando um espaço alternativo promissor para esses investimentos de capitais na medida

em que executa uma política de juros para atrair esses capitais, possui minerais, metálicos e não metálicos, água, florestas, cerrados e uma baixa consciência sobre o significado de soberania nacional.

Dado o processo de intensa urbanização numa economia globalizada, os problemas econômicos têm repercussão nos lugares mais isolados. Não deixa de ser diferente na Fazenda Cantagalo. Lá, os problemas impostos pelo capital são os mesmos das grandes cidades, embora devamos levar em consideração o lugar, a interação entre os indivíduos, a cultura e a própria economia local para se verificar as particularidades desse espaço.

A Fazenda Cantagalo não é um lugar onde se percebam, de forma explícita, as características da financeirização, conforme já afirmado. Ali existem pequenos investidores que não adquirem ativos, seu capital não tem origem no mercado financeiro, não têm como atividade principal a aquisição de ações de empresas, não aplicam em fundos de investimentos nem securitização de dívidas, mas usufruem das vantagens proporcionadas pelo capital e existe alguma articulação de suas atividades aos processos globais para produzir o que resulta no espaço da Fazenda. Parece claro ter havido alguma sofisticação de mecanismos de organização do capital no sentido de direcioná-lo para setores que permitiram àqueles que detêm o capital alcançar melhores condições de vida, produzindo novas relações de competição no próprio espaço da Fazenda.

No meu entendimento, o que existe em Cantagalo são espaços de reprodução social onde são gerados focos para acumulação de capital em função de pequenos negócios. Faço essa afirmativa através das observações realizadas em campo, considerando a intensa movimentação de caminhões diários que abastecem as lojas de material de construção, o fluxo diário para os grandes restaurantes, a movimentação da loja de ração e equipamentos relacionados a animais. Por isso, será mais adequado nos referirmos a um processo de mercantilização, de domínio do capital na economia, como um regime de acumulação de capital, e não centralização de capital.

Quando falamos em financeirização influenciando o mundo do trabalho pode parecer que estamos nos referindo a um processo muito distante do universo

de Cantagalo, mas, no devido contexto, estamos nos referindo aos que usufruem dessas vantagens proporcionadas pelo capital e aqui representados pelos comerciantes da construção civil, do setor imobiliário e de serviços que, por sua vez, também dependem, e são comandados, no plano mais geral, pelo capital financeiro.

Quero apreender esse processo e suas implicações nas transformações do espaço a partir de quatro elementos, considerando a especificidade da reprodução do capital em cada um deles: natureza, terra, trabalho e vida cotidiana para definir as condições de reprodução social, as práticas possíveis e formas de apropriação nesse espaço. Decerto esses elementos estão articulados de forma dinâmica, influenciando na forma como o espaço na Fazenda é produzido de acordo com a maneira como o capital se apropria de cada um deles.

A reprodução do capital encontrou novas formas urbanas, já citadas acima, que dão suporte aos processos de valorização e capitalização: os restaurantes, lojas de material de construção, aluguel de casas, venda de terrenos para casas de veraneio, venda de lotes para moradia e pequeno comércio. Essas novas formas urbanas dão impulso à crescente mercantilização da terra, da habitação, da natureza, do trabalho e da vida, intensificando a construção de casas numa área periférica de Rio das Ostras e bastante próxima a Macaé e estendendo a venda de lotes ou aluguel de casas a contingentes de população de baixa renda, afetando a dinâmica dos deslocamentos da população e as formas de apropriação possíveis de terras. Como consequência disso, assistimos a uma elevação do preço da terra, segundo informações dos moradores e corretores imobiliários locais, sem que tenham se esgotado as possibilidades tanto de moradia como de veraneio, pois é grande a oferta de terras como comprovam as inúmeras placas e pequenos escritórios destinados à venda das mesmas. Também assistimos modificações na estrutura do trabalho, uma *desfiguração do trabalho*, no dizer de Ricardo Antunes, percebida nos enormes gastos com deslocamentos, dispêndio de tempo e energia dos trabalhadores da Fazenda para receber parcos rendimentos do trabalho, o que será analisado no capítulo 3.3.

### 3.1. A mercantilização da natureza

O fato de o mar estar calmo na superfície, não significa que algo não esteja acontecendo nas profundezas.”

Jostein Gaarder

O primeiro dos quatro elementos que vou analisar é a natureza que, em si, não possui valor. Na expressão de Harvey ela é *um armazém de dádivas gratuitas* que o capital pode usar sem precisar pagar por ela. No entanto, esses valores de uso podem adquirir um preço, caso se tornem propriedade privada de alguém. Nesse caso, o proprietário poderá extrair renda monetária desses recursos, mesmo que não possuam valor. O capital é tão poderoso que faz parecer que os atributos da natureza pertencem a ele, uma vez que é ele, o capital, que é capaz de lhe conferir um significado (HARVEY, 2018).

Quando o capital convence as pessoas que o almoço que tranquiliza suas vidas e faz bem deve acontecer tendo como pano de fundo o sopé da Serra da Careta e que a maneira de revigorar as energias é a pesca no lago, o lazer de fim de semana com a família está sendo ditado por ele, na forma-mercadoria do mundo natural, distribuído em panfletos pelas pousadas de Rio das Ostras.

O que se destrói é nossa capacidade de sermos humanos de qualquer outra maneira que não seja aquela exigida e ditada pelo capital. Muitas pessoas veem isso como uma ofensa à “verdadeira” natureza, por extensão, à possibilidade de uma natureza humana diferente e melhor (HARVEY, 2016, p. 242).

Pela aceleração do uso dos elementos da natureza pelo capital, a crise ambiental aparece como uma contradição do capitalismo, mas Harvey duvida disso, embora reconhecendo que a expansão e o crescimento do capital exerçam pressões sobre o ambiente e apresenta razões para duvidar disso.

Em primeiro lugar porque o capital tem sido bem sucedido na resolução dos problemas ambientais. Em segundo lugar, porque a natureza explorada acaba impondo seus limites, mas está interiorizada na circulação e na acumulação do capital. Na verdade, a tecnologia acaba favorecendo a reprodução da natureza, sendo correto afirmar que esse favorecimento não se dá em benefício da humanidade, mas do capital (HARVEY, 2016).

O terceiro ponto pensado por Harvey é que o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio, com vários componentes do ambiente tendo cotações nas bolsas de valores, podendo criar necessidades para as pessoas, de consumir alguns elementos vindos da natureza, vendidos às pessoas como um produto ou projeto para melhorar seu bem-estar. É o caso dos sítios de lazer, na Fazenda Cantagalo, onde foram criados lagos, escavando -se concavidades que, numa área úmida se enche de água onde foram colocados peixes para oferecer aos turistas o *pesque-pague* e o ambiente natural.

Harvey se utiliza com frequência de uma visão sistêmica em seus estudos e, por isso, não vê capital e natureza como entidades separadas mas juntas, constantemente, produzindo e reproduzindo e, sendo o capital um sistema ecológico, a natureza vai se adaptando, mudando, interagindo no seu processo evolutivo, se reconfigurando pelas ações do capital. Mas essa contradição pode ser fatal e consiste na alienação humana ao tipo de sistema ecológico construído pelo capital pois cabe a ele controlar as práticas pelas quais nos relacionamos com a natureza.

A quarta ideia de David Harvey é a de que desastres ambientais criam oportunidades para o capital lucrar. Não há nada tão recente na memória das pessoas do que as barragens de rejeitos de mineração estarem concentradas próximas a comunidades pobres e vulneráveis às vítimas da tragédia. E nada é mais expressivo do que o anúncio de novas medidas anunciadas para evitar novas tragédias como a de Brumadinho terem efeito direto nos preços do mercado à vista do minério de ferro em janeiro, mês em que ocorreu o crime ambiental.<sup>17</sup>

Portanto, para Harvey, o capital vê a natureza como uma grande reserva de valores de uso potenciais que, com a ajuda de tecnologia, podem ser usados para a produção de valores das mercadorias. Um dos sítios de lazer em Cantagalo, com abundância de água, empreendeu algumas obras para criar um jato de água no topo de um córrego para formar um escorregador de água, o toboágua e, certamente, essa forma de diversão tem um valor. (Figura 13)

---

<sup>17</sup> Jornal Valor, 01/02/2019 – Tragédia impulsiona preço do minério em janeiro – Rodrigo Rocha.



Figura 13: Toboágua no Sítio Rancho da Pedra, Rio das Ostras  
Fonte: <http://www.riodasostras.com.br/ranchodapedra/fotos.htm>

Outra forma de uso da natureza pelo capital apontada por Harvey é a extração de recursos através da mineração e do consumo de energia e óleo, os valores de uso fazendo parte dessa *loucura* na medida em que acelera a degradação ambiental quando não provoca crimes ambientais como vazamentos, poluição dos mares e desabamento de barragens de rejeitos, o que acarreta na extinção das espécies e escassez de água. Cantagalo está muito próximo da Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, uma área com um milhão de metros quadrados que possui 29 empresas, várias delas de exploração de óleo e gás. (Figura 14) A Fazenda sofre bastante influência dessa área sendo o sítio de um dos moradores atravessado por um oleoduto, fato que o deixou muito satisfeito pois representou, para ele, um negócio, recebendo da Petrobrás uma indenização.



Figura 14: Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras – ZEN

Diferente de Harvey, que vê uma relação sistêmica entre capital e natureza, é interessante para o capital construir uma imagem de distanciamento entre a natureza e os cidadãos, e o faz com a ajuda dos meios de comunicação. O capital elabora a ideia da natureza como um elemento externo, com seus movimentos próprios e, assim, os habitantes desse planeta, sendo meros espectadores desse palco natural, ficam impotentes à sua destruição. A alienação da relação com a natureza e com a natureza humana é uma precondição para a afirmação da produtividade dos poderes do capital (HARVEY, 2018).

Já em relação à propriedade, sob o ponto de vista do capital, natureza e propriedade se relacionam, isso porque o proprietário cerca os bens naturais que são comuns em sua terra para monetizar e comercializar seus aspectos naturais. Com isso, os proprietários de terra podem até manipular a escassez e especular valores.

Quando os bens comuns são privatizados, todos os objetos, coisas e processos existentes neles recebem um valor (às vezes de forma arbitrária, por ordem burocrática), pouco importando se neles foi investido trabalho social ou não. É assim que o capital cria seu ecossistema característico (HARVEY, 2016, p.233).

Alguns fazendeiros de Cantagalo que criam gado nas encostas da serra retêm a água dos córregos à montante, para abastecer seu gado, deixando sem esse recurso os sítios que se localizam à jusante, que precisam depender dos poços artesianos.

Harvey mostrou que a escala temporal e geográfica do ecossistema do capital tem mudado, o que significa que problemas localizados tornaram-se mais regionais. (HARVEY, 2016). No caso da Fazenda Cantagalo, é visível a diminuição da umidade, para quem era impedido de se locomover com água pela cintura e hoje depender de poços artesianos, a diferença é bem significativa. Assim como a diminuição da umidade é visível em algumas áreas da Fazenda, o mesmo acontece com a mata. Nem todos os moradores conseguem estabelecer uma relação entre o desmatamento, que começou no século XIX, com a plantação de café, que se intensificou na década de 1930, com a lavoura por arrendamento, mais tarde com a chegada dos fazendeiros que forçaram a transformação da lavoura em pasto e, para isso, o desmatamento, e a fragmentação da terra para a moradia, com a queda da umidade que ocorre nos dias de hoje.

A exploração dos valores de uso, quer pelos pequenos negócios, como o gado, quer por grandes negócios, como a produção de eucalipto pela empresa SONDA, em terra vizinha à Fazenda, representam valores monetários do fluxo de serviços que a natureza fornece ao capital, ou seja, uma forma de valorização da natureza. No entanto, esses valores de uso não estão disponíveis indefinidamente nem se adaptando ao ritmo de exploração do capital, que pode, em determinados lugares, esgotar os recursos potenciais da natureza, como parece estar acontecendo com a água e a vegetação na Fazenda Cantagalo.

As populações que vivem uma relação direta com a natureza, como é o caso dos moradores da Fazenda, sabem que o que foi extraído da natureza tem que voltar para ela, a quem pertence a capacidade de fornecer o que a humanidade necessita. Mantêm com ela uma relação sociometabólica e sua felicidade depende dessa relação. Os moradores veem com preocupação o que está acontecendo mas sentem-se impotentes para agir pois tudo aquilo ocorre e, mais tarde, tomam conhecimento, parece que tudo faz parte de uma engrenagem muito poderosa a que não têm acesso. Aqueles que não podem usufruir a bela paisagem de uma das vertentes da Serra da Careta porque, para isso, precisariam pagar para passar algumas horas no sítio, podem observar a beleza da água brilhante escorrendo por outra vertente, na estrada que segue para Rocha Leão, um vilarejo próximo a Cantagalo. Esse é um exemplo de que a gente de Cantagalo tem se mostrado criativa e acaba resistindo ou encontrando formas de contornar as situações que não lhe são favoráveis.

### **3.2. A mercantilização da terra**

“Esta é a Terra nossa: a Liberdade, humanos. Esta é a Terra nossa: a de todos, irmãos.”

D. Pedro Casaldáliga

A terra constitui mais um elemento da mercantilização do espaço e é vista hoje em sua complexidade na medida em que não só constitui um meio de produção, assim como a natureza, como está direcionada às necessidades de

reprodução do capital. Tornou-se mais um espaço ao qual o capital recorre para ser absorvido e se expandir, evitando, assim, sua desvalorização.

No Brasil, a noção de terra está intimamente ligada à de propriedade, ideia que tem se perpetuado em nossa sociedade, e, mesmo, na sociedade ocidental. Não é diferente na Fazenda Cantagalo, onde seus moradores almejam a terra como propriedade, uma vez que, juridicamente, detêm apenas sua posse. O processo de assentamento das famílias teve início em 1987, quando o INCRA foi imitado na posse da Fazenda e a norma ainda não está concluída. Em seguida, foi feito o parcelamento da área e a distribuição dos lotes pelas famílias que serão beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.<sup>18</sup> (Anexo 7)

Após a implantação, a fase de desenvolvimento de um projeto de assentamento corresponde às necessidades de se criarem infraestrutura e equipamentos urbanos para o funcionamento do mesmo. A terceira fase é chamada de consolidação e emancipação do projeto de assentamento, momento em que o INCRA deixa de realizar investimentos na área e efetua a transferência da propriedade dos lotes da reforma agrária aos assentados, e das áreas comuns ao município. A partir deste momento, as famílias e o projeto de assentamento como um todo tornam-se emancipados, saindo da esfera de atuação do INCRA.

No momento em que foi iniciado o processo de desapropriação da Fazenda Cantagalo, em 1987, a desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária era regulada pelo Decreto-Lei nº 554/1969 a partir do qual o INCRA ajuizava a ação de desapropriação, e em seguida, recebia a posse e a propriedade do imóvel, expropriando o proprietário. Os beneficiários, então, deveriam preencher os critérios do Estatuto da Terra: maioria, sanidade mental, bons antecedentes.

Contudo, com o advento da Lei Complementar nº 76/1993, o procedimento expropriatório para a reforma agrária foi substancialmente alterado. Pelo regramento atual, a posse do imóvel expropriando é transferida ao INCRA

---

<sup>18</sup> Dados extraídos da ação de desapropriação nº 0977137-69.1900.4.02.5101, em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

no curso da ação de desapropriação, porém a propriedade definitiva só se transfere ao Poder Público após o trânsito em julgado do processo judicial.

Esse embasamento jurídico deve ser explicitado para se compreender a dificuldade que os moradores da Fazenda Cantagalo têm enfrentado para obter a posse definitiva da terra. No caso específico desse imóvel, o juízo responsável pela ação de desapropriação do imóvel transferiu a posse, porém não transferiu a propriedade da área ao Poder Público no início do processo. Tendo sobrevivido a lei citada acima, posterior a 1987, início da criação do projeto de assentamento, a transferência da propriedade da Fazenda Cantagalo ao INCRA não pôde ser realizada. Sem esse procedimento, a autarquia não poderá transferir a propriedade dos lotes da reforma agrária aos assentados, o que tem postergado por 32 anos a consolidação e a emancipação do projeto de assentamento. O fato é que, juridicamente, a Fazenda Cantagalo ainda tem um proprietário e sua família contesta, na Justiça, o valor e a área objeto da desapropriação.

Quando o INCRA foi imitado na posse da Fazenda Cantagalo, foram identificadas 204 famílias ocupando de diferentes modos a área. Pela Planta de Parcelamento do Assentamento Cantagalo – PA Cantagalo, (Anexo 7) uma área correspondente a 1.559 hectares foi dividida em 217 parcelas. Seis lotes de dimensão razoável, não muito pequenos, correspondendo a um total de 163 hectares, foram destinados à área de preservação permanente. Sete lotes são ocupados pela faixa de domínio de gasoduto que atravessa a Fazenda e 30 hectares são ocupados pelas estradas. Setenta e seis lotes, pela planta, estão desocupados. Sua área pode variar de dois hectares até o maior deles que mede 16 hectares. O assentamento correspondente a esta última planta foi realizado em 2007 e desde aí a organização espacial do PA já foi alterada.

A Lei 8629/1993 determina a preferência para os assentados podendo ser: o próprio desapropriado, os trabalhadores do imóvel, indígenas e quilombolas, acampados, trabalhadores escravizados e arrendatários. A partir de um edital os candidatos são submetidos a um processo de seleção, recebendo uma pontuação. Portanto, há uma ordem de preferência: proprietário desapropriado, os trabalhadores do imóvel, agricultores de pequenas propriedades, os que não possuem terras.

No momento da implantação do Projeto de Assentamento Cantagalo, 36 famílias candidatas desistiram de ingressar no Programa Nacional de Reforma Agrária e quatro famílias de posseiros foram eliminadas por não possuírem o perfil de beneficiário da política pública, além de um candidato que faleceu antes da efetivação da distribuição das terras.<sup>19</sup> Quando o assentado “*entra*” no lote recebe o contrato de concessão de uso e ao final do processo Judicial se torna proprietário do mesmo e recebe o título de domínio, podendo vender ou transferir para herdeiros. Os assentados têm algumas obrigações como cultivar o imóvel direta e pessoalmente e não ceder uso a terceiros.

Os beneficiários de Cantagalo têm o título de contrato de concessão de uso que lhes dá autorização de ocupação, direito de uso da terra e contrato de assentamento. Nenhum beneficiário tem hoje o título de domínio. Existem beneficiários no PA que já não vivem na Fazenda, embora mantenham seus lotes. Outros já os venderam.<sup>20</sup> Os lotes devem estar sendo bastante parcelados. Pelo que pude observar e deduzir a partir das placas colocadas pelos corretores de imóveis e moradores, e em entrevistas aos mesmos, há lotes à venda medindo até 10 metros x 8 metros. Embora pequenos os terrenos, os moradores parecem satisfeitos com a aquisição, alguns dispõem de um pequeno quintal, ou uma horta, estão realizando seu sonho de moradia, deixar de pagar aluguel, e têm um lugar com tranquilidade para morar.

Em 1983, quando estive pela primeira vez na Fazenda Cantagalo, perguntei a seus moradores o significado da terra para eles. Representava um dos bens mais importantes, a sobrevivência, o alimento, o local onde se plantava, portanto, era o trabalho, o meio de vida, o sustento da família. Caso houvesse parte da terra sem plantio, o que era raro, ela ainda poderia ser oferecida em parceria, como meia, terça ou quarta<sup>21</sup>, e continuaria a ser cultivada. Portanto, a terra era o ponto de partida do movimento desses trabalhadores.

“Ela move com tudo, ela é essencial”. (S. Antônio e D. Idalina, 1983).

---

<sup>19</sup> Dados extraídos da ação de desapropriação nº 0977137-69.1900.4.02.5101, em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Dados coletados a partir das entrevistas.

<sup>21</sup> Pagamento ao dono da terra com parte da produção, a metade, a terça ou a quarta parte.

Sem ela não haveria como viver, viver para plantar. No entender de alguns daqueles trabalhadores, como a terra era um meio de vida, deveria ser doada pelo governo aos agricultores, nunca ser vendida.

“Porque tem que viver em cima dela, terra tem que ser dada, o governo deveria dar a terra ao agricultor para que ele pudesse ter uma vida melhor.” (S. Waldemar, 1983)

Um outro aspecto levantado era o fato de grande parte daqueles trabalhadores ter “*nascido e se criado na lavoura*”, e alguns deles terem os pais nascidos naquela localidade, daí a visão da terra como fecundidade e potência, de onde tudo se origina. Por isso, não conseguiam se imaginar saindo da Fazenda para viver em outro lugar.

”Minha avó era escrava alforriada, criou seus filhos e netos aqui” (S. Pedro Pinheiro, 1983).

A terra também despertava sossego, paz, segurança, liberdade, independência, ânimo para viver e, decorrente disso tudo, poder trabalhar satisfeito, não precisar depender de emprego, a terra como garantia de emprego.

“É um lugar sem rebuliços.” (S. Anibal Barbosa, 1985)

“Devido à crise atual, só quem possui um pedaço de terra tem alguma segurança e o que é da gente nós temos mais segurança. (S. Arnaldo Bastos, 1983).

A perspectiva da segurança da terra variava entre aqueles que a possuíam ou apenas trabalhavam nela. Estes reconheciam que a vida de empregado é mais difícil, os que tinham sua própria terra para trabalhar eram mais tranquilos e menos preocupados e, por isso, seria necessário seguir lutando para ter um lugarzinho ao menos para morar.

Os trabalhadores mais idosos, que já haviam criado seus filhos sustentados pela lavoura nem por isso abririam mão de suas terras, pelo contrário, esta representava a certeza de que é possível criar uma família a partir dela. O descanso após o dever cumprido.

Decorridos quase quarenta anos, entre os anos de 2018 e 2019, voltei a fazer a mesma pergunta aos moradores. A Fazenda hoje respira os ares da

modernização, da globalização, da cidade, ares que trouxeram o que os moradores chamam de forasteiros, os que vieram de fora para viver na Fazenda ou só de passagem, os que vieram fazer negócio e mesmo seus próprios filhos que vêm à Fazenda como visita, nos finais de semana. O ritmo mais acelerado de hoje para os moradores, tanto antigos como os recentes, não modificou o sentido da terra como o lugar de vida e segurança. Para os que ainda trabalham na lavoura, ela é responsável pelos recursos que obtêm, sendo o referencial da vida, é o chão que pisam. Para os antigos, é o descanso depois de uma vida de muito trabalho.

A terra é tudo, até na hora de morrer a gente carrega ela debaixo das unhas. (S.Tenda, 2018)

A terra é tudo, se não tem água, cava um buraco e vem a água, se não tem gás, pega a lenha e cozinha, a terra cria água, cria lenha. (D.Eunice, 2018)

O significado da terra não é o mesmo para todos os que detêm sua posse, ou sua propriedade, ou simplesmente trabalham nela. Em 1983 existiam trabalhadores e fazendeiros, ambos fazendo uso da terra como meio de produção e reprodução. Hoje, as relações são bastante diferenciadas, impedindo que o sentido da terra seja o mesmo para todos esses sujeitos. O histórico e a dinâmica dessa questão, ao longo desse tempo, se reproduziram com suas especificidades no espaço de Cantagalo, ora contribuindo para a concentração da terra, ora para a fragmentação.

Hoje, de uma maneira geral, a produção da lavoura não é o que garante a sobrevivência da família. Para a maioria, é uma complementação da renda. Para plantar, dependem da Prefeitura, que celebra um contrato com os moradores, fornecendo adubo, semente, trator. Segundo as informações dos trabalhadores, do resultado da colheita, 90% pertencem ao produtor e 10% à Prefeitura mas essa parceria não tem acontecido ultimamente. Dependem, também, das normas sanitárias e higiênicas que acabam por restringir e, mesmo, impedir a produção de determinados alimentos, como acontece com a farinha que agora precisa ser datada, com prazo de validade e padrão de ensacamento. Dependem, também, da força de trabalho que, apesar do desemprego, não procura alternativa na agricultura.

Os novos moradores não estabeleceram a mesma ligação com a terra como os antigos. Ela hoje representa, sobretudo, a possibilidade de não mais pagar aluguel, o lugar para se construir uma casa. Depois da construção da casa, sobrando espaço, planta-se para o próprio consumo ou se vende o excedente para os vizinhos. Já para outros, a terra é um negócio, uma mercadoria, como veremos adiante.

Conforme o Plano Diretor da Prefeitura de Rio das Ostras, Cantagalo está inserido na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, uma área com um milhão de metros quadrados que possui 29 empresas, várias delas de exploração de óleo e gás, como já foi dito. (Figura 14). Sua proximidade com a área industrial acabou contribuindo para a formação de adensamentos com características urbanas dentro do projeto de assentamento e regiões limítrofes. Não é mais visível a forma de loteamentos para fins de reforma agrária, o que se vê são: fragmentação de loteamentos, ocupação desordenada e irregular, formação de minifúndios com construções precarizadas ao lado de grandes extensões de terra e expansão imobiliária próxima ao entorno da Fazenda. Devido à diferenciação dos sujeitos sociais que ocupam cada um desses lotes e terrenos e das diversas modalidades de apropriação, o significado da terra, para cada um deles, adquire caráter diverso.

A situação da terra urbana no Brasil se insere no mesmo contexto da terra rural que se relaciona à história da propriedade da terra no Brasil e, de certa forma, a Fazenda Cantagalo reproduz essa história com a diferença de as terras em Cantagalo terem se mantido como posse para todos os moradores, donos de mansões ou pequenos agricultores e a segurança em relação a ela vai depender do poder, da renda e do conhecimento que possuem junto às instituições jurídicas e cartoriais, para uns, e da conclusão da ação de desapropriação, para outros.

No Brasil colonial escravista, o mercado imobiliário era de uso restrito às camadas mais privilegiadas da população. (MARICATO, 2018). O poder e a riqueza vinham da retenção de parte do patrimônio em escravos e da propriedade da terra. As terras da Fazenda Cantagalo devem ter feito parte de uma sesmaria pois a referência mais antiga que encontramos diz respeito aos padres jesuítas que teriam subido a Serra do Frade, o ponto mais alto, (Figura 15) para fazer a doação

das terras cujos limites eram “o que a vista alcança” a um senhor chamado Cabral de Freiteira. Dele, a fazenda passou, por herança, a uma sua parente, Maria Thereza Cabral, moradora no Rio de Janeiro, que desenvolveu ali a lavoura do café com base no trabalho de 300 famílias de escravizados.<sup>22</sup>



Figura 15: Serra do Frade, Macaé  
Fonte: <https://www.meurj.com/frade>

As escrituras não traziam os valores quantitativos precisos, usavam os termos *mais ou menos tantos alqueires*, e os limites eram identificados pelos nomes dos vizinhos. Os pontos de medição eram as cercas, porteiras, árvores.

(...) por uma cerca que (...) até o ponto em que se acha colocada uma porteira de tábuas e daí segue (...) e daí passando por uma laranjeira, mexeriqueira pela estrada velha, (...) até encontrar uma paineira. (Laudo Pericial, 2002, p.133).

A Lei de Terras de Terras de 1850 forçou os senhores escravocratas a resolver o problema da escravidão e da posse da terra e foi depois disso, somado à decadência da economia cafeeira, que as famílias que permaneceram na Fazenda receberam da proprietária terras para morar e trabalhar, demarcadas por pedrinhas, a partir do mapa da propriedade, com a promessa de regularização através de escritura, segundo as informações dos antigos moradores.<sup>23</sup> (Figura 7)

<sup>22</sup> Informações obtidas através de documentos de posse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu – 1983 e Laudo Pericial – LD-DES-2001-0011, 2011.

<sup>23</sup> Diante da impossibilidade de mostrar por inteiro a planta da Fazenda Cantagalo, optamos por apresentar uma parte da planta com vistas ao entendimento da partilha feita pela proprietária Maria Thereza Cabral.

Observando a planta da Fazenda de 1891 pode-se verificar que as terras foram parceladas em 47 roças entre 40 trabalhadores, sendo três mulheres, assinaladas pela proprietária, na planta, como viúvas de trabalhadores da Fazenda. Seis trabalhadores receberam duas roças cada um, e uma das roças foi alugada. Um terreno um pouco maior foi utilizado como um pequeno cafezal e havia, também, na Fazenda, uma escola, além de uma área considerável coberta por mata.

Se Maria Thereza Cabral deixou herdeiros, nunca estiveram na Fazenda.<sup>24</sup> Permaneceram ali os descendentes de escravizados, agora homens livres rurais da fronteira agrícola tradicional, trabalhando, com suas famílias, como produtores não capitalistas. Na realidade, a terra não foi fragmentada e, sim, a produção, pois ela continuou a pertencer à família de Maria Thereza Cabral. Os trabalhadores produziam em seus lotes o necessário para sua subsistência.

É possível, para os moradores, que tenha sido esse o período de maior paz, segurança e tranquilidade na Fazenda, pelo sentimento de estabilidade que durou até a chegada do novo dono, em 1937, vindo do Rio de Janeiro. Português, proprietário das Casas Rollas, de aluguel de roupas para festas, José Maria Rollas representava a expressão do capital urbano investido no campo. Apresentou-se como o novo proprietário da Fazenda Cantagalo. Algumas pessoas, tanto no Rio de Janeiro como em Cantagalo, reconhecem José Maria Rollas como grileiro ou representante de interesses de outrem e há inúmeros processos que o envolvem em questões de terra no Estado do Rio de Janeiro. O fato é que, em Casimiro de Abreu, o município onde se localizava a Fazenda Cantagalo, adquiriu outras fazendas como Monte Verde e Careta.

Para o novo proprietário, tornou-se significativa a exploração da terra através do trabalho dos moradores. Estabeleceu com eles contratos, na forma de arrendamento, na lavoura de milho e arroz. Somada a essa forma de contrato também se utilizou de uma condição de reprodução do capital, uma relação não

---

<sup>24</sup> Relatos dos moradores mais antigos.

capitalista, a parceria (meiação e a terça)<sup>25</sup> ou dias de serviço. A relação de trabalho de parceria se tornou possível pela situação dos trabalhadores, inseparáveis da produção e reprodução completamente relacionadas ao trabalho na terra e, também, obedecia aos interesses do proprietário que deixava de manter a terra improdutiva.

A aquisição da terra “simplesmente assegura ao comprador um direito de receber uma renda anual”<sup>26</sup>. Qualquer fluxo de renda (como renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário. Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida do governo, nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante. O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. (HARVEY, 2013, p.448)

Sendo o mercado imobiliário uma forma de circulação de capital que rende juros, a simples chegada de José Maria Rollas na Fazenda Cantagalo já lhe assegurou o direito de receber uma renda, pois o dinheiro que investiu na compra da propriedade transformou-se em capital que rendeu juros, portanto, a terra tornou-se forma de capital fictício. Passou a ser um bem financeiro que foi comprado e poderá ser vendido segundo a renda que produz. No caso específico da Fazenda, Rollas não vendeu a terra mas esta foi avaliada com a finalidade de indenização, por parte do INCRA, para fins de reforma agrária e o preço da expropriação foi estabelecido em função do mercado imobiliário, levando em consideração o direito de José Maria Rollas sobre as receitas futuras caso continuasse a utilizar a terra para produzir.<sup>27</sup>

Rollas esteve muito poucas vezes na Fazenda e o absenteísmo, à época, era natural. Em 1958 contratou como administrador Pedro Pinheiro, um dos moradores mais antigos, nascido na própria fazenda, e, por isso, recebia os trabalhadores que chegavam e lhes destinava um lote para trabalhar, fornecendo os contratos.

---

<sup>25</sup> Parceria é a relação de produção pela qual o trabalhador que explora a terra paga ao proprietário com parte da produção, a metade ou a terça parte. Em se tratando da metade da produção, o trabalhador é denominado de meeiro.

<sup>26</sup> Karl Marx, *Capital*, Livro III.

<sup>27</sup> Dados extraídos da ação de desapropriação nº 0977137-69.1900.4.02.5101, em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

“Aqui na Fazenda minha avó se alforreou, criou os filhos e netos e é onde estou colocado. Sou raiz do cativoiro. Conheço todas as divisas da Fazenda.” (Pedro Pinheiro, 1985)

Pedro Pinheiro permitiu que novos moradores se instalassem na Fazenda Cantagalo e, com isso, o número de arrendatários foi aumentando novamente. O pagamento pelo aluguel das terras, nessa época, passou a ser mensal. Logo se espalhou a notícia de que “abriram terras na Fazenda Cantagalo”. Alguns trabalhadores que já haviam deixado a Fazenda e se dirigiram para Córrego do Ouro, um lugarejo próximo, retornaram. S. Pedro dividia as terras, determinava o lote onde cada um deveria se estabelecer e autorizava o trabalho.

“Foi um tipo de reforma agrária. A fazenda ficou cheia. Os últimos a chegar, como eu, ficaram no alto da Serra da Careta.” (S. Antônio, 1983)

O proprietário, que recebia dos trabalhadores o equivalente ao aluguel da terra, na verdade recebia, por direito, receitas futuras, que representa um direito sobre o trabalho futuro. Por sua vez, os trabalhadores da Fazenda, trabalhando como arrendatários e parceiros, contribuíram, através de sua labuta, para a valorização desse capital fictício.

Com a ampliação da lavoura, grande parte da Fazenda, coberta por capoeira, onde havia veados e onças, foi sendo derrubada, embora, segundo os moradores, as condições locais, naquele momento, não serem propícias à lavoura devido à malária que assolava a região.

“Dava febre até nos paus das árvores.” (Pedro Pinheiro, 1983)

Somadas a esses problemas estavam as frequentes ameaças da polícia, impedindo o plantio e a construção de casas, parecendo querer limitar a chegada de um número excessivo de trabalhadores. Esses acontecimentos desestimularam a permanência dos posseiros na terra e diante do clima de insegurança e à ameaça de prosseguimento com a atividade na lavoura, muitos se retiraram da Fazenda mas não se passou muito tempo para novas levas de trabalhadores chegar à Fazenda.

Junto com os novos agricultores, chegaram, também, fazendeiros, estimulados pelas obras de drenagem que puseram fim às inundações.<sup>28</sup> Aos poucos, a lavoura do arroz foi substituída pela pastagem. Os fazendeiros chegaram com motosserras, derrubando a capoeira e plantando capim.

Foi um período de conflito na Fazenda, agravado com o aumento do número de moradores. Segundo relato dos mesmos, de um lado estavam o proprietário, José Maria Rollas, representado por seu advogado, estimulando os moradores a deixar a Fazenda. De outro, Pedro Pinheiro e Júlio Joaquim de Oliveira, incentivando as pessoas a “apanhar terra.” Em 1984, durante uma entrevista com José Maria Rollas, na Câmara dos Vereadores,<sup>29</sup> este negou que houvesse pressão sobre os moradores da Fazenda.

“Eu gosto que a Fazenda tenha invasores (eles se dizem moradores mas são invasores). Isso mostra que a terra é boa porque se a terra não fosse fértil, ninguém ficaria nela. “

O fato da ocupação do solo, nas décadas de 1940 e 1950, como observado na descrição da Fazenda a partir das cartas e cartogramas, ter se realizado em maior proporção na orla litorânea de Casimiro de Abreu, contribuiu para manter áreas relativamente pouco povoadas nas escarpas do planalto. Com a chegada das firmas industriais e comerciais na região houve exploração de lenha e fabricação de carvão vegetal. São elas: a fazenda de Lili Beth, a Fazenda Atlântica Reunidas e a Estrada de Ferro Leopoldina, proprietária da Fazenda União, que compravam lenha dos fazendeiros da região para a produção de energia a partir da lenha e do carvão. Por informação dos moradores mais antigos, houve desmatamento na localidade atendendo a essas empresas. A atuação delas no local estimulou a especulação de terras, que continuou com a chegada dos fazendeiros que teve início na década de 1950, prolongando-se pelas três décadas seguintes.

Na década de 1950, com a possibilidade de ocorrer a reforma agrária na perspectiva do Plano Piloto de Ação Agrária no Estado do Rio de Janeiro, o “Plano Agrário”, aumentou novamente o fluxo de pessoas para a Fazenda Cantagalo. Trabalhadores sem terra chegaram na expectativa de obter um pedaço

---

<sup>28</sup> Referência às obras de dragagem no Vale do Rio São João, mais ao sul.

<sup>29</sup> José Maria Rollas recebeu o título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro em abril de 1984 e estive na Câmara dos Vereadores para conhecê-lo.

de terra, agora garantido pelo Estado. Mas foi uma época de conflitos e disputas com fazendeiros e aventureiros que se apressavam a pagar os impostos atrasados em relação às terras na expectativa de legalizá-las.

Num determinado momento, ainda nesse período, construiu-se nesse espaço da Fazenda um contraespaço de reação dos posseiros que percebiam sua situação consolidada, pelo tempo que se dedicaram à lavoura, mas, ao mesmo tempo se sentiam excluídos da terra na medida em que lhes faltou a oportunidade de legalizá-la, uma vez que haviam recebido os lotes da proprietária anterior, Maria Thereza Cabral, sem regularização. Por isso, parte dos moradores começou a se organizar para exercer um papel político quando não havia ainda lei que regulamentasse as terras ocupadas por ex-escravizados, os quilombolas, que era a situação de alguns deles. Nessa época, os descendentes de escravizados já não representavam um número expressivo, embora houvesse ainda muitos moradores antigos na Fazenda.

Com a criação da Associação de Lavradores de Casimiro de Abreu, na década de 1950, e, mais tarde, com a participação de vários moradores nas Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião e José de Almeida, os trabalhadores conscientizaram-se no sentido da aquisição da terra, e da necessidade de lutar por ela, o que se prolongou pela década de 1960. Pedro Pinheiro continuou a dividir e destinar lotes de terras aos trabalhadores que chegavam à Fazenda. Com o golpe empresarial civil e militar de 1964, foi grande o enfrentamento entre trabalhadores e fazendeiros, quando as lideranças sindicais foram presas, a Associação de Lavradores desarticulada e vários trabalhadores foram expulsos da Fazenda.

Ficou difícil qualificar a estrutura fundiária da Fazenda na década que sucedeu ao golpe de Estado, a década de 1970, marcada por conflitos com fazendeiros, que ampliavam suas terras e um grande movimento de trabalhadores que saíram para cidades próximas ou periferia do Rio de Janeiro mas também outros chegando à Fazenda. Não há muitos relatos para esse período.

Mas ao analisar a matriz espaço-tempo pode-se relacionar a pavimentação da rodovia BR-101 à diminuição da distância entre Casimiro de Abreu de outros

municípios, como Campos e Macaé, o que pode explicar a chegada de fazendeiros, não só à Fazenda como ao entorno dela, substituindo as áreas de lavoura por pasto, aglutinando as posses. Essas áreas de baixada, ocupadas com a lavoura, passaram a ser valorizadas pelo crescimento urbano, mesmo sendo áreas de posse.

“Os fazendeiros compravam duas, três e até mais de dez posses para formação do pasto.” Os moradores estão saindo porque o dinheiro “compra pessoas”. Todos os que venderam terras estão à míngua, estão chorando. Os que venderam, moram em Rio das Ostras pra vir trabalhar terras da Fazenda Cantagalo todo dia porque botou a terra fora. (Pedro Pinheiro, 1983)

Não havia nenhum produto comercial de valor, como foi o café, nessa região, nem, como existia mais ao norte, a cana de açúcar, daí o predomínio da economia de subsistência para consumo local ou para um pequeno comércio com as localidades próximas do resultado colhido das roças de mandioca, milho, feijão, produção de banana e também a fabricação de farinha de mandioca, e, comprovando isso, algumas casas de farinha deixam ainda seus vestígios na Fazenda. (Figura 16)



Figura 16: Casa de Farinha desativada

Com todas as dificuldades de produzir e confrontos com os fazendeiros, os posseiros da Fazenda Cantagalo tinham uma produção relativamente expressiva embora a maioria tenha declarado haver poucos produtos excedentes. Na ordem, pelo número de posses que se destinavam aos produtos, eram os seguintes: milho, feijão, banana, cana (para o gado), mandioca, leite, arroz, aipim. Havia lotes produzindo 12 toneladas de banana por safra, 2 toneladas de feijão, 150 litros de leite por dia, que não caracterizava uma grande produção mas era considerável e, juntamente com a pecuária, dinamizava a economia local.

Já não produziam o necessário ao consumo o que levava à dependência a Macaé para seu abastecimento, o que não acontecia no passado, quando produziam todo o necessário à subsistência e somente adquiriam em Macaé querosene, sal e, eventualmente, carne de vaca<sup>30</sup>. Os moradores que viviam na Fazenda na década de 1980 contavam, com bastante entusiasmo, sobre as vendas dos produtos em Macaé, no passado, e em menor volume, para Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e venda local. Despachavam os produtos por trem para Macaé através de trabalhadores que buscavam, em kombis, na estação em Macaé, a mercadoria, cobrando por volume transportado, para fazer a entrega nos estabelecimentos comerciais. Também vinham caminhões do Rio de Janeiro e São Gonçalo e isso forçava o estabelecimento do preço das mercadorias segundo a conveniência dos que vinham buscar os produtos na Fazenda.

Dos 70 moradores entrevistados por nós em 1983, que envolvia, com suas famílias, um total de 406 pessoas, a maioria chegou à Fazenda nas décadas de 1960 e 1970. Logo se empregavam nas fazendas, a maioria, e, como segunda opção, trabalhavam como meeiros. E, aos poucos, foram adquirindo suas posses, o que pode explicar a fragmentação da terra nesse período na medida em que Pedro Pinheiro continuava destinando os lotes aos que se interessavam por eles. Refiro-me à fragmentação da terra porque os produtores eram autônomos para produzir, mas era de conhecimento de todos que a terra tinha um proprietário, José Maria

---

<sup>30</sup> Entrevistas com os moradores mais antigos, 2018.

Rollas e o INCRA, em 1973, classificou a propriedade como latifúndio de exploração.<sup>31</sup>

Nessa época, década de 1980, o tamanho das terras destinadas à posse era muito pequeno, em média 3 alqueires, existindo até terras de meio alqueire. Os que possuíam lotes muito pequenos não tinham lavoura, apenas uma casa.<sup>32</sup> A maioria pagava Imposto Territorial Rural e estava cadastrada no INCRA. Também dispunham de recibos de arrendatários de José Maria Rollas, cartas de despejo do mesmo, contratos de parceria, cartas de autorização de Rollas para plantar, recibos de posse, pedidos de atualização cadastral. Havia também lotes que pertenciam à Igreja. Somente 5% dos entrevistados não pagavam impostos.

Os conflitos com os fazendeiros levaram os posseiros a “entrar” em terras de fazendeiros. Os moradores mais antigos contam, com orgulho, o dia em que conseguiram expulsar um fazendeiro que tinha o costume de invadir suas terras. Relatam que alguns fazendeiros soltavam os bois nas plantações de arroz e feijão dos posseiros e colocavam abaixo suas casas.

“Antes, um não queria prejudicar o outro, pagava o prejuízo. Hoje, o que colheu, colheu, o que não colheu o boi comeu.” (S.Erásio e D. Maria Alice, 1983)

Houve cenas tão injustas por parte dos fazendeiros que membros da Congregação da 1ª. Igreja Batista relataram ter atuado na questão, que foi levada à Justiça, defendendo os moradores.

Embora a maior parte dos posseiros se organizasse em torno do Sindicato para requerer e regularizar a terra, sua relação com ela era bastante flexível. Era muito comum trocar pedaços de terra por casa, passar a posse da terra para outros sem documentos, morar em um lote e cultivar outro, vender ou doar terras para familiares que acabavam de chegar à Fazenda. Discorrendo sobre o direito à terra, uns diziam que na eventualidade do proprietário requerer a terra, não a entregariam, já outros somente mediante indenização.

---

<sup>31</sup> Dado extraído da ação de desapropriação nº 0977137-69.1900.4.02.5101, em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

<sup>32</sup> 1 alqueire equivale a 4,8 hectares, considerando o alqueire mineiro.

Com visões diversas sobre a terra, o que os unia era a espera pela Reforma Agrária e o apoio do governo. A grande maioria não venderia a terra, embora a violência no local já estivesse começando: alguns assassinatos, roubo de motores, como os das casas de farinha. Esse fato chocava muito os antigos moradores, abatendo-os bastante e deixando-os muito inseguros sobre o que chamavam de “a vida no campo.”

O fato de não mais se auto sustentar, aumentando cada vez mais as compras de artigos em Macaé, deu a esses moradores uma percepção da fluidez do dinheiro e de valorização da terra que antes não tinham. Além disso, viam os companheiros cair em desgraça logo depois da venda da terra.

“Os posseiros vendem, se iludem por dinheiro, o dinheiro está perdendo o valor e o imóvel está valorizando.” (Pedro Pinheiro, 1985)

Nas décadas de 1970 e 1980 havia grandes fazendas nas proximidades da Fazenda Cantagalo que se dedicavam ao gado e produção de arroz como a Engenharia Carioca, localizada entre Casimiro de Abreu e Prof. Souza e também japoneses e gaúchos arrendando terras e máquinas para agricultura mecanizada. Esse movimento se intensificou na década de 1980 pela concorrência dessas áreas com a produção de arroz no Vale do São João, onde, segundo informações, os fazendeiros chegavam requerendo usucapião e impedindo os posseiros de se estabelecer naquele espaço, valorizado com as obras de dragagem.

A procura por terras teve efeitos em Cantagalo e os que chegavam eram responsáveis pela pressão aos posseiros para que vendessem suas terras. Cerca de 80% dos entrevistados mencionaram a procura por terra e os interessados, em sua maioria, segundo eles, eram fazendeiros de leite e *engenheiros*<sup>33</sup> da cidade, principalmente de Macaé, seguidos por agricultores de outros municípios. Portanto, podemos concluir que na década de 1980 havia um movimento de aglutinação de posses, de concentração da terra. Mas, simultaneamente ao processo de aglutinação de posse por parte dos fazendeiros, havia outro, inverso, o de desmembramento das posses por parte de trabalhadores que, ou venderam lotes para familiares para construir casas ou venderam a terra para pagar prejuízos, dívidas ou diminuir despesas de manutenção dos lotes.

---

<sup>33</sup> “Engenheiros” é a maneira como os moradores se referem aos profissionais liberais da cidade.

Não se preocuparam em regularizar a situação da terra, pareciam bastante tranquilos quanto a esse aspecto, em parte porque tinham a segurança do pagamento de impostos e do cadastramento no INCRA. Por outro lado, acreditavam que a garantia da terra estava em produzir. Alguns poucos e antigos moradores ainda guardavam as cartas de arrendamento, o que representa uma confirmação de que ocupam a terra há algum tempo. A maioria dos lavradores conhece o procedimento de regularização de terras mas enfrenta duas dificuldades: a burocracia e os altos custos para resolver a situação.

A atual estrutura fundiária em Cantagalo, bairro da cidade de Rio das Ostras, decorre de vários fatores, externos e internos ao bairro. Em primeiro lugar, foi importante buscar entender o movimento envolvendo a terra nesse longo espaço –tempo.

Nos anos 2000, especialmente, a expansão urbana de Macaé e de Rio das Ostras repercutiu no desmembramento dos lotes. Cantagalo recebe e perde moradores, a venda de terras pode aumentar ou diminuir respondendo sempre à nova rodada espacial da reprodução do capital imobiliário nessas cidades, com destaque para Macaé que, por sua vez, se ajusta à mundialização produtiva representada pelas empresas de petróleo e gás, mas também à mundialização financeira. Cantagalo é uma das pontas da capacidade multiescalar do capitalismo desenvolvida em seus estudos por Rua, que se expressa, em uma de suas formas, no espaço, no processo de fragmentação da terra gerando loteamentos.(RUA,

Esse movimento de desmembramento dos lotes foi impulsionado por vários fatores, internos e externos à localidade. Um deles foi o significativo fluxo de moradores vindos da Zona Homogênea Leste Fluminense<sup>34</sup>, onde está localizada Macaé e a base operacional da Petrobras e que apresentava, no início dos anos 2000 custos de moradia elevados, o que direcionava os trabalhadores a buscar preços mais acessíveis em municípios anteriormente enquadrados como zonas rurais, o que resultou no abandono das atividades agropecuárias por parte

---

<sup>34</sup> A Zona Homogênea (ZH) Lagos é a definição que consta do Relatório de Análise de Mercado de Terras na ZH Lagos, INCRA, 2017, de acordo com a Divisão Territorial Brasileira (DTB) do IBGE (2014), composta das microrregiões Bacia de São João (com os municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim) e Lagos (Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema), p. 5.

dos produtores devido à forte especulação imobiliária, acentuando a migração para a periferia da Zona Homogênea Lagos. O documento também aponta um forte caráter especulativo tanto sobre as áreas urbanas como também rurais e uma maior valoração de áreas que passaram a ficar disponíveis para o mercado imobiliário. Esse fato é comprovado pela mobilidade pendular correspondendo às pessoas que optaram por morar na ZH Lagos, sendo uma das localidades Cantagalo, e trabalhar em Macaé (INCRA, 2017).

Os moradores da Fazenda acompanharam o aumento do preço da terra e a procura por terrenos que durou enquanto Macaé foi a *capital do petróleo*. No momento em que o setor de petróleo e gás foi desmantelado, gerando desemprego e esvaziando economicamente a cidade, esses trabalhadores, agora desprovidos de salário, perderam as condições de comprar os lotes com pagamento a prazo e acabaram por desfazer-se deles, por preços depreciados pelo mercado imobiliário, retraído, abrindo oportunidade para os empresários locais, ou os moradores que se encontram em melhores condições financeiras aumentar sua renda através da aquisição dessas terras, ganhando a oportunidade de fazer um pequeno estoque de terras.<sup>35</sup>

A terra valorizava quando estava todo mundo empregado. Macaé acabou. Casa desalugada é mato. Emprego acabou, o pessoal não conseguiu pagar aluguel, partiu e deixou a chave na porta, saiu fugido. (Herbert, 2019)

Outro fator que explica o desmembramento de lotes é a constante saída de moradores que venderam suas terras por ocasião da crise de 2014, segundo informações obtidas; também o processo de assentamento, a cargo do INCRA, que destinou a terra a agricultores mas também a novos moradores que já se dedicavam a atividades comerciais e de serviços e, portanto, não cultivaram a terra pois esta, quando se destina a moradia, não necessita de grande extensão; outro fator é o assalariamento dos filhos de moradores da Fazenda no meio urbano, em funções que demandam, segundo seus pais, menos esforço do que o trabalho na lavoura, e mesmo o desencanto com a agricultura. Com isso, as famílias deixaram de contar com a força de trabalho na terra e precisaram gerar

---

<sup>35</sup> Entrevistas a moradores de casas alugadas, adquiridas nessas condições citadas.

renda monetária em atividades externas ao lote, o que será visto no capítulo seguinte.

A fragmentação da terra em lotes e venda dos mesmos se deu no caso em que os moradores deixaram Cantagalo. Não houve fragmentação das terras no âmbito da família nuclear, ou seja, os filhos que permaneceram em Cantagalo não iniciaram novas unidades de produção na medida em que os pais cederam parte do lote para que construíssem suas casas e, de uma maneira geral, trabalham na terra com seus pais.

Para esse mecanismo que envolve a dinâmica do mercado de terras em Cantagalo ser melhor elucidado, invocamos alguns autores que vêm estudando a renda da terra, urbana ou rural. Partimos da afirmativa de que a problemática do espaço passa por um momento de reestruturação em que a construção civil e a construção imobiliária subordinam-se à reprodução do capital.

Paulo César Xavier Pereira propõe a discussão entre preço e valor, numa perspectiva urbana, tendo como pano de fundo a reprodução das relações sociais capitalistas como sobrevida para viabilizar a reprodução do capital, entendendo preço como manifestação monetária do valor da mercadoria. É importante compreender a relação preço-valor diante da dimensão que alcançaram os setores financeiro e imobiliário na produção do espaço contemporâneo, daí a importância de focar o valor e o preço na produção do espaço como uma forma de estabelecer a distinção entre capital e renda.

(...) o ponto essencial é compreender que o *espaço* como condição, meio e resultado dessa produção tem na terra um elemento indissociável, um valor de uso que privatizado e comercializado tem preço. Por isso, expressa valor de mercado, mas, por não ser um resultado do trabalho, não contém tal substância, o seu “valor” é apenas uma expressão do preço. (PEREIRA, 2017 p.186)

A partir de Léfèbvre, Pereira mostra que no urbano, a propriedade da terra e a propriedade do dinheiro se alimentam mutuamente na forma como o capital mobiliza o espaço como riqueza imobiliária e financeira, ambos subordinando-se à reprodução do capital.(PEREIRA, 2017)

O conceito de renda da terra é um conceito fundamental para a compreensão da realidade da terra urbana ou rural. Trata-se de um lucro

extraordinário, suplementar e permanente. Também é chamada de renda territorial ou renda fundiária. Se ela é um lucro extraordinário permanente, é produto do trabalho excedente, não pago, metamorfoseado como renda fundiária. No caso da terra em Cantagalo, a renda resulta do monopólio da terra, da posse privada do solo, chamada de renda da terra absoluta. (OLIVEIRA, 2007)

Para pensar a relação preço e valor do produto imobiliário é preciso compreender a apropriação dos elementos da natureza, tão presente no local, como já vimos, e a apropriação do espaço como um duplo monopólio da propriedade privada da terra. Assim, o lucro principal do empresário não é promovido pelas construções, mas pelos acréscimos da renda fundiária, do preço do monopólio da terra, dos processos espoliativos e da exploração do trabalho.

É interessante lembrar que não existe propriedade da terra em Cantagalo, todas as terras constituem posse e, por isso não podemos dizer que existe uma apropriação da renda fundiária por parte dos pequenos empresários, da mesma forma como Rollas se apropria dela ao receber a indenização pela sua propriedade. Mesmo assim, pode-se observar que na lógica do capital, esses investidores locais baseiam seus negócios nessa constatação, aproveitando-se do crescimento do setor da construção civil e do imobiliário, seja na venda de material de construção, seja no aluguel de casas para moradia ou venda de terrenos, ou criando novas formas de atrair consumidores para os sítios de lazer. Há uma grande loja de material de construção na Praça Cantagalo e um pequeno comércio vendendo esse material espalhado pelo bairro, além da movimentação diária de caminhões abastecendo essas lojas.



Figura 17: A grande loja de material de construção do bairro



Figura 18: Madeireira – Praça de Cantagalo

Sendo a urbanização resultado e condição da produção do espaço, a expansão da cidade aumenta o valor pressuposto da propriedade imobiliária assim como eleva o preço do imóvel no mercado. (PEREIRA, p.190)

Assim, a reprodução do capital na produção do espaço combina a *valorização* pela exploração do trabalho e a *capitalização* da renda por processos que espoliam a sociedade. (PEREIRA, 2017, p.191)

Qualquer produto imobiliário tem, embutido no seu preço de mercado, a propriedade da terra como condição absoluta. Há um excedente, no setor imobiliário, expresso no preço de mercado do imóvel e contém, além do lucro do investimento capitalista, a renda capitalizada para pagar o preço da terra. Nessa

associação entre a indústria de construção e o setor imobiliário, o lucro principal não é das construções, mas da renda fundiária acrescida. É a partir desse mecanismo que o espaço é mobilizado e inserido no mercado financeiro. A estratégia do capital é, então, fragmentar o espaço e, nessa nova condição, se dá sua valorização (PEREIRA, 2017).

Os produtos imobiliários oferecidos nas cidades de porte médio, como Rio das Ostras e Macaé, assim como nas cidades maiores do que essas, como Niterói e Rio de Janeiro, acabam por onerar os trabalhadores e pessoas mais empobrecidas, não só porque contribuem para elevar a renda fundiária como as obriga a gastos em sua mobilidade uma vez que não lhes resta outra alternativa do que o deslocamento para áreas mais distantes, principalmente para os municípios que passam a ter a função de receber os resultados da dispersão dos fragmentos da metrópole ou das cidades de médio porte, como é o caso do bairro de Cantagalo. A discussão da relação entre preço e valor nos mostra como o espaço mobilizado como riqueza imobiliária e financeira passa a valer mais, realimentando os preços no mercado de terra e no mercado de dinheiro.

A área onde se localiza Cantagalo não está muito distante da cidade de Rio das Ostras nem da praia. No movimento do capital que tem como estratégia a valorização do espaço se utilizando do setor imobiliário e da construção civil, que, por sua vez, estão articulados à financeirização mundial, a produção de novos espaços já está acontecendo nas imediações da Fazenda.

Segundo Pereira, essa nova condição da produção do espaço permite que ao mesmo tempo em que o capital domina o espaço inteiro, na medida em que a sociedade inteira paga pela renda da terra (capital capta riqueza da sociedade inteira), a estratégia do capital é fragmentar o espaço e, nessa nova condição se dá sua valorização. Na produção do espaço, ao preço da produção se justapõe uma valorização que corresponde à capitalização da renda da terra, portanto o capital apresenta uma valorização que é potencializada pela capitalização da renda da terra (PEREIRA, 2017).

Sendo a renda uma relação social, ela pode se associar a elementos da terra que são utilizados na produção. Pereira, com base em Marx<sup>36</sup>, propôs o estudo de três tipos de renda: a renda fundiária, a renda extrativa, a renda imobiliária pois, segundo ele, distinguir essas três formas é uma maneira de associar a produção imediata ao processo global. (PEREIRA, 2017). A partir dos três tipos de renda, tentei fazer um exercício de adequação ou não dessa situação a Cantagalo.

A renda fundiária pode ser associada à renda da atividade agrícola que, no passado, foi apropriada por Maria Thereza Cabral, no final do século XIX e início do século XX, através da lavoura do café e José Maria Rollas, com a lavoura de milho e arroz, a partir de 1937. Os fazendeiros, em momentos diferentes, no entorno da Fazenda, e mesmo nas terras da Fazenda em litígio com o proprietário, se beneficiaram com a apropriação da renda fundiária através da pecuária leiteira e de corte.

A renda da extração madeireira, que se associa à produção de lenha e carvão, nas décadas de 1940 e 1950, foi apropriada pelos fazendeiros. Hoje, a renda fundiária poderia adquirir outra forma através dos sítios de lazer, casas de veraneio, restaurantes tipo “pesque-pague”, ainda trazendo embutida nela uma componente essencial desse tipo de renda que são as vantagens diferenciais da terra, como um dos sítios que se localiza ao pé da Serra da Careta no qual se pode desfrutar da natureza e da bela paisagem das nascentes escorrendo pela serra sob o brilho do sol.

A renda imobiliária pode ser exemplificada, em Cantagalo, não só através da renda que será auferida pela família do proprietário, como, também, pelas transformações que estão ocorrendo no entorno da Fazenda. De fato, encontrando-se ainda a Fazenda Cantagalo em nome do espólio de José Maria Rollas, sua família receberá, no ato de desapropriação, uma indenização na qual está incorporada a renda fundiária. No entanto, aqueles que utilizam a terra para produzir e alguns moradores que produzem nessas terras há mais de quarenta anos não podem desfrutar dessa renda porque não são proprietários, assim como não usufruíram dela aqueles que já venderam suas terras.

---

<sup>36</sup> *O Capital*, p.46.

Durante uma das entrevistas com a proprietária do terreno onde funciona um dos restaurantes e, também com uma cozinheira, recebi a informação de que a sede da Fazenda Cantagalo fazia parte de um condomínio no caminho para a Praia do Bosque. Sabendo, pelas narrativas, que não existem mais vestígios da sede, comprovadas no laudo pericial encomendado pelo INCRA e tendo aplicado inquéritos, na década de 1980, a posseiros que moravam próximo à sede, pensei que dificilmente a sede da fazenda citada em 2019 seria a mesma. Apesar de estar em fase final da pesquisa, resolvi ir a campo mais uma vez para compreender melhor o uso do espaço como riqueza imobiliária e financeira, ou seja, mais uma estratégia do capital ao lucrar com a renda fundiária através de lançamentos de imóveis. Não sem antes fazer uma pesquisa no Google Earth, calculando as distâncias e levando em consideração a área da Fazenda que não constava no processo de desapropriação da mesma. Também tentei obter mais dados sobre essa possibilidade junto ao INCRA.

O Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF foi desenvolvido para disponibilizar as informações dos imóveis para gestão dos dados referentes aos limites desses imóveis rurais e sua regularização. A Lei 10.267/2002 obrigou a situar os imóveis rurais através de coordenadas georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro<sup>37</sup>. Geralmente, os imóveis cadastrados são aqueles cujos proprietários desejam vender ou estão em processo de venda dos imóveis. Assim, constatamos que diversos imóveis, limítrofes ou próximos à Fazenda já georeferenciaram seus limites como condição prévia à venda, ao parcelamento e ao desmembramento dos mesmos. Áreas próximas a Macaé e Rio das Ostras estão cancelando o cadastro rural e se transformando em urbanas. Algumas estão sendo utilizadas como galpões e áreas industriais, outras se tornaram residenciais.

Pela carta dos imóveis georeferenciados (Figura 19 ) combinada com a confrontação das imagens pela série histórica do Google Earth, pode-se constatar que alguns vizinhos à Fazenda, como, por exemplo, a Importadora Fluminense, estão vendendo seus imóveis, alguns deles para grandes empreendimentos. O mesmo pode estar ocorrendo com outras propriedades.

---

<sup>37</sup> Fontes: INCRA, 2011 e <http://www.cadastrorural.gov.br/servicos/sigef-sistema-de-gestao-fundiaria>



Figura 19: Georreferenciamento dos imóveis pelo Sistema de Gestão Fundiária  
Fonte: SIGEF

Na Figura 19, a Fazenda Cantagalo aparece em marrom, ao centro, e as propriedades de fazendeiros e empresas, em vermelho, correspondendo aos imóveis georreferenciados.

O lançamento imobiliário ao qual se referiu a proprietária do restaurante em seu relato é o Condomínio Verde que apresenta, entre seus atrativos, a sede de uma antiga fazenda de café, que nada traz de original da sede primitiva, mas um imóvel que passou por uma remodelação, sem que houvesse um trabalho de restauração que mantivesse a autenticidade da construção. (Figura 20) Na fluidez e instantaneidade das ideias e sentimentos, basta vender a impressão de um imóvel antigo. Não é necessário se investir muito, pois o que está sendo vendida é a ideia de que pessoas possam ser vizinhas à sede de uma antiga fazenda, no mesmo espaço onde um dia já se plantou café, que possam caminhar ao redor de uma grande área de mata que foi preservada pelos que ali trabalharam, uma mata tão fechada que se pode ouvir as manifestações de seus animais com bastante intensidade.



Figura 20: Clube Viverde

Nas áreas desmatadas onde algum dia era praticada a lavoura, abriram-se ruas, caminhos, demarcaram-se os terrenos, foram construídas quadras de esporte e quatro portarias, correspondendo aos quatro condomínios que fazem parte do empreendimento. A sede da fazenda transformou-se num clube, onde a piscina, provavelmente, aproveitou a estrutura do terreiro de café, são oferecidos serviços como refeições, quadras esportivas, salas de cinema, de estudo, de descanso. A grande contradição é que a aridez dessa construção, no condomínio onde predomina o concreto, receberá um projeto de replantio de mil mudas de um tipo de palmeira, seguindo a ideia do “verde e a sustentabilidade do meio ambiente.” (Figura 21) Mantendo o alto nível do imóvel, as casas que serão construídas pelos novos moradores não deverão seguir seus gostos e necessidades mas critérios, exigências e gabaritos determinados pelos vendedores do imóvel.



Figura 21: Placa na entrada do Condomínio Viverde: vendendo o “novo jeito de moradia na região”

Os elementos da natureza estão ali, aprisionados, atraindo os novos compradores: a água, abundante, devido às nascentes, constitui um dos elementos da propaganda do empreendimento, apresentada em toda sua abundância, o que permite autonomia em relação à companhia de água e aos problemas desse recurso na cidade; e a floresta, preservada por mata tão fechada que impede a caminhada em trilhas, uma “área verde”, de grande beleza, anunciada como “*mata encravada na cidade*”, como se não fosse a cidade que se encravou na mata.

Uma outra forma de venda futura para valorizar o capital é apontar, na entrada do condomínio, o local da construção de um futuro shopping center. A segurança também é vendida sob a forma de senhas, trocadas diariamente, ao transitar de um condomínio ao outro dentro do empreendimento. O que se vende, também, é trabalho, materializado nos terrenos de luxo, que se unificam à terra e se transformam em valor do espaço, tornando-se condição para valorização futura.

O Alphaville Urbanismo oferece proposta semelhante: “*qualidade de vida, proximidade com a natureza, passeio ao ar livre, relação de amizade com os vizinhos, conhecer os vizinhos pelo nome, caminhar pelo bairro, respeito pelo próximo, respeito pelo meio ambiente, respeito por tudo aquilo que preserva a*

*beleza do lugar, relação sustentável com as cidades.*”<sup>38</sup> Ou seja, as promessas dos capitalistas giram em torno de vender tudo que nossos posseiros sempre tiveram sem pagar nada por isso. O capital desestrutura a organização espacial existente e através de um mecanismo de valorização do espaço vende as mesmas ideias e o mesmo modo de vida que havia na antiga organização espacial por um preço abusivo e insensato.

Para mim, morar em Alphaville é como morar em uma casa de campo perto da cidade. Tranquilidade e segurança são as palavras que me acompanham nesse lugar.<sup>39</sup> (opinião de moradora na página do Alphaville Urbanismo)

Pelos limites físicos desse empreendimento é provável que o condomínio seja um destes desmembramentos de imóvel rural ocorrido na área da antiga Fazenda Cantagalo, no caso, nas áreas que não foram desapropriadas. Tal conclusão se dá pela confrontação das plantas da antiga Fazenda Cantagalo (Anexo 10), com a planta do INCRA de 1987 (Anexo 11), com as plantas da Fazenda que destacam as áreas remanescentes, (Anexos 12 e 13), com a carta de georeferenciamento (Fig. 19) e com o Google Earth.

É possível que, tanto as áreas remanescentes da Fazenda Cantagalo, ou seja, as que não foram objeto de desapropriação, como outras áreas no entorno da Fazenda estejam exercendo pressão sobre as ações do INCRA no sentido de obter terras para reforma agrária. Isso se deve ao aumento no preço da terra em função da especulação pois dificulta a relação entre custo-benefício. Segundo o documento,<sup>40</sup> o aumento no preço da terra encarece o custo da fixação por família de modo a proporcionar as condições de sustentabilidade das famílias em seus lotes. Regiões voltadas para o crescimento dos setores do turismo, lazer, de logística e de serviços, como é o caso da ZH Lagos fortalecem o fator especulativo sobre áreas destinadas à reforma agrária, embora não haja pesquisas de viabilidade econômica de exploração agropecuária nas áreas de assentamento rural do INCRA-RJ.

Fica difícil analisar o comportamento do mercado de terras em primeiro lugar porque não dispomos de dados exclusivamente para o bairro Cantagalo. Em

<sup>38</sup> <https://www.alphavilleurbanismo.com.br/>

<sup>39</sup> <https://www.alphavilleurbanismo.com.br/>

<sup>40</sup> Relatório de Análise de Mercado de Terras na ZH Lagos, INCRA, 2017.

segundo lugar porque a venda de terrenos no bairro nem sempre é feita por corretores, mas por moradores locais que oferecem terrenos de conhecidos para os interessados. Em terceiro lugar porque o próprio relatório do INCRA não traz os dados referentes à liquidez do mercado por motivo da falta de informações quanto à velocidade de venda que corresponde à média de meses para realizar a venda dos imóveis.<sup>41</sup>

De qualquer forma, as famílias da Fazenda Cantagalo já estão em processo de assentamento, mas esses fatos analisados aqui constituem um elemento de pressão para que essas famílias vendam seus lotes, antes mesmo da aquisição dos títulos definitivos de propriedade. E para ações de resistência na terra seria necessário que esses moradores estivessem organizados e conscientes de mais uma estratégia de reprodução do capital.

### **3.3. Mercantilização do trabalho: os sujeitos sociais na Fazenda Cantagalo**

Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem.  
Roxa Luxemburgo

O controle sobre as relações de trabalho é outra estratégia para assegurar a reprodução do capital. Hoje, vivemos no Brasil a demolição completa dos direitos dos trabalhadores, como consequência de todas as medidas que vêm sendo tomadas para cumprir as exigências do empresariado no sentido de implantar a sociedade da precarização total do trabalho. As novas modalidades de exploração do trabalho, as formas de flexibilização e a informalização da força de trabalho combinadas com um relativo avanço tecnológico caracterizam o capitalismo brasileiro hoje (ANTUNES, 2018).

Nesse capítulo, tentei compreender como se dá a reprodução do capital no espaço estudado e os reflexos que pesam sobre os moradores. De início, foi preciso caracterizá-los. Álvaro Ferreira apresenta a diferença entre as categorias de *agente* e *ator* e sua relação com a prática social, com a ação e a dinâmica de

---

<sup>41</sup> Relatório de Análise de Mercado de Terras na ZH Lagos, INCRA, 2017.

poder no sistema. Segundo o autor, os *agentes* atuam sem passar por reflexão crítica, simplesmente se realizam na ação. Já quando se fala nos *atores* se pressupõe a construção de encadeamentos sociais e políticos e a concepção de estratégias de ação, os atores também estão vinculados a relações de poder. Ferreira pensa a categoria *sujeito* como um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade, analisando sua origem familiar, o lugar social que ocupa e sua interpretação de mundo e mostra que o *sujeito* é processo, está sempre sendo produzido (FERREIRA, 2013).

Depois de conviver um tempo com os moradores da Fazenda Cantagalo, e me referir a eles, até aqui, como moradores, utilizando o termo empregado pelos mais antigos, incorporo, agora, esta última categoria que se adequa aos indivíduos que encontrei em Cantagalo, passando a utilizar a denominação de sujeitos sociais: os mais antigos trazem com eles sua própria história e a da Fazenda, fazem a leitura do lugar que ocuparam no passado e ocupam na sociedade, com a nítida consciência de que vivem hoje outros tempos mas conseguindo fazer uma leitura das mudanças que estão acontecendo. Os mais jovens ainda se encontram meio perplexos com a efemeridade dos empregos e com o alto índice de desemprego, mas, apesar disso, não perdem a esperança e vêm se qualificando, acreditando em tempos melhores. Entre os sujeitos sociais de mais idade e os mais jovens, ainda na idade ativa, identifico outro grupo de trabalhadores, dispostos a enfrentar situações adversas, exercendo ainda sua função de origem mas desdobrando-se para dar conta de vários outros ofícios, com novas funções nesse espaço híbrido caracterizado por urbanidades no rural.

Segundo o INCRA,<sup>42</sup> são essas as definições para algumas categorias cujas práticas sociais resultaram no espaço da Fazenda. Algumas delas não encontramos mais hoje, ou apresentam outra função.

- Proprietário: é a pessoa física ou jurídica que possui imóvel rural, válido e regularmente destacado do patrimônio público registrado em seu nome no Registro Imobiliário.

---

<sup>42</sup> Justiça Federal do Rio de Janeiro - Processo nº 0977137-69.1900.4.02.5101

- Posseso a Justo Título - é a pessoa que exerce o direito de posse, que se configura por um ato translativo de domínio, cujo título não foi ainda levado a registro imobiliário.
- Posseso por simples ocupação - posseiros sem documentos de titulação, promitentes compradores que detém a posse e os titulares da posse oriunda de concessão de uso fornecida pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal.
- Arrendatário - É a pessoa que explora imóvel rural, no todo ou em parte, mediante contrato escrito ou verbal, remunerando o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título com valor pré-determinado.
- Parceiro - É a pessoa que explora o imóvel rural, no todo ou em parte, mediante contrato agrário escrito ou verbal, remunerando o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título com um percentual da produção alcançada.
- Comodatário – É a pessoa que explora imóvel rural, no todo ou em parte, cedido pelo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de forma gratuita.

No processo judicial de desapropriação o INCRA incluiu os *sucessores dos expropriados* que permaneceram na Fazenda após a perda da terra por parte de seus familiares e também incluiu uma categoria, a de *intrusos*.

Eu acrescentaria outras categorias, compostas por sujeitos sociais que já fizeram ou fazem parte das práticas sociais na Fazenda. Refiro-me aos *agregados, empresários e pequenos investidores, corretores de imóveis, comerciantes, trabalhadores com novas funções* nesse espaço e *desempregados*.

Os fazendeiros que permaneceram em Cantagalo não ocupam o espaço da Fazenda, mas seus limites. Alguns deles adquiriram suas terras através da compra e houve invasão, por parte de alguns que acabaram apoderando-se de terras de outros fazendeiros e posseiros. Na verdade, em se tratando de terras que têm um proprietário, José Maria Rollas, esses fazendeiros acabam assumindo a condição de grandes posseiros.

Mesmo os fazendeiros que ocupam terras limítrofes à Fazenda Cantagalo eventualmente foram incluídos nesse estudo pelas relações que mantêm com os sujeitos sociais que estou estudando, o que significa que, algumas vezes, por força das relações que se estabelecem, precisei ultrapassar o espaço da Fazenda.

Antônio Cândido destaca a diferença entre *sitiante e fazendeiro*: o primeiro, empregando mão de obra familiar e o segundo, mão de obra alheia à família mas ressalta, também, que era costume, nas várias regiões do estado de São Paulo, chamar de *sítio* qualquer propriedade rural, grande ou pequena. Da mesma forma, na Fazenda Cantagalo, os moradores usam o termo *sítio* para os estabelecimentos que recebem turistas ou população local para o lazer por um dia. O *agregado*, para o autor, é o sujeito que, não possuindo terra, obtém do proprietário a permissão de cultivar um lote e nele habitar, com eventuais prestações de serviço ao dono da propriedade. Penso que, nesse sentido, essa definição aproxima-se bastante da de *comodatário*, do IBGE.

A cada um desses sujeitos sociais correspondeu uma prática social e todas elas resultaram no que é hoje parte do espaço da Fazenda que compõe o bairro Cantagalo e eles serão apresentados juntamente com a história da Fazenda.

A proprietária da Fazenda Cantagalo, Maria Thereza Cabral, é a primeira personagem principal, na nossa pesquisa, responsável pelas atividades de produção, troca e ligação com o mercado, plantando e vendendo café, seu principal produto, e providenciando o abastecimento da Fazenda. Sua família explorava a lavoura do café através do trabalho de descendentes de *escravizados*. Viviam ali cerca de 300 famílias.<sup>43</sup>

Com a divisão das terras feita pela proprietária entre os trabalhadores da Fazenda, conforme atestado na carta de 1891, (Figura 7), as relações de trabalho se modificaram. Os trabalhadores e seus familiares continuaram plantando para sua subsistência, agora em terras destinadas a eles, sendo uma parte fixada para o plantio de café numa relação de trabalho por arrendamento. A condição dos que plantavam para sua subsistência era a de *agregado*, embora nunca tivessem usado

---

<sup>43</sup> Informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu em 1985.

esse termo, ao obter da proprietária a permissão de cultivar a terra e nela habitar, com eventuais prestações de serviço à dona da Fazenda.

No início do século, com a malária, houve grande esvaziamento da Fazenda, tanto pelas mortes como pela migração. Em 1937, ao adquirir a Fazenda Cantagalo, J.M.Rollas, o novo proprietário, estabeleceu com os trabalhadores que permaneceram na Fazenda relações de arrendamento, parceria e dias de trabalho. O proprietário nunca morou na Fazenda e esteve lá poucas vezes, segundo os relatos e a confirmação dele próprio.<sup>44</sup> Seu *administrador* era Pedro Pinheiro. Nessa época chegaram os primeiros fazendeiros, tanto à Fazenda como ao seu entorno, ocupando as terras para o plantio de pasto ou extração da lenha.

Na Fazenda Cantagalo, desde a década de 1950, quando lideranças das Ligas Camponesas estiveram na região para organizar os trabalhadores em torno da Reforma Agrária, um segmento dos trabalhadores se reuniu em função do Sindicato. O número de arrendatários aumentou com a chegada de novos moradores que iam adquirindo lotes através da divisão feita por Pedro Pinheiro. Com o golpe civil e militar de 1964, foi grande o movimento de saída de trabalhadores da Fazenda. As prisões das lideranças que participaram das Ligas Camponesas, a morte de vários líderes sindicais no Rio de Janeiro e no Brasil e consequente enfraquecimento do movimento sindical, a expulsão de vários líderes da Fazenda pelos fazendeiros provocaram uma considerável migração de trabalhadores para outras localidades. Mas mesmo assim o sindicato atuou até a década de 1980. Cabia a essa instituição reunir os trabalhadores para informar sobre a disponibilidade de terras, uma vez que a maioria não era proprietária, trabalhava como meeiro ou em terras de outrem e um número menor trabalhava na indústria ou em atividades urbanas mas tinha desejo de voltar a trabalhar na terra. Na década de 1970 existiram os dois movimentos: trabalhadores chegavam à Fazenda e também se dirigiam às cidades próximas à periferia da cidade do Rio de Janeiro de modo que em 1980 viviam na Fazenda cerca de 250 famílias.<sup>45</sup>

A grande estratégia do capital na década de 1970 foi o controle da oferta de trabalho. Os salários, para o mundo capitalista, estavam relativamente altos e a

---

<sup>44</sup> Relato de Pedro Pinheiro e entrevista com José Maria Rollas em 1984.

<sup>45</sup> Informação obtida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu em 1985.

força de trabalho organizada pelos sindicatos tinha poder político nos partidos. Apesar dos antigos trabalhadores das indústrias manufatureiras serem explorados pelo capital, tinham consciência de sua importância no processo de produção e estavam unidos por laços de solidariedade nas lutas e reivindicações através da organização sindical. As lutas sindicais estavam acirradas e o capital decidiu disciplinar a força de trabalho. E encontrou várias maneiras de fazer isso: com a reestruturação produtiva, com a diminuição de salários, com as mudanças tecnológicas como a mecanização e automação.

A reestruturação produtiva promoveu o deslocamento das empresas que transferiram a produção para várias partes do mundo e o centro do capitalismo, nos países desenvolvidos, se desindustrializou gerando um novo modelo de expansão geográfica. Um exemplo disso, como já vimos, foi a implantação do complexo de petróleo e gás em Macaé, reorganizando, em consequência, a estrutura de empregos em Cantagalo.

A segunda maneira de disciplinar a força de trabalho foi a diminuição de salários. Apoiado em Marx, no 1º capítulo de *O Capital*, Harvey confirma que a diminuição dos salários é contraproducente para a realização do valor e da mais-valia no mercado. No mundo da reprodução social, vontades, necessidades e desejos estão enraizados e sem eles não há valor. Portanto, segundo Harvey, aumentar o salário para garantir o consumo e colonizar a vida cotidiana no sentido do consumismo deveriam ser duas atitudes para a teoria do valor. (HARVEY, 2016). Mas não foi isso que aconteceu: com a redução dos custos com os salários, representado pela diminuição do valor da força de trabalho, aumenta o mais-valor relativo, ou seja, sobra uma quantidade maior de mais-valor para o capitalista, que acaba sendo beneficiado pelo trabalhador, não só acumulando mais-valor mas porque o trabalhador, sem emprego, aproveita o tempo disponível para se qualificar. Existem muitos trabalhadores na Fazenda, sobretudo jovens, que se deslocam diariamente, tendo despesas de passagem e pagamento dos cursos e se preparam como técnicos nas diversas modalidades oferecidos em Macaé, principalmente por uma universidade privada, a Universidade Estácio de Sá. Uma loucura da razão, diria Harvey.

A terceira estratégia do capital para disciplinar a força de trabalho são os avanços tecnológicos. Mesmo com o aumento de produtividade e qualificação, nos últimos anos, os trabalhadores não têm recebido benefícios, estes são atribuídos às mudanças tecnológicas, o que configura a passagem do trabalho produtivo para o improdutivo. O trabalho produtivo resulta do trabalho social e coletivo, cria mais-valor. E, por isso, valoriza o capital. O trabalho improdutivo cria bens úteis e, portanto, cria valor de uso, não de troca. Por isso, não há dúvida de que o subemprego, o desemprego e a deterioração da qualidade do trabalho são iguais às máquinas, que também não produzem valor e a perda de sentido do trabalho é a consequência que decorre desse sistema.

Os avanços tecnológicos também foram responsáveis pela criação de uma nova tendência nas relações de trabalho, a expansão de um grande contingente de população no setor de serviços, mas também na indústria e na agroindústria e essas novas modalidades de trabalho são representadas pelo trabalho informal, intermitente, precarizado, flexível, com níveis de remuneração bastante exauridos.

As transformações da década de 1970 culminaram na década de 1980 com a implantação do neoliberalismo que pôs fim ao poder político dos trabalhadores, diminuiu seus salários e, conseqüentemente, o mercado, e com a destruição da estrutura sindical os laços de solidariedade se desfizeram, as pessoas substituíram a cooperação social pelo individualismo levando a uma fragmentação da classe trabalhadora, à competição dentro dela, além das discriminações dos mais diversos tipos promovidas pelo capital e, junto com o emprego, os trabalhadores acabaram por perder, também, a dignidade e o respeito (HARVEY, 2018). Os trabalhadores da Fazenda Cantagalo, que até então estavam acostumados a viver no âmbito comunitário, começaram a frequentar a esfera de influência da economia regional, com destaque para Macaé e Rio das Ostras, e começaram a se individualizar e não mais se encontrar com a frequência anterior.

Apesar de mais enfraquecido, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu ainda atuou até a década de 1980, pois ainda nessa década chegaram trabalhadores à Fazenda Cantagalo, vindos, principalmente, de Macaé e S. Fidélis, considerados por eles lugares muito secos se comparados aos terrenos pantanosos e alagadiços da Fazenda. Portanto, se trabalhadores chegaram à

Fazenda, deveriam chegar, de uma maneira geral, ao município. Cabia, então, ao Sindicato reunir os trabalhadores para informar sobre a disponibilidade de terras, uma vez que a maioria não era proprietária, trabalhava como meeiro ou em terras de outrem e um número menor trabalhava na indústria ou em atividades urbanas mas tinha desejo de voltar ao trabalho na terra. Os fazendeiros, com quem havia conflitos, nessa época, moravam em Macaé ou Campos e vinham à Fazenda Cantagalo aos finais de semana ou esporadicamente.<sup>46</sup>

Na década de 1980, a maioria dos trabalhadores era sindicalizada e a entidade promovia reuniões mensais e produzia material conscientizando-os em relação a seus direitos, fornecia assistência jurídica quando os problemas se apresentavam e defendiam a luta pela terra, atuando diretamente nos conflitos com os fazendeiros.

A lei dá um grande direito à gente e a gente bota fora por não saber. (S. Pedro Pinheiro, 1983)

A maioria deles não frequentava o sindicato. Os que não eram sindicalizados se disseram desatualizados das questões sindicais, embora estivessem cientes da possibilidade de obter o usucapião e acreditar na segurança do acesso à terra pelo pagamento dos impostos. Utilizavam, do sindicato, a assistência jurídica quando os problemas se apresentavam. Alegavam dificuldade de locomoção para participar das reuniões, uma vez que o sindicato localizava-se em Rio das Ostras. No entanto, vários trabalhadores mencionaram o fato de que as reuniões também se realizavam na casa de S. Waldemar ou de S. Pedro Pinheiro e, naquela época, ainda dispunham do transporte ferroviário, uma vez que a linha férrea foi desativada em 1986. Também justificavam sua ausência por dificuldades financeiras e falta de tempo.

Há os que achavam que o Sindicato tinha que se mobilizar no sentido de facilitar a comercialização dos produtos e o cooperativismo, assim como providenciar máquinas e adubos, não gostavam de discutir questões políticas e, portanto, achavam as reuniões pouco eficazes. Outros acreditavam que aquela terra da Fazenda já tinha um dono portanto, não estavam dispostos a lutar por ela

---

<sup>46</sup> Dados extraídos dos inquéritos aplicados em 1983 e 1985.

e deveriam buscar outro lugar e tal fato não justificava a frequência e participação no Sindicato.

Os antigos moradores que permaneceram na Fazenda participaram das lutas no Sindicato e hoje entendem que o que existiu em relação à união entre os trabalhadores se deu sob essa via. Além do sentimento de luta, havia solidariedade entre eles. Na sua visão, com o tempo, a abertura de diversas igrejas proporcionou a desunião pois as pessoas, sendo muito requisitadas para as reuniões, dispersaram-se e não mais se uniam em torno de um objetivo, como era a organização sindical. Hoje, percebendo esse fato, algumas igrejas, como relatado por uma pastora, iniciam um movimento de aproximação entre elas.

Voltando à década de 1980, o neoliberalismo no Brasil não só promoveu a destruição da espinha dorsal do sindicalismo como também estratégias experimentadas pelo capital para controlar as relações de trabalho. Este se valeu da modernização tecnológica. Se o mundo passou a ser gerido através da ciência e da tecnologia, era preciso, também, mudar a concepção mental que as pessoas faziam dele através de práticas construídas de modo a transformar as vontades, necessidades e desejos da população e essa estratégia teve forte repercussão na vida da classe trabalhadora (HARVEY, 2018).

(...) a produtividade do trabalho é conduzida por tecnologias escolhidas pelo capital não apenas para confirmar seu controle sobre o trabalhador mas também para minar a dignidade e os supostos poderes do trabalho tanto na produção como no mercado. A não ser que alguma resistência seja efetivamente mobilizada, o destino dos trabalhadores será o trabalho desprovido de sentido, empregos contingentes, desemprego e salários cada vez mais baixos (HARVEY, 2018, p. 193).

As inovações técnicas na Fazenda Cantagalo criaram práticas que passaram a ter grande influência no ritmo de trabalho, e, conseqüentemente, na nova configuração espacial. A Fazenda não conheceu a agroindústria mas duas inovações tiveram grande significado: a implantação da rede elétrica e a introdução do trator pela Prefeitura, agora paralisado por falta de manutenção.

Mesmo os moradores antigos da Fazenda se desprenderam das antigas técnicas, como o uso da enxada e do arado que sempre os fizeram liberar grande esforço pessoal para penetrar num mundo diferente para eles, menos pesado e

penoso que seus filhos e netos não chegaram a conhecer e do qual não guardam boas lembranças, nesse aspecto.

Mas, como afirmou Harvey, as técnicas trazem consigo novas ideias e novos desejos. Se a eletricidade trouxe a geladeira e a bomba de água, também trouxe a televisão, estimulando diuturnamente os desejos de consumo e a cidade passou a ser o local de resolver a maior parte de suas necessidades e sonhos. Ao lado de novas ideias e novos desejos também havia novas ocupações e novas funções, algumas delas com vínculos à cidade.

Os posseiros e seus familiares, na maioria das vezes morando no mesmo terreno, são trabalhadores na lavoura, em sua própria terra ou administrando as fazendas vizinhas, ou trabalhando na lavoura para os fazendeiros; também há os proprietários de sítios de lazer, restaurantes e lojas, funcionários públicos aposentados, professores, pequenos empresários autônomos, corretores de imóveis, empregados dos estabelecimentos comerciais e muitos desempregados.

Essas pessoas, vivendo todas no mesmo bairro, têm vidas bem diferentes mas acho que posso distinguir algumas modalidades entre esses indivíduos: há os antigos moradores que se apegam à vida tradicional mas procuram conciliá-la com as exigências presentes. Idealizam o passado, porque são os que tiveram contato com a vida tradicional e podem compará-la com o presente. Antônio Cândido chama esse sentimento de *saudosismo transfigurador* (CÂNDIDO, 1979). Defendem sentimentos, valores e situações como amizade, solidariedade, segurança, autonomia para produzir, conhecimento. Referem-se à abundância ao mencionar a fertilidade das terras que, segundo eles, decaiu, à quantidade de rios e olhos d'água, que diminuiu, e à diversidade de alimentos que plantavam e escoavam por trem para Macaé onde somente era necessário adquirir sal, querosene e, eventualmente, carne de vaca. A solidariedade era intensa, “ninguém passava aperto porque todos acudiam” (S. Pedro Pinheiro, 1985).

Outra modalidade é a de antigos moradores que se adaptaram às novas condições de vida. São pessoas que comparam os esforços que faziam no passado com e a melhoria de suas vidas com a vinda da tecnologia, principalmente os serviços de eletricidade e transportes. Nessa situação está grande parte das

mulheres que viram, com o tempo, a possibilidade de libertar-se do esforço árduo das tarefas na lavoura e hoje, não querem mais executá-las. Também sentiam falta de serviços como salões de beleza e alguns produtos que hoje obtêm com facilidade na praça de Cantagalo, não precisando mais se deslocar, muitas vezes a pé, com as tribulações do passado, para Macaé ou Rio das Ostras.

Marilena Chauí expõe a dificuldade para compreender a forma de se expressar da nova classe trabalhadora, uma vez que não se limita mais aos operários industriais e agrícolas “tradicionais”. Há também aqueles que não são detentores do capital nem dos meios sociais de produção mas também não são a força de trabalho que produz capital. Trata-se de uma classe trabalhadora fragmentada, terceirizada, precarizada que pode ser somada à classe trabalhadora de segmentos sociais que teriam pertencido à classe média, mas, ao perder o emprego, instabilizou-se.(CHAUÍ, 2016)

Na Fazenda Cantagalo estão moradores que não se ajustam às novas condições, não por incapacidade, mas porque vivem situações que não dependem deles, como, por exemplo, o desemprego. Não podem escolher as atividades nas quais vão trabalhar diante da dificuldade de encontrar colocação no mercado de trabalho, principalmente após a crise econômica de 2014 e, portanto, têm sua autonomia bastante limitada.

Ricardo Antunes também apresenta uma nova classe trabalhadora, com novas modalidades de superexploração do trabalho impostas pela nova divisão internacional do trabalho, ressaltando vários aspectos. O primeiro deles é que para que essas novas modalidades se impusessem, era preciso destruir a medula da classe trabalhadora, seus laços de solidariedade e consciência de classe. Para tanto, foi necessário criar um novo sentimento e um novo termo a que Antunes chamou de *vocabulário empresarial* no mundo do trabalho, convulsionando, na lógica das finanças, a técnica, o tempo, o espaço, criando não só metas e competências para os trabalhadores, como a mística para as grandes corporações, da “responsabilidade social”, da “parceria e colaboração” e da “sustentabilidade ambiental”.

Em que pesem as descobertas sobre o movimento do capital já estudadas por Marx, apontando para a situação de desefetivação, no sentido de que o trabalhador se desrealiza e se estranha no processo de trabalho, trazendo um sentimento de perda (ANTUNES, 2018), que pesa tremendamente nas suas costas e nas suas vidas, o capital precisa avançar mais, no seu processo de valorização criando uma nova morfologia do proletariado de serviços, os novos proletários da era digital

(...) em plena *era da informatização do trabalho* no mundo maquinal-digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela *informalização do trabalho* (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado (ANTUNES, 2018, p. 119).

Nessas novas modalidades também estão incluídos os trabalhadores que ficam à disposição de aplicativos e, através deles, são chamados para prestar serviços, podendo ficar dias esperando uma chamada, ou o trabalho intermitente cuja remuneração, muitas vezes, pode ser insuficiente até para o deslocamento desse trabalhador.

A terceirização que, no passado, era exceção e hoje é regra, passa a ser um elemento importante no processo de valorização do capital e de geração do mais-valor. A partir de 1980, o setor de serviços cresceu o seu peso relativo, enquanto os setores primário e secundário perderam e foi essa significativa ampliação dos serviços que reconfigurou a classe trabalhadora no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, em Rio das Ostras e Macaé e na Fazenda Cantagalo.

Um novo proletariado ligado ao setor de serviços se desenvolveu em decorrência da onda de privatizações das empresas estatais, dos serviços públicos e, no caso de Cantagalo, a Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras atraiu muitos empregos. Pelas informações colhidas no campo, os trabalhadores da ZEN que trabalham nas diversas empresas são contratados com carteira assinada, o que não é o caso dos que trabalham no comércio, em Rio das Ostras.

Parte significativa dos sujeitos que vivem na Fazenda Cantagalo não desempenha mais exclusivamente atividades agrícolas. As famílias, hoje, têm necessidade de diversificar e complementar suas fontes de renda, exercendo várias

outras atividades, algumas em tempo parcial. O termo pluriatividade designa uma estratégia de reprodução social utilizada pelas unidades agrícolas que tem sua reprodução com base no trabalho familiar e que recorrem a atividades não agrícolas. Essa nova modalidade de trabalho é uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços híbridos caracterizados pelas urbanidades no rural. Embora a pluriatividade seja um termo utilizado para unidades agrícolas, diante da influência do processo de urbanização na Fazenda, é a agricultura que complementa a remuneração obtida com essas atividades que podemos chamar de urbanas. Algumas famílias não chegam nem a por à venda o resultado da lavoura, destinando os produtos à subsistência da família.

As características multivariadas dessa forma social de organização do trabalho e da produção acontecem não porque aqueles sujeitos tenham profissões ou ofícios diversificados mas pela dificuldade de encontrar emprego acabam por exercer atividades diversas. Mas essas múltiplas atividades não podem ser explicadas somente pelos elementos externos à unidade agrícola, como a reestruturação produtiva ou fatores regionais, mas também se percebe, pela observação e pelo relato dos moradores, que se extinguiram, em sua maioria, as condições de plantio na Fazenda, quer pela perda da fertilidade da terra, ou pela diminuição da umidade, como também pela falta de condições técnicas, uma vez que contam com um trator da Prefeitura de Rio das Ostras para toda a Fazenda, e no momento encontra-se avariado.

Um outro motivo que leva à pluriatividade parte da dinâmica interna da família, pois, muitas vezes, mais de um membro da família encontram-se desempregados. É uma decisão da família, de acordo com seu tamanho e composição, considerando-a como um grupo social que compartilha um mesmo espaço, não necessariamente uma habitação e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra e laços de parentesco. Com a crise, o número de pessoas que vivem na mesma casa se ampliou, incluindo eventualmente, outros membros não pertencentes à família. Ocorre que alguns membros da família têm um ofício ou uma determinada formação mas precisa aceitar qualquer tipo de emprego, como os serviços domésticos nas casas de campo ou sítios de lazer, para complementar

a renda da família. E, assim, o espaço rural vem ganhando novas atribuições e aparece como um ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas.

Mas se as relações de trabalho se tornaram tão precárias a ponto de provocar uma mutação, expressa por Antunes pelo termo *desfiguração do trabalho*, o futuro é ainda mais sombrio para os trabalhadores se depender dos projetos de lei que tramitam no Congresso que, ao invés de criar empregos, de fato vão gerar mais desemprego na medida em que a terceirização reduz os empregos e subtrai salários. O mais curioso é que os trabalhadores, na ausência de empregos, estão se qualificando e se especializando, o que, além de representar um aumento de seus gastos, de transporte e pagamento dos cursos, acabam por beneficiar as empresas com esse resultado. E para agravar a situação, em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas, breve terão de fazer outros cursos e assim sucessivamente.

### 3.4. Mercantilização da vida cotidiana

“O capital utiliza o que está dentro do lar, da família e não paga por isso.”  
David Harvey

O aprofundamento do estudo da mercantilização das relações de trabalho na Fazenda me permitiu avançar no entendimento dos aspectos da personalidade desses sujeitos sociais que lá vivem no sentido de perceber: os relacionamentos que se estabelecem entre os vizinhos e as relações que mantêm dentro da própria Fazenda, conhecer um pouco mais sobre o modo e o lugar de moradia, o uso que fazem do espaço, as relações que mantêm com o centro de Rio das Ostras e com Macaé, o deslocamento das pessoas, a percepção que têm do lugar que consideram como *campo*.

Houve momentos em que achei que seria muito difícil, embora nunca tivesse julgado impossível, compreender as práticas sociais daqueles sujeitos durante um período tão longo mas à medida em que podemos ampliar nossa escala de análise, aumenta nossa capacidade de apreensão desse espaço. Como reitera Rúa, o processo de metropolização do espaço é vivido e percebido nos

pequenos lugares o que permite compreender que a vida cotidiana dos habitantes de um lugar é o que dá significado a esse lugar (RUA, 2017). Ana Fani também afirma, na mesma direção de Rua, que a materialização do processo espacial realiza-se na vida cotidiana pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares (CARLOS, 2015).

A partir desses autores que apontam o estudo do lugar para a compreensão do urbano, mais uma vez me guio também pela obra *O Vale de Campan - estudo de Sociologia Rural*, onde Léfèbvre descreve a pequena cidade a partir do relacionamento dos indivíduos com esta, contrapondo-se ao campo num período remoto estudado por ele. (Lefebvre, 2011) Esse aspecto da descrição de Léfèbvre levantou, para mim, algumas questões. A primeira delas é que pelo relato dos moradores da Fazenda na década de 1980 percebia-se uma visão de que a Fazenda Cantagalo, vista como campo, também se contrapunha à cidade. Esta significava o destino de sua produção e onde obtinham o pagamento resultante de seu trabalho assim como o local onde se adquiriam os bens que não produziam na Fazenda. Quanto aos valores da cidade, os sujeitos sociais mais idosos expunham uma avaliação bem negativa. Para eles, o campo, diferente da cidade, representava segurança, trabalho, só não conseguia trabalho quem não procurasse.

A cidade é o lugar onde se passa fome. (Adélia, 1983)

A influência da cidade é totalmente negativa: traz violência, drogas, a juventude lá é preguiçosa, só pensa em droga e bebida. (Eduardo Souza, 1985)

Hoje, a relação espaço-tempo tem outra dimensão social. Pela necessidade de trabalho, pelo deslocamento mais rápido, o campo, para eles, passa a ser uma extensão da cidade. Os sujeitos sociais podem morar e trabalhar em Cantagalo como, também, morar em Cantagalo e trabalhar em Macaé ou no centro de Rio das Ostras. Com isso, as ideias, os conhecimentos, as experiências, as novidades, a moda são transportados e trocados todos os dias, mesmo sem sair de Cantagalo.

Penso que não se pode mais considerar Cantagalo fora do contexto da metropolização do espaço e seus impulsos que resultaram nas relações híbridas que Rua denominou de urbanidades no rural, que alteram a vida cotidiana dos sujeitos sociais que habitam esse bairro, influenciando sua maneira de viver e seus

costumes. Então, tentei compreender como neste lugar, num bairro da periferia de Rio das Ostras, essas mudanças aconteceram na vida de seus habitantes e passei a me preocupar em observá-los no seu dia-a-dia e a estabelecer um diálogo com eles sobre sua vida cotidiana.

Na visão de Milton Santos, não é possível pensar o conceito de espaço sem considerar o processo de globalização e a técnica. Uma das grandes contribuições desse autor foi a de entender a natureza do espaço a partir de uma base técnica. O meio-técnico-científico-informacional, denominação dada por ele ao período em que vivemos, é controlado por atores hegemônicos que fazem cumprir seus objetivos, muitas vezes associados ao Estado. Esses atores transitam com desenvoltura e fluidez pelas diversas escalas, controlando a técnica que favorece a expansão do capital, criando as inovações, sempre em seu benefício. O autor mostra que os lugares têm seu espaço alterado pela forma de apropriação desse espaço e pelo poder do capital, existindo os espaços do mandar e os espaços do obedecer influenciando a vida das pessoas. Está sendo comemorado o primeiro Banco 24 Horas que acaba de chegar a Cantagalo, o que facilita muito o deslocamento para receber ou fazer pagamentos. No entanto, não é de interesse das instituições bancárias manter uma agência no bairro. Com isso, a população continua a se deslocar para obter outros serviços não oferecidos. Assim, o Banco 24 horas, apesar de comemorado, não supre as necessidades dos moradores de Cantagalo mostrando que a técnica está a serviço do capital, e traz algum benefício para a população.

A técnica transformou a vida da Fazenda a partir de dois marcos: o trem e a energia elétrica. O trem, durante décadas, representou a ligação dos moradores entre a Fazenda e os poucos lugares que frequentavam. Na verdade, os produtos originários da lavoura eram enviados a Macaé mas os trabalhadores permaneciam na Fazenda e iam raramente à cidade.

A desativação da Estação Califórnia, em terras da Fazenda, significou a retirada do único meio de transporte do qual a população dispunha para sair de Cantagalo e ir principalmente para Macaé e, segundo seus relatos, deslocavam-se a pé, de burro, ou tomavam emprestado o cavalo do patrão para ir até Rio das Ostras. S. Oswaldo relatou a maneira como fazia rolar, pelo morro, bujões de gás,

para cortar caminho até sua casa, evitando transportar o material pesado em terreno inclinado.

Outra referência importante em relação à técnica é a energia elétrica. Na década de 1980, eu conversava com os posseiros somente até o anoitecer, por volta de 18 horas, quando preparavam tapioca com café e recolhiam-se logo em seguida. Raramente faziam uso, à noite, do lampião a querosene. Seu uso era restrito à manhã ainda escura. A chegada da energia elétrica foi comemorada, na Fazenda Cantagalo, sobretudo pelas mulheres pois com ela chegaram a geladeira, os aparelhos elétricos e a televisão.

Hoje, os homens que trabalham, ao término da jornada, fazem uma rápida passagem pelos bares ou pelas lojas da Praça Cantagalo e se dirigem para casa onde a televisão toma conta da noite para os que não frequentam as inúmeras igrejas. Há casas que possuem mais de um aparelho. Mesmo com esse atrativo, o hábito de acordar cedo se manteve, inclusive para aqueles que no momento não estiverem trabalhando. O rádio é bastante ouvido pelos moradores que não têm o costume de baixar músicas e na praça principal há grandes caixas de som repercutindo as faixas de rádio que tocam durante todo o dia. Os habitantes de Cantagalo tomam conhecimento de todos os cantores que se apresentam aos sábados em Macaé ou Rio das Ostras, comentam entre si os eventos mas não têm o costume de se deslocar para essas cidades para assistir ao vivo as apresentações. Satisfazem-se apenas em estar bem informados.

Em algumas famílias cultivava-se o costume de ir à casa da pessoa mais velha, avós ou bisavós, para uma pequena visita ou pedir a bênção. Não percebi outras manifestações de cultura tradicional. Quanto à cultura religiosa, em 1985, encontrei uma simbologia de celebração religiosa na casa de S. Antônio, no alto da Serra da Careta. Consistia numa pequena casa de cimento, ao ar livre, fechada com portas em vidro, e onde estavam dispostos, nas prateleiras, pequenos santos e também bonecos, vestidos com roupas em tecido e para os quais se faziam oferendas em alimentos. Comentei minha ida à casa de seu Antônio, na década de 1980, com os moradores mais idosos porque foi uma lembrança que me marcou bastante pelo próprio relato de S. Antônio, à época, hoje já falecido, que me

descreveu a alegria dessa celebração, com os vizinhos e a família. Os moradores mais antigos confirmaram esse costume da família.

As novas condições de vida apontam para festas não religiosas. A igreja católica, localizada próxima à praça, tem pouca influência no lugar, e existem inúmeras igrejas protestantes e neopentecostais. As próprias igrejas, fragmentadas em várias religiões, possuem seus templos específicos, para onde cada qual se dirige, durante a semana, dependendo dos dias de culto.

A Praça Cantagalo não é um local de encontro, a não ser para esperar a van que passa a cada 30 minutos de manhã até a noite. Metade do espaço da praça é ocupada como estacionamento, sempre movimentado, e há caminhões e muitos carros estacionados ao seu redor e se torna um local de encontro aos domingos quando se realiza a feira de produtos dos sítios locais.(Figura 22) Esta é constituída por poucas barracas, a maioria vendendo produtos da própria terra e frequentada por pessoas de outros bairros e do centro de Rio das Ostras, além dos moradores e veranistas de Cantagalo.



Figura 22: Feira de domingo na Praça Cantagalo

Existem duas festas anuais, todas acontecem na praça: a Festa do Feijão, principal produto local, na época da colheita, em agosto; e a Laçada do Bezerro que consiste em laçar a orelha do bezerro. Nessas ocasiões, além da atração, são

montadas barracas com venda de comida e bebidas e a participação da população é expressiva.

Não há muita interação entre os moradores, eles nem sempre conhecem os vizinhos. Os vínculos de vizinhança existem entre os antigos moradores, embora limitados à proximidade física, isto é, cultivam as visitas aos companheiros e companheiras mais próximos, tendo perdido a convivência com os antigos moradores de outras localidades da Fazenda.

Em algumas áreas onde houve o parcelamento dos lotes para venda, a proximidade entre os vizinhos se alterou, sem que houvesse uma interação entre os moradores. A estrutura do grupo de vizinhança enfraqueceu, sendo substituída pelo sentimento de solidariedade dentro da própria família, o que explica a constante chegada de moradores que, sem emprego em outros lugares, buscam o apoio da família, morando com ela.

Entre as famílias que se encontram em situação de assentamento existe um estreitamento nas relações mas são relações de caráter familiar, pois, diante do impedimento legal de se obter mais de um lote de terra, os filhos pleitearam lotes próximos à família nuclear, o que fortaleceu os laços familiares que permitem que o trabalho seja exercido por todos, dispensando a contratação de mão de obra local. É comum encontrar vários membros da família trabalhando nos sítios de lazer ou mesmo na lavoura.

As relações sociais eram bem diferentes entre as décadas de 1930<sup>47</sup> até 1980 e hoje. Antes, os moradores se reconheciam como um grupo coeso formado por agricultores que se organizavam e lutavam na perspectiva de regularizar seus lotes de terra. Hoje, pertencem a diversas categorias embora mantenham unidade em torno da situação jurídica da terra, a posse, mas esse elemento não é suficiente para os unir.

A idealização do passado manifesta-se, sobretudo, nos moradores mais idosos, os únicos que tiveram contato com a *vida tradicional* na Fazenda e podem compará-la com o presente. Foram recorrentes, nas conversas e nas entrevistas, as

---

<sup>47</sup> Refiro-me a essa década porque as informações sobre relações sociais obtidas através das entrevistas que alcançaram um tempo mais longínquo na memória dos moradores foi essa data.

palavras *antigamente e agora, o saudosismo transfigurador* .(CANDIDO, 1979). Em Cantagalo, essa comparação é feita a partir de três temas: abundância, solidariedade e conhecimento. Abundância ao se referir à fertilidade das terras, à quantidade de rios e olhos d'água, diversidade e quantidade de alimentos que plantavam e escoavam por trem. Um exemplo disso é mostrado por S. Genilson, a quem relatei sua entrevista a mim na década de 1980, quando ele produzia 12 toneladas de banana. Ficou muito satisfeito e orgulhoso com minha afirmativa e comentou com os demais feirantes que era muito bom saber que eu possuía a prova de um passado de abundância (eu trazia o questionário, meio amarelado, Anexo 8),<sup>48</sup> pois do contrário ninguém acreditaria que os moradores da Fazenda teriam alcançado um dia tal produção.

O segundo tema tratado pelo saudosismo transfigurador é a solidariedade no sentido mesmo de estarem juntos e se ajudarem e, segundo eles, esta era intensa. Na memória dos moradores mais antigos há relatos de inúmeras situações de companheirismo entre eles.

Ninguém passava aperto, todos se ajudavam. (S. Lô, 2019)

O terceiro tema é o conhecimento no sentido da lida na terra. Presenciei, por algumas ocasiões, em 2018 e 2019, homens mais jovens aconselhando-se com os mais idosos em relação a características da terra, da insolação, da fertilidade dos solos, dos produtos plantados.

Foi na observação do cotidiano desses sujeitos sociais que pude perceber hábitos do passado que persistem hoje, assim como as rupturas que levaram a mudanças de costumes e práticas. Em nenhum momento me referi a esses sujeitos sociais como camponeses porque não se colocam como tal, chamam a si mesmos de moradores. Também não é objetivo dessa pesquisa o estudo do campesinato como organização social e política, mas posso observar elementos do campesinato que persistem no cotidiano desses sujeitos sociais como, por exemplo, a visão e o sentimento da terra, a indissociabilidade entre terra e trabalho na lavoura, a consciência de pertencimento à categoria de lavradores, a terra associada à luta.

---

<sup>48</sup> O inquérito de S. Genilson não foi apresentado nesse trabalho pois as perguntas, impressas com mimeógrafo a álcool ficaram ilegíveis, restando somente as respostas.

Outro ponto importante antes de prosseguir no reconhecimento dos elementos que identificam sinais de continuidade ou de ruptura, em relação a seu modo de vida, é esclarecer o que estou chamando de passado. Há duas comparações de dados baseados nas entrevistas e observações feitas na década de 1980, mais precisamente os anos de 1983 e 1985, e observações levantadas entre 2018 e 2019. No entanto, a partir da memória dos sujeitos sociais de Cantagalo pode-se obter informações de períodos mais remotos por isso essas informações estão inseridas na Matriz Espaço-Tempo.

O primeiro desses elementos de permanência é a produção baseada no trabalho da família para aqueles que ainda vivem da lavoura e dos sítios de lazer e detêm os meios de produção, principalmente a terra, ainda que sob o regime da posse. O que vemos é a produção simples de mercadoria e não acumulação de capital. Para os que não trabalham na lavoura, há uma ruptura no que diz respeito à categoria trabalho, pois prevalece o trabalho em funções urbanas, além da oportunidade de fazer pequenos serviços locais o que acontece devido ao alto índice de desemprego. Vários assentados, diante das dificuldades de obter trabalho, já se dedicam a ofícios urbanos, o que já vinha ocorrendo na década de 1980.

A terra permanece como possibilidade de autonomia, produção e rentabilidade, além da reprodução do núcleo familiar para algumas famílias que se dedicam à lavoura ou a atividades de lazer como restaurantes e sítios. Mas em todas as situações é forte o vínculo de proximidade com a terra, um sinal de continuidade.

Em relação à comunidade, não existe mais uma vida coletiva em que os moradores se encontravam em diversas situações, como, por exemplo, no sindicato. Não houve oportunidade de aprofundamento em relação a possíveis laços de solidariedade em função da frequência e convivência nas igrejas. Em entrevista a uma pastora, esta me relatou as visitas que faz aos crentes de sua igreja e, conseqüentemente, com isso, ela amplia seu círculo de convivência.

A instituição formada pela família continua sendo uma referência e estrutura para os indivíduos que a compõem embora possamos identificar como

ruptura a mudança de alguns hábitos familiares. As refeições não são mais feitas em família: filhos mais velhos estudam em Macaé ou passam a semana fora de Rio das Ostras, retornando aos finais de semana. Os cultos das igrejas acontecem durante a semana e nesse caso, a refeição é feita em família, mais tarde, de forma mais simplificada, como um lanche. Para os que passam a noite em casa, as refeições são feitas em frente à televisão, assistindo aos noticiários e novelas, sempre acompanhados de algo para comer, nem sempre constituído por uma refeição, mas salgadinhos, petiscos e refeições processadas. Mesmo as pessoas mais idosas não se sentam à mesa, recebem de familiares os pratos de sua refeição e comem à frente da TV. Não se produzem mais os alimentos que a família necessita para sua subsistência, a maioria deles é adquirida em Rio das Ostras e não plantada no local, mesmo o que é vendido nos mercados, na praça, embora existam os vendedores ambulantes de verduras, ovos e peixes. Aqueles que possuem o hábito de frequentar a feira aos domingos não se abastecem para a semana inteira, pelo que pude perceber na manhã que passei na feira.

Assim como para todas as pessoas, o telefone celular tem grande importância na vida dos moradores, embora seu uso não seja tão intenso como é nas grandes cidades. Apesar da interação que existe entre Cantagalo e o mundo globalizado, existe ainda um forte sentimento de *campo* e *rural*. Apesar do sentimento de localidade ser marcante entre os moradores tanto da década de 1980 como os de hoje, os antigos moradores identificavam as pessoas pelo local de moradia: D.Lucy, do Humaitá, S.Pedro, da Sede, e hoje são identificadas pelos bens que possuem: Renato do restaurante, S. Paulo do sítio, S. Daniel do haras e a mesma D. Lucy hoje é identificada pela D. Lucy, da casa comprida.

A lógica capitalista que mercantiliza tudo, a natureza, a terra, o trabalho, como já mostramos, também mercantiliza a vida cotidiana, aproximando a subjetividade e os desejos de ter coisas, ou seja, reduz o sujeito à condição de consumidor sempre fascinado por produtos e espaços novos.

O que move o mundo, portanto, é a possibilidade sempre ampliada das relações sociais que o constituem a se reproduzirem (sob e lógica do capital) em sua totalidade, superando a esfera econômica para dominar todos os níveis da realidade, englobando a reprodução de toda a sociedade como necessidade de ampliação da base social de consumo; de um consumo que não se prende mais às mercadorias clássicas. A segmentação da atividade do homem, massacrado pelo

processo de homogeneização, submetido à lógica da acumulação, à linguagem e signos da mercadoria, cria a base para o desenvolvimento de sua condição universal de consumidor (CARLOS, 2015, p. 9).

Essa realidade produziu a reificação, que acaba levando os indivíduos a perder sua autonomia e autoconsciência. Essa lógica é sempre imposta pelos sujeitos hegemônicos, que controlam o processo e detém o capital para que o sistema seja reproduzido.

Uma das formas de controle se dá pela mobilidade. Em Cantagalo, os trabalhadores que se deslocam diariamente para trabalhar na ZEN – Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, ou em Macaé, ou trabalham em Cantagalo e à noite estudam em Macaé, em busca de uma qualificação, não são responsáveis pelo processo, seu deslocamento se dá em função da oferta ou não de empregos, portanto, uma lógica comandada pela relação capital/trabalho. O ideal, para esses sujeitos, talvez seja trabalhar na Fazenda, mas não percebem a subversão a que estão submetidos.

Na sociedade de consumo, apesar da limitação das necessidades, cria-se a imagem da abundância e vastidão do consumo e o homem passa a ser visto como consumidor, ou seja, dominado pelo valor de troca, desejando um objeto. E o modo de vida, em qualquer lugar, e não é diferente em Cantagalo, reduz-se ao consumo de mercadorias e serviços. Os objetos produzidos correspondem à lógica da moda ou de prestígio, ou de poder, perdendo seu valor de uso e passam a ter uma função simbólica. Os objetos regem as relações entre os homens, substituindo as relações diretas entre as pessoas, fortalecida pela mídia que invade a vida dos indivíduos e programa os comportamentos e, assim, o sujeito vai se despersonalizando.

A *sociedade do espetáculo* de Débord (1997) à qual Harvey se refere como “Sociedade do Espetáculo Enlouquecida” é produzida celebrando o objeto e acaba por provocar nos homens inércia, sujeição e alienação. E o objeto torna-se sujeito. A partir dessa visão de mercadoria se cria o valor de troca na sociedade de consumo que convulsiona o modo de vida produzindo valores, transformando as relações familiares, de vizinhança, de relacionamento entre as pessoas. As referências são destruídas e o efêmero se impõe.

Isso explica o estranhamento que os moradores mais antigos da Fazenda têm quando comparam sua forma de organização no passado, em torno do Sindicato, com o costume que têm de permanecer em suas próprias casas e não mais visitar os companheiros porque estão separados pelo consumo programado, cada um encerrado em seu mundo, absorvido em seu espaço privado, sua casa, seu quadrado formado por sua cadeira diante da TV, tudo vinculado a uma esfera de interesses privados e manipulados por esse mundo no qual suas satisfações se materializam na televisão, internet, telefone, hambúrguer e salgadinhos entregues a domicílio. O sentimento, no entanto, é de liberdade, como se tomassem, eles próprios, decisões na sua própria vida, escolhendo ou não assistir aos telejornais e às novelas.

O mesmo mecanismo explica a efemeridade dos acontecimentos e dos símbolos. Apesar de à época, o parque de diversões inaugurado em um dos sítios ter representado um acontecimento de relevância no local, hoje poucos falam e se lembram dessa forma de divertimento. O mesmo aconteceu com o rally de jipes, nesse ano de 2019. No momento em que ocorre o *espetáculo*, só se fala do evento que cai no esquecimento em questão de dias, em parte porque não é destinado a todos os moradores pois está limitado aos sítios de lazer onde se paga pela estadia ou pelo almoço. Também cai no esquecimento pelo caráter de instantaneidade da sociedade de consumo. Os espaços *no campo* são utilizados para produzir espetáculos urbanos, que atraíam pessoas da cidade e até de outros estados e para que isso aconteça é preciso produzir um ambiente de espetáculo, com muita música e acessórios eletrônicos para dar movimento às máquinas. (Figura 23 e 24) Ao mesmo tempo, acelera o tempo de giro do capital e atende ao objetivo do capitalismo, o de criar novos mercados e novas estruturas de consumo. (HARVEY, 2017).



Figura 23: Rally no Sítio Rancho da Pedra



Figura 24: Rally no Sítio Rancho da Pedra

Vimos aqui como os antigos moradores guardam na memória o saber e a experiência de um modo de vida que não existe mais para eles. Esse sentimento não passa despercebido pelo capital. A antiga fazenda de café na qual seus ancestrais trabalharam não extrai mais a riqueza com base no trabalho de uma população escravizada. Mas é possível criar e promover um modo de vida que deixou suas marcas no passado e nesse conjunto de ideias e sentimentos foi criado o Circuito Eco Rural na Fazenda Cantagalo (Fig.26), com o apoio da Secretaria de Turismo, de Cultura e de Comércio, EMATER-Rio, SEBRAE, num ambiente do passado, simbolizado pela Casa de Farinha mas, na realidade, a única atividade concreta desse projeto é a produção de queijo, vendida na feira semanal na cidade de Rio das Ostras. Não existem passeios, programações, visitas, apenas a sensação do passado e de sustentabilidade ao se olhar para a placa em metal indicando a Casa de Farinha.



Figura 25: Circuito Eco Rural – cartaz

Quando inqueridos sobre essa atividade não praticada, responderam que acham natural “ir na esteira” da região serrana e criar um clima de turismo na região. Nesse sentido, os moradores da Fazenda parecem ajudar o capital quando se tornam parte da construção do discurso da natureza e do meio de vida tradicional.

Vivemos num mundo de representações que se generalizam na sociedade do espetáculo e são consumidas como signo de modernidade ou de uma vida ideal, como é o exemplo do lançamento dos condomínios relativamente próximos à Fazenda que mostram a relevância do valor de troca na sociedade de *cotidiano programado*.

Os símbolos representam uma das formas das representações. Remetem à ideia do tempo e ritmo de uma cidade, signos que emitem ordem, pressa, um tempo construído por relações produtivistas (CARLOS, 2009, p. 18). Em Cantagalo praticamente não há símbolos que alterem a vida ou o ritmo de vida das pessoas, não há sinais nem faixas de trânsito, grande parte do tempo é guiado pela natureza. Na praça, o ambiente mais movimentado, o tempo pode ser marcado somente pelo intervalo de 30 minutos determinado pelas vans que transportam os moradores para Macaé ou para o centro de Rio das Ostras.

A praça também marca o tempo da feira semanal, aos domingos pela manhã, e as duas festas anuais já mencionadas. Excetuando essas situações,

poucas crianças são vistas se divertindo com os equipamentos da praça, não há brincadeiras infantis na rua. Vai-se à praça para comprar: material de construção, produtos na mercearia, padaria, lanchonetes, bebidas ou utilizar os serviços dos dois salões de beleza ou do Posto de Saúde. É comum, todos os dias, encontrar pessoas aguardando a condução que poderá levá-las até o sonho do emprego. Mas a maioria delas, depois do contato feito com as possíveis empresas empregadoras, vive a expectativa de uma chamada pelo celular.

Os indivíduos sentem paz no lugar que escolheram para viver. Sentem-se seguros, também. E têm sensação de liberdade. Escrevi sensação porque percebo que não são livres. Os sujeitos que trabalham nos restaurantes ou nos sítios somente aos finais de semana, quando a frequência aumenta, têm a sensação de liberdade e autonomia, podendo programar sua semana e sua vida posto que trabalham aos finais de semana. As mulheres podem cuidar da casa e dos filhos durante a semana e trabalham nos sítios, atendendo no restaurante ou como caseiras, aos finais de semana. Portanto, a liberdade é uma representação: estão presos ao tempo do patrão. Na verdade, essas pessoas prefeririam a segurança do emprego à liberdade mas essa foi a modalidade de trabalho que lhes restou, submeter-se à convocação dos patrões. Em relação às mulheres dos empresários, são poucas as que trabalham nos negócios da família, e são os sítios e as lojas as principais atividades que contratam mão de obra local.

Mesmo assim, desempregados ou com emprego precário, permitem a si mesmos atividades prazerosas. Procurando pensar além das aparências, uma cena da qual fiz parte muito me marcou. Num belíssimo final de tarde que tinha ao fundo uma vaca e um cavalo no pasto, duas mulheres e seus filhos desfrutavam de um dia de férias das crianças. Uma pequena piscina, uma mesa com cadeiras, as mães tomavam cerveja e comiam peixe frito com molho rosé arrumados em uma travessa enfeitada com verduras. Quando as cervejas terminavam, chamavam um dos garotos e pediam para reabastecer numa pequena venda. Lembrei-me dos finais de tarde de sexta-feira, no Rio de Janeiro, em que os bares ficam apinhados de cariocas, fazendo o mesmo. Uma das moças, desempregada, havia cursado uma especialização e agora, mais qualificada, saía, frequentemente, em busca de emprego. A outra trabalhava somente aos finais de semana. Enquanto isso, os

meninos mais velhos, cada qual com um telefone, queixavam-se por não ter nada o que fazer durante as férias. Senti, naquele momento, os legítimos representantes da sociedade urbana, seus valores eram essencialmente urbanos: não tomavam banho de rio, mas de piscina plástica, não cavalgavam, possuindo um cavalo no pasto, sentavam-se todos de frente para a rua e de costas para a incrível paisagem que se oferecia a eles. Nisso, os avós, com quem dividiam o terreno, voltavam da lavoura. Nenhuma das crianças correu para tomar a bênção ou cumprimentar os mais velhos. Dirigi-me aos dois e comentei a bela paisagem formada pelo pasto e os animais. A senhora respondeu queixando-se de que os animais estavam magros porque dispunham de pouca água, fato que me surpreendeu logo que associei ao dispêndio de água para a piscina.

Se nessa sociedade do espetáculo e das contradições o mundo dos homens é o mundo das coisas, homens e mulheres passam a ser vistos pela sua capacidade de “ter coisas”. Apesar disso, não senti moradores serem tratados pelos demais em função de sua aparência ou dos objetos que possuem. Num lugar pequeno como Cantagalo, percebe-se uma heterogeneidade entre modos de vida, formas de morar, uso da terra. Mansões de luxo, fazendas, sítios, pequenas casas, casas precarizadas e autoconstrução. As casas e mansões da classe média e alta geralmente são construídas por equipes de trabalhadores trazidas dos locais de origem dos donos das casas, portanto as construções não geram emprego local. (Figura 26)



Figura 26: Uma das casas de veraneio do bairro

É certo que existem necessidades diferentes e maneiras de viver e pensar diferenciadas mas se há uma luta de classes ela não sobressai nem no espaço nem nas relações entre as pessoas, portanto não há um padrão de ocupação e nem segregação espacial, o padrão surge da oportunidade de se adquirir os terrenos e dos preços deles, pois existe uma situação comum, a posse da terra.

#### **4. A Fazenda Cantagalo no tempo e no espaço: considerações finais**

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir!

Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...

Paulo Freire

A Casa de Farinha, símbolo da vida rural, da fazenda de café, da tradição, da população enraizada, da lavoura, da luta pela terra; e a Roda Gigante e o rally, símbolos da vida urbana, do tempo rodando rápido, do barulho, dos gritos aflitos, da modernidade, do dinheiro circulando.

Na Praça Cantagalo, a estátua do Galo, nem urbano nem rural, ou melhor, urbano e também rural, reunindo a singularidade daquele lugar que é um modo de pensar, de sentir, de viver, preparando-se, talvez, para o próximo momento de ruptura que poderá levar os sujeitos sociais de Cantagalo a um novo rearranjo espacial. Não podemos prever se haverá luta organizada, como aconteceu na década de 1960 pelas Ligas Camponesas, ou nas inúmeras vezes em que os sujeitos da Fazenda enfrentaram os fazendeiros que destruíam suas lavouras. Os elementos que poderão integrar essa luta estão ali: os interesses do capital, a ação ou falta de ação do Estado, as frágeis e instáveis relações de trabalho, o espaço em processo de mercantilização sob várias formas: natureza, terra, trabalho e vida cotidiana.

De fato, o capital sempre esteve ali em Cantagalo: na fazenda de café, na figura do proprietário da Fazenda, José Maria Rollas, nos fazendeiros e “engenheiros” que chegam, nos restaurantes e nos sítios de lazer, nas mansões de veraneio. Varia a forma de investidura desse capital.

O espaço, inseparável do tempo, é o mais amplo dos conceitos usados pela Geografia, complexo, e, ao mesmo tempo, desafiador, pelas possibilidades que oferece. Quando falamos em espaço, é possível imaginá-lo como material e imaterial, onde acontecem os processos naturais e sociais, funciona como um

sistema, envolve relações sociais, de poder, de trabalho, de produção, tudo isso se articulando, interagindo de forma dinâmica, em fluxos e redes. Pode ser constituído, apropriado, percebido, vivido, produzido, representado. É meio, condição ou produto.

A produção do espaço na Fazenda Cantagalo tem uma história de longa duração, aqui estudada desde o final do século XIX até os dias de hoje e que envolve o trabalho de seus moradores nesse espaço para atender as suas necessidades de reprodução, portanto, esse espaço hoje representa a condição de realização de suas vidas. (CARLOS, 2015, 2018).

Assim, entre as atividades humanas produtoras do mundo e da história, uma delas é a produtora do espaço, isto é, produção da vida/produção do espaço constituem uma relação histórica e aparecem como momento civilizatório. Assinala-se, desse modo, a indissociabilidade da produção do humano e produção do espaço. (CARLOS, 2015, p.9)

Tentando compreender o cotidiano dos sujeitos sociais que vivem em Cantagalo se percebe que o ato de produzir a vida é um ato de produção do espaço e as relações sociais demandam um espaço e um tempo. Esses se apropriaram do espaço tanto na perspectiva de ser o lugar onde acontecem todas as ações relacionadas a seu trabalho e sua vida, como na perspectiva do espaço que contém, na sua própria natureza, uma significação social determinada pelas relações sociais que ocorreram nesse espaço-tempo em que vêm realizando seu movimento de reprodução. Nessa abordagem, Cantagalo é a materialidade resultante desse movimento de reprodução que tem seus elementos registrados na matriz espaço-tempo que me ajudou a dar visibilidade à realidade vivida por esses sujeitos e que, de uma certa forma, sintetiza a produção do espaço e também permite entender seu movimento.

Milton Santos afirma que os cortes no tempo não captam o movimento, são apenas uma fotografia. Mas por trás da fotografia de uma situação há o movimento. A matriz construída a partir dos dados levantados em campo, dos cartogramas e documentos permitem que os fatos relacionados a cada um dos elementos sejam operados um com o outro e nos diálogos que podem entabular entre si. Também ajuda a esclarecer a complexidade da realidade social na medida em que mostra os elementos na horizontal e na vertical, no tempo e no espaço,

pois é impossível compreender o espaço independente do tempo, por isso é uma matriz espaço-tempo. Nela também foram inseridas as influências externas e as ações do Estado que foram internalizadas em processo ou fatos específicos através do tempo.

Processos não ocorrem *no* espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo (HARVEY, 2006, p. 12).

A partir da matriz espaço-tempo, um evento como o rally de jipes, que aconteceu nesse ano de 2019, situado num ponto do espaço, um dos sítios de lazer, não pode ser compreendido no tocante ao que existe somente naquele sítio. Ele dependeu do que acontecia ao redor dele, das pessoas ali presentes, dos que vieram de outros estados somente para participar do evento e do que trazem com eles de experiências acumuladas nas suas relações com o mundo. Ao mesmo tempo, misturam-se a essas relações as novas gerações das famílias de antigos posseiros que participaram do evento sob outra condição mostrada pela matriz nas células relacionadas ao trabalho: o trabalho intermitente, reafirmando a grande variedade de intervenções diferentes que se misturaram no espaço no passado, se misturam no presente, apontando para o futuro, que estão em movimento no momento em que ocorre o fato mas podem estar cristalizadas no espaço nos momentos subsequentes.

Rua lembra que as localidades rurais, e também as urbanas, nunca ficam cristalizadas no tempo, mesmo que represente uma reserva de valor para o capital, à espera de ser mobilizada, sendo essa sua forma de participar da divisão social e técnica do trabalho. (RUA, 2017, p. 462) É essa sensação que tenho ao tentar compreender Cantagalo. Cada sujeito social tem sua localização no mundo e, por isso, tem uma linha de pensamento e uma determinada prática. O trabalho intermitente, que nunca havia sido cogitado pelos que vivem há muito tempo na Fazenda, é decorrente de uma série de fatores, externos e internos ao país e que rapidamente se reproduziu em Cantagalo. Da mesma forma, como surgem novas modalidades de trabalho, a matriz nos mostra que existem categorias de trabalhadores não mais existentes, como o morador, o agregado e o agricultor escravizado.

A matriz espaço-tempo mostra que Cantagalo não é apenas o lugar onde esses sujeitos sociais atuam mas na medida em que se pode relacionar os elementos da matriz pode-se chegar à percepção da dimensão social do espaço produzido pelos sujeitos a partir de suas práticas, ou seja, perceber o papel da produção do espaço na reprodução daquela sociedade que encontrei trinta e seis anos depois e que continua em seu movimento de reprodução.

O processo de construção do espaço da Fazenda apresentado nesse trabalho, delimitado por períodos inseridos em contextos local, municipal, estadual, nacional e mundial traz um movimento, segundo Santos, representado pela luta entre contrários que se chocam e criam uma nova realidade. Ao longo de todo esse tempo, inúmeros elementos participaram desse processo dialético, formando pares dialéticos que geraram contradições (SANTOS, 2014).

Uma dessas contradições pode ser observada no processo de produção social do espaço da Fazenda pela apropriação privada de parcelas de terra quando finalizar o processo de assentamento. Essa terra ainda não pertence ao INCRA, por impedimentos legais, já descritos, e no momento em que se tornar propriedade do órgão se iniciará o processo de assentamento. Na verdade, correspondem a parcelas do bairro da periferia para onde a cidade se expande, servindo às necessidades da acumulação do capital.

Por outro lado, existem os sítios de lazer e as casas de veraneio, também em regime de posse, que foram adquiridas de antigos posseiros. A situação da terra hoje é resultado de um conjunto de contradições que tem como antecedentes a proprietária da Fazenda que parcelou sua propriedade doando lotes aos trabalhadores com a promessa de legalizar a situação, o que não ocorreu, permitindo uma nova aquisição, por José Maria Rollas, que, como proprietário, usufruiu de seu direito legal de obter a renda da terra através do trabalho de arrendatários e parceiros.

Mais tarde, a terra foi valorizada<sup>49</sup>, por vários motivos, atraindo a chegada de pessoas vindas da cidade, passou por fases de concentração e de fragmentação, teve seu uso relacionado à lavoura, ao pasto e a situação em que se encontra hoje.

---

<sup>49</sup> Informações adquiridas por entrevistas a compradores de lotes e corretores de imóveis.

Esse processo hoje corresponde a um momento em que ocorre uma nova contradição representada por loteamentos rurais que poderão transformar-se, num futuro próximo, em loteamentos urbanos. E, assim, sucessivamente, de modo que a uma determinada situação se sucedem outras.

O processo é a própria história, o movimento, a luta entre contrários que se chocam, criando uma nova realidade com a qual nos deparamos hoje. (LÉFÈBVRE, 1991; SANTOS, 2014). Santos seleciona alguns elementos que participam do processo dialético. Um deles é a dupla interno-externo. O interno é o que está presente num lugar determinado e, portanto, suas variáveis são do lugar, aparecendo como local. Mas as variáveis que formam uma situação acontecem fora do lugar, são mais amplas do que esse mas se incorporam à escala local. Portanto, cada lugar tem variáveis internas e externas que se imbricam e integram. Na matriz espaço-tempo está assinalada a chegada da geladeira e da televisão a Cantagalo, que mudou significativamente o cotidiano de seus moradores, duas variáveis externas que só puderam instalar-se em Cantagalo na década de 1990 pois antes disso não havia condições para tal posto que não havia energia elétrica. Houve o momento de desejo de mais conforto da população de Cantagalo, aliado ao investimento do Estado em energia elétrica para a periferia, ou seja, a combinação da variável interna e externa num lugar específico que oferecia tais condições.

Foi uma beleza! Passei grande parte de minha vida sem saber o que era uma água gelada! (D. Eunice, 2019)

D. Eunice satisfaz seu desejo de beber água gelada e o capital realizou seu fim, a acumulação continuada através do lucro.

Os lugares se diferenciam pela maneira como os fatores internos resistem aos externos. Como mostra a matriz, de 1930 a 1990, a resistência dos posseiros à chegada de fazendeiros a Cantagalo talvez tenha representado os momentos de maior conflito. Esse conflito hoje não se apresenta mais, há outros, que podem parecer ausentes porque silenciosos, como a expansão dos condomínios em áreas muito próximas a Cantagalo, somada à fragilidade da situação jurídica da terra.

Santos também mostra que cada lugar combina variáveis de tempos diferentes e, portanto, num mesmo lugar existem variáveis novas e velhas. Assim, em relação à chegada de fazendeiros, o tipo de organização dos moradores em cada um dos momentos, que variaram de acordo com sua capacidade de organização direcionou reações diferentes que aconteceram nas diversas situações em que o fato aconteceu, como mostra a matriz.

Santos também afirma que o novo nem sempre é aceito pela estrutura hegemônica da sociedade. Na matriz vemos que a organização dos trabalhadores seguindo a orientação das Ligas Camponesas se deu na década de 1950. Essa forma de organização, através da qual os trabalhadores se sentiram mais investidos de poder, mudou as relações que prevaleciam anteriormente e estabeleceu novas relações. A mudança da organização local levou à resistência por parte daqueles que representavam a estrutura hegemônica local, os fazendeiros, gerando conflitos que provocaram a morte e a prisão das lideranças de trabalhadores e a saída de muitos deles da Fazenda Cantagalo.

Outro par dialético apresentado por Santos é composto pelo Estado e o Mercado. O mercado regula o sistema econômico que hoje é globalizado, e, portanto, atende a variáveis externas e a participação do Estado tem sido significativa na orientação do mercado, e até no auxílio ao mesmo, embora seja vista como uma relação dialética. Na Fazenda Cantagalo, o Estado tem participação no sentido dos grandes investimentos em obras e infraestrutura, no estímulo à produção, como aconteceu no pólo de petróleo e gás em Macaé, no assentamento dos posseiros, nas decisões do poder judiciário, dizendo respeito aos processos que permitem a legalização da terra, ou na criação do município de Rio das Ostras. Não diria que o par dialético seja exercitado entre o Estado e o mercado, mas entre o Estado e os sujeitos sociais, atuando de forma distinta na relação com os trabalhadores e com os microempresários. De uma maneira geral, os sujeitos sociais de Cantagalo têm que ajustar suas vidas às políticas do Estado que nem sempre atua no ritmo que seria desejável para atender às suas necessidades básicas, principalmente de produção e moradia da maioria dos sujeitos sociais de Cantagalo.

Os trabalhadores que chegaram à Fazenda em busca “de um pedaço de terra para viver” trouxeram, em suas histórias, fracassos e expulsões de outros locais, vislumbrando em Cantagalo uma nova vida e um futuro melhor. Mesmo na Fazenda, antigos e novos moradores já se encontraram sob ameaça de expropriação, quando não, da perda da terra ou necessidade de abandono da mesma por falta de segurança jurídica ou pressão de terceiros.

Essa situação gerou conflitos, em diversos momentos, mais explícitos quando envolveram o proprietário da Fazenda ou fazendeiros, menos evidentes quando a urbanização foi se expandindo pela via dos hábitos do consumo. A sociedade urbana se apresenta como uma realidade que se generaliza e que diz respeito à sociedade inteira, o que quer dizer que a sociedade inteira torna-se urbana.

O espaço é, cada, cada vez mais, o espaço mundial, a sociedade urbana na sua totalidade. A cidade se apresenta como condição e meio para que se instaurem relações sociais diversas. Apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo. Embora esses moradores tenham grande relevância na produção desse espaço, não têm o comando da lógica de funcionamento do mesmo e, por isso, sua prática, ao longo desses cem anos em movimento, tem se limitado, na maioria das vezes, à adaptação a essa lógica e, portanto, nem sempre tiveram autonomia para produzir. Exemplo disso é a substituição do cultivo da banana na Serra da Careta pelo pasto quando a chegada de fazendeiros forçou a expulsão dos posseiros que ali se beneficiavam da umidade da encosta da serra. A descoberta da possibilidade de uso da terra para a pecuária aproveitando o recurso hídrico deslocou para as mãos dos fazendeiros a iniciativa do novo empreendimento e despejou, nas estradas, um número significativo de trabalhadores. Outro exemplo disso foi a concretização do desmatamento em algumas áreas interferindo no acesso à lenha dos moradores, que, durante muito tempo representou a fonte indispensável de energia para o funcionamento e construção de suas casas, cercas e das casas de farinha, que um dia constituíram uma de suas bases de produção.

Em relação à apropriação do solo, o que conseguimos perceber, a partir da Matriz Espaço-Tempo, é que o século XIX e o início do século XX deixaram

indícios de uma organização que se originou do principal produto da época, o café, que explica a existência do latifúndio. Assim como o Vale de Campan dos Pirineus foi explorado por senhores feudais, a Fazenda Cantagalo foi um latifúndio e, por contradição, foi a repartição das terras feitas pela proprietária Maria Thereza Cabral uma das primeiras ações que explica hoje a extrema fragmentação da terra.

Os acontecimentos que sobrevieram a esses se incorporam a outros contextos que por sua vez estão inseridos no modo de produção capitalista que se estrutura na propriedade da terra que nunca deixou de existir juridicamente. A diferença está entre os que se apropriaram da terra sob o regime de posse e o dono que detinha a propriedade.

Os moradores da Fazenda nunca experimentaram o trabalho da lavoura de forma coletiva embora a reunião dos trabalhadores na Casa de Farinha fosse uma representação dessa produção, apesar de cada um se apropriar e vender o resultado de seu trabalho.

Hoje, a lógica do capital vem buscando terrenos com menores preços, o que significa lugares mais distantes das centralidades urbanas que, geralmente, apresentam problemas de acessibilidade, infraestrutura e serviços, como parece ser o caso da Fazenda Cantagalo.

Na verdade, os interesses do capital sempre predominaram. Segundo Harvey, para Marx, o capital representava algo mutável, dinâmico, cabendo ao futuro da história dizer se seria algo sustentável ou não (HARVEY, 2013). Tentando compreender um pouco mais, a partir do estudo da mercantilização sobre a natureza do capitalismo, vai se constatando que não é eterno o modo de produção capitalista. Mas é certo que se apresenta de modo antagônico à democracia no sentido de que não melhora a vida de todas as pessoas, ao contrário, para que uns se beneficiem, outros precisam ter perdas.

Para esses sujeitos sociais, trabalhadores que vivem na Fazenda, viver é urgente, não dá para esperar decisões de governos e órgãos oficiais. Para mim, é de uma desolação sem tamanho voltar ao início do texto, quando em 1970 minha

preocupação se dirigia aos moradores tradicionais das terras, os posseiros que, naquele momento, estavam sendo deslocados, expropriados e reduzidos à condição de reserva de mão de obra e constatar, quase cinquenta anos depois, que a situação desses sujeitos sociais só se agravou porque o preço da terra é alto e o emprego passou a ser o grande assombro. Mesmo a reforma agrária, que poderia dar segurança jurídica a esses sujeitos sociais, no Brasil é um projeto capitalista que transforma trabalhadores sem terra em pequenos proprietários, mediante o pagamento, a preços baixos, feitos pelos assentados, para obter seus títulos de propriedade. Apesar de existir, também, a modalidade da titulação coletiva pela qual um grupo de pessoas escolhe ser proprietário coletivamente, sem que exista o título de propriedade privada, este não é o caso na Fazenda Cantagalo.

Pela via do Judiciário, a morosidade da tramitação dos processos vem direcionando a visão de que manter a propriedade ociosa, contrariando a lei que exige o cumprimento de sua função social que é produzir, consiste num bom negócio e parece ser uma estratégia de valorização da terra. Por outro lado, aqueles que perdem a terra são os mesmos que, durante todo esse tempo, contribuíram para valorizá-la, além de criar as diversas redes de comunicação e movimento quando imprimem no espaço suas práticas sociais.

As soluções para melhorar a vida das pessoas nesse espaço teriam que ser pensadas pelos que transitam nele. Por isso, a resposta pode vir desses sujeitos, os mais afetados pela lógica do capital e a quem caberia exigir um questionamento dessa lógica. Mas eles precisam pensar diretamente na sobrevivência. Por mais que se movimentem, continuam presos às amarras do *transporte imposto* a que têm que se submeter para sua reprodução social, o que lhes rouba grande parte de seu tempo e de sua energia, e à espera de uma terra da qual não são ainda proprietários. Por enquanto, têm que se submeter à vaga de emprego que lhe sobra pois é urgente a sobrevivência.

O capital, por sua vez, como mostra Harvey, tem obsessão pela aceleração do tempo, permitindo que o ritmo de seu giro se intensifique cada vez mais, contando, ainda com apoio das instituições do Estado. Então, fica muito difícil para esses sujeitos sociais, sem uma organização coletiva, como havia no passado,

através do sindicato, da militância, da organização local, conseguir perceber uma saída para a situação em que se encontram.

Ao mesmo tempo que a urbanização e o setor imobiliário representam uma estratégia que pode ajudar a minorar a crise econômica, gerando empregos, também é a estratégia adotada pelo capital para se reproduzir, o que se apresenta como mais uma contradição. O capital financeiro vem mostrando sua capacidade de se envolver cada vez menos em atividades produtivas, enquanto as alternativas dos sujeitos sociais de Cantagalo para se manter se encontram justamente nesse setor. E sempre existem formas de cooptação dos indivíduos pela fascinante Sociedade do Espetáculo, nas modernidades oferecidas como o Banco 24 Horas, mais recentemente, ou no desejo por adquirir uma moto ou um carro. O capital e os sujeitos sociais de Cantagalo percorrem caminhos diferentes, esses se ajeitando na produção e nos serviços, mas sendo engolidos por aquele, que caminha em outro ritmo. Assim, Cantagalo cria e preserva o *verde*, o capital o destrói para, no instante seguinte, vender a ideia do verde que destruiu.

A lógica do que está acontecendo com o urbano pode levar a consequências trágicas. Ao mesmo tempo em que a cidade se expande em direção a Cantagalo, a terra se valoriza para expulsar seus habitantes. Mas o capital não parece mudar sua estratégia na medida em que é no urbano que busca a solução de seus problemas tendo o espaço como esfera de possibilidades; e como mostra Harvey, se expande exponencialmente, como uma espiral, “espiralando fora do controle” (HARVEY, 2018). O espaço-tempo não pode ser dado como acabado nem é definitivo. Também as inúmeras variáveis que o influenciam estão fora de nosso controle mas ao mesmo tempo pode ser retardada a chegada de uns ou neutralizado o efeito de outras. Mas precisa acontecer. E é o que os sujeitos sociais da Fazenda Cantagalo fazem: plenificam sua existência naquele espaço que constitui seu mundo e sua vida, alimentando-se de esperança.

## 5. Referências bibliográficas

AB' SÁBER, Aziz. **Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo.** Estudos Avançados v. 8 n.2. São Paulo, setembro/dezembro 1994.

AB'SÁBER, Aziz, N. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGLIETTA, Michel. **Concentración y centralización del Capital.** In: Regulación y Crisis del Capitalismo. 3ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 192-197.

AKAISHI, A.G. e MARICATO, E. Cidades inviáveis. **Carta Capital**, no. 1002, p 30-33, Editora Confiança, 9 maio 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 1ª.ed. São Paulo: Boitempo, 2018, 325 p.

BAITZ, Ricardo. O trabalho de campo em geografia urbana: da quantidade à qualidade, ou dos procedimentos formais à implicação e transdução. In: BAITZ, Ricardo; DAMIANI, Amélia Luisa (Orgs.). **Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas.** São Paulo: Editora Tiragem Livre. Vol. 1, 2017.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O capital e suas metamorfoses.** São Paulo: Editora Unesp, 2013, 186 p.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2017, 217 p.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem—ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. **BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo. Exercícios de paisagem.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 11-66, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar.** Trad. Eliane Kuvásney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, maio/ago. 2014 b.

BRANDÃO, C.R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan/jun 2007, p. 11-27.

BRANDÃO, C.R; BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia: v.6, p. 51-62. Jan/dez. 2007

BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana.** GEOUSP: Espaço e Tempo. São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013. Tradução: Daniel Sanfelici; Karen Heberle.

CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda. 5ª. edição, 1979, 284 p.

CARLOS, A.F.A. “Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico.” In: CARLOS, A.F.A, SOUZA, M.L., SPOSITO, M.E.B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018, 234 p.

CARLOS, A.F.C. **A cidade – o homem e a cidade – a cidade e o cidadão**. De quem é o solo urbano? São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, Ana Fani A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A virada espacial**. Mercator, Fortaleza, v.14, n.4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015

CHAUÍ, Marilena. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo**. In: JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO, Murilo (Org.) Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 15-22.

COELHO, M.C.N. **Notas introdutórias à discussão das relações cidade/campo no Estado do Rio de Janeiro**, (mimeografado), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, U.F.R.J. 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v.94, 2016, p.1-11

DAVIDOVICH, Fany. **Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um contexto territorial**. Revista território, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 9, pp. 9-24, 2000.

DAVIDOVICH, Fany. Metrôpole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole.**, São Paulo, n. 06, p. 67-77, 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, H.S.B. Estrutura urbana do Estado do Rio de Janeiro – uma análise no tempo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 43 no. 4, p.455-638, out/dez 1981.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro et al. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013, p.53-74.

FIDELES, J. D.; MENEZES, C. F. A.; GONDIM, C. H. N.; SANTOS, G. D.; REIS, M. R.; CARVALHO, R. S. P. ; FARIAS, V. A. . **Lei nº 8.629/1993 Comentada por Procuradores Federais**. 2ª Edição revisada e atualizada. 2. ed. Brasília: Inera, 2018. v. 1. 368p .

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **Percursos Geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina, PPGG/UFRJ, 2009

GEIGER, Pedro .P. e MESQUITA, Myriam, G.C. **Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)**. Serviço Geográfico do IBGE. Rio de Janeiro, 1956.

GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. In: FORACHI, Maria Mincarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 137-146.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª. ed, 2016, 297 p.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, 223 p.

HARVEY, D. A recusa de Marx da teoria do valor. Trad.: Carine Botelho Previatti. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 257-264, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, 1ª. ed, 235 p.

HARVEY, D. **O Espaço como Palavra-Chave**. Original: Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: Castree, Noel.; Gregory, Derek. (Eds.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, 1ª. ed, 591 p.

HISSA, C.E.V; OLIVEIRA, J.R. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, n. 1-2. V. 24, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – **Infográficos** – Panorama – Rio das Ostras. [cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br) – página consultada em 09 de julho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Departamento de Estatística do Estado do Rio de Janeiro**. 1953.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações Básicas**. 1953.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro – SR(07). Divisão de Obtenção de Terras. **Relatório de análise de mercado de terras na Zona Homôgenea Lagos**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA-RJ. **Plantas de Parcelamento** – PA Fazenda Cantagalo, 2007.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Paz e Terra. 2010. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio.

LÉFÈBVRE, H. A cidade e o urbano. In: LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 79-88 (LEFEBVRE, Henri. La ciudad y lo urbano. In: LEFEBVRE, Henri. Espacio y política: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976, p. 63-71.)

LÉFÈBVRE, H. **A produção do espaço**. Original: La production de l'espace. 1991; 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

LÉFÈBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 178 p.

LÉFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

LÉFÈBVRE, H. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Maria Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 186-212.

LÉFÈBVRE, H. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoria de las representaciones. Mexico DF: Editora Fondo de Cultura Economia, 2006.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. Centauro Editora, São Paulo, 2011 [1991].

LÉFÈBVRE, H. **O Vale de Campan**: estudo de sociologia rural/Henri Léfèbvre; tradução: Ana Cristina Mota Silva, Anselmo Alfredo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, 304 p.

LÉFÈBVRE, H. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire. In: **Le Monde Diplomatique**. Paris, N° 3, février 2004, p. 21- 23. (Texto traduzido por Sandra Lencioni. Quando a cidade se perde na metamorfose planetária).

LENCIONI, S. **Agricultura e Urbanização**. A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar, USP, São Paulo, 1985.

LENCIONI, S. **Concentração e Centralização das atividades urbanas**: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista de Geografia Norte Grande, v. 39, p. 7-20, 2008.

LENCIONI, S. **Metropolização do espaço**: processos e dinâmicas. In: Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano rurais. Rio de Janeiro, 2013.

LENCIONI, S. **Totalidad y tríades:comprendiendo el pensamiento de Léfèbvre.** In: Mattos, Carlos de; Link, Felipe. (Org.). Léfèbvre revisitado:capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad, 1ed. Santiago (Chile):RIL Editores, 2015, p.57-77.

LENCIONI, S. **Totalidades e Tríades:** compreendendo o pensamento de Lefebvre. In: LENCIONI, Sandra. Metr pole, Metropoliza o e Regionaliza o. 1. Ed – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENCIONI, S. **Urbaniza o difusa e a constitui o de megarregi es:** O caso de São Paulo - Rio de Janeiro. In: e-metropolis: Revista Eletr nica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n. 22, ano 6, p. 6-15, 2015.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna, JAHNEL, Teresa Cabral. As representa es e o possível. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno   dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 87-97.

MALIGHETTI, R. **O Quilombo de Frechal.** Identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos. Edi es do Senado Federal , volume 81, Brasilia, 2007.

MARICATO, E e COLOSSO, P. Da Cidade Segregada   Cidade Insurgente [outraspalavras.net/destaques/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente](http://outraspalavras.net/destaques/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente). Acesso em 19 jun 2019.

MARICATO, E.   a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E et.al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifesta es que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013, p.19-26.

MARICATO: Cidades são paraíso da especula o imobiliária. O incêndio e desmoronamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no Centro de São Paulo, escancaram a realidade altamente desigual da metrópole. **Carta Maior, o portal da esquerda,** 2018. Disponível em:< <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Maricato-Cidades-sao-paraiso-da-especulacao-imobiliaria/38/40106> >. Acesso em: 18 de maio de 2019.

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão.** Revista Terra Livre, São Paulo: v.18 n. 19, 2002. P. 95-112

MARTINS, J.S. **A militariza o da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes. 1984

MARTINS, J.S. **A sujei o da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária.** In: Os Camponeses e a Política da Terra no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 1981.

MARTINS, J.S. **Expropria o e violência** – a questão política no campo. São Paulo: Editora HUCITEC. 1980.

MARTINS, J.S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1983, 2<sup>a</sup>.ed.185 p.

MARTINS, J.S. Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal. **Reforma Agrária**. Associação Brasileira de Reforma Agrária, ano IX, Jan/Fev. 1979

MONBEIG, Pierre. **Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.81, 2005.

MONBEIG, Pierre. **Guia para estudo monográfico de uma fazenda**. In: CARVALHO, Delgado. A excursão geográfica – guia do professor. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, publicação no. 1 da série C, 1945.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira** – contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil . Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2014. 320p.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro 2**: as matrizes da renovação. São Paulo: Editora Contexto, 2009, 172p.

NATAL, Caroline Beserra. O mundo rural na vitrine: Paisagem serrana fluminense como objeto do consumo turístico. In: MARAFON, Glaucio J.; RIBEIRO, Miguel A. (Org.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NETTO, J.P.**Introdução ao estudo do método em Marx**. Expressão Popular. São Paulo: 2011.

NUNES, Carla Cristiane. **Campo, cidade, urbano e rural**: Categorias e representações. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juíz de Fora, março de 2009.

OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p, disponibilizado em <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em 21 julho 2019.

PAGANOTO, Faber. **Mobilidade e Trabalho em Macaé/ RJ, a “Capital do Petróleo”**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

PENSANDO DIREITO. **David Harvey: a economia política da urbanização**. Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/>. Acesso em 26 out. 2018.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Preço e Valor na Financeirização da Produção do Espaço**. III SIMEGER Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais. PUC-Rio, 2016.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização**: Cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens lentos, opacidades e rugosidades**. [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9\\_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf) Acesso em 20 junho 2018.

RUA, J. **Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana Fluminense – a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo**. In: I Encontro de Grupos de Pesquisa – Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais, Rio de Janeiro, 2005.

RUA, João. **Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural?** In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbra C. (orgs.) Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina. São Paulo: Max Limonad, 2011.

RUA, João. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades: In: RUA, João (Org.). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

RUA, João. **Desenvolvimentos e sustentabilidades**: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, Márcio P.; COELHO, Maria Célia N.; CORRÊA, Aureanice de M. O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro. Lamparina. 2008.

RUA, João. **No Estado do Rio de Janeiro**: O lugar de um lugar rural em um espaço de metropolização. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. O espaço e a metropolização: Cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RUA, João. **Urbanidades no rural**: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

RUA, João. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Infobook Ltda, 2002. 208 p.

SANTOS, M. **A metamorfose do espaço habitado**- fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo. Editora Hucitec. 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SEABRA, O.C.L. Conteúdos da urbanização: dilemas do método. In: SILVA, J.B., COSTA, M.C.L., DANTAS, E.W.C. **A Cidade e o urbano**. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

SEABRA, O.C.L. **O pensamento de Henri Léfèbvre e a Geografia**. <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/875/769>. Acesso em 21 jul 2019.

SILVA, A.C.M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Léfèbvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. **GEOUSP** (Online), São Paulo, v.19, n.1, p. 025-043, jan/abr.2015.

THOMAZ Jr, A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. **Geografia Passo-a-Passo** – Ensaios críticos dos anos 1990. São Paulo: mimeo.1992.

VAINER, Carlos B. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2013.

VOLOCHKO, Danilo. **A moradia como negócio e valorização do espaço urbano metropolitano**. In: CARLOS, A.F.A.VOLOCHKO, D. ALVAREZ, I.P (org), 1ª. ed, São Paulo: Contexto, 2018, 272 p.

XAVIER, Glauber Lopes Xavier. **As incompreensões de um novo sentido da terra: bases de um tratado de sociologia rural segundo Henri Léfèbvre**. Raízes.2011. Cadernos CERU, 22(1), 133-146. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S1413-45192011000100009>>. Acesso em 3 ago 2018.

## Anexos

Matriz Espaço Tempo - TERRA				
SÉCULO XIX e início do XX	1930-1950	1950-1970	1970-1990	1990-2019
fazenda de café	J.M.Rollas adquire a Fazenda Cantagalo: 1937	Especulação de terras - posse da terra por firmas industriais e comerciais na região	intensificação do processo de valorização da terra: compra e venda de terras como investimento de capital	
crise do café	concentração da terra	venda de terras no local para proprietários citadinos	- concentração da terra: aglutinação de posses e desmembramento de posses	pedido do INCRA do registro da Fazenda Cantagalo em nome do órgão
Proprietária divide as terras entre os moradores	lavoura de milho e arroz	exploração de lenha e carvão	terras para lazer e turismo	ordem de reintegração de posse: 1994
	redução do número de posses	concentração da terra	desapropriação da Fazenda pelo INCRA - aglutinação e desmembramento de posses - 1987	existência de 13 processos com interesses possessórios no imóvel Fazenda Cantagalo
	um único proprietário possuía várias propriedades	tentativa dos fazendeiros em legalizar as terras pagando impostos atrasados	início do processo de assentamento	família de J.M.Rollas em litígio com fazenda vizinha, Fazenda Vale do Sol
	José Maria Rollas também compra as Fazendas Monte Verde e Careta	lavoura de arroz	-classificação pelo INCRA: latifúndio de exploração - 1973	
	firmas industriais e comerciais na região	pastagem	morte de J.M.Rollas	
	especulação de terras	distribuição de lotes de terra pelo administrador da Fazenda	desvalorização da área remanescente compensada na indenização	
			loteamentos rurais como opção de moradia de baixo custo	
			poucas terras destinadas à posse	
			empresas proprietárias de fazendas no local	
			venda de lotes de terra	
			intensa mobilidade das posses	
			área média das terras: 3 alqueires	
			fazendeiros ampliando terras	

Anexo 1 – Matriz Espaço-Tempo – Terra

Matriz Espaço Tempo - SUJEITOS SOCIAIS / RELAÇÕES DE TRABALHO				
SÉCULO XIX e XX	1930-1950	1950-1970	1970-1990	1990-2019
monopólio dos escravizados: 300 famílias	Diminuição da população autônoma - contratos com o proprietário: arrendamento, parceria e dias de trabalho e meiação	Pedro Pinheiro administrador da Fazenda	saída de população para as cidades próximas ou periferia do Rio de Janeiro	INCRA: estimula interessados e ocupantes - indenização de benfeitorias - 1995
Posseiros	malária	- aumento do número de arrendatários	- chegada de fazendeiros	63 famílias acampadas por 20 meses nas terras de antigos posseiros: aguardam pronunciamento Justiça para assentamento
Trabalhadores permanentes	saída de trabalhadores da Fazenda	- grande chegada de trabalhadores: administrador dividiu lotes	fazendeiros vizinhos ocupavam área de assentamento - tentativas de impedir desapropriações	famílias retiradas por força policial vagando pela estrada
Esvaziamento demográfico	chegada de alguns fazendeiros - gado	- chegada de trabalhadores e aventureiros que não dispunham de terras -	250 famílias	posseiros originais abandonam a Fazenda
malária	proprietários absenteístas - administradores	chegada de fazendeiros	ocupantes irregulares ameaçam assentados: cerca de 25 ocupantes	local onde se recrutava trabalhadores transformado em praça pública
	Fazenda vendida para J.M. Rollas em 1937 com moradores	expulsão de trabalhadores da Fazenda	desapropriação por interesse social: 1987	
	aumento do número de arrendatários	- chegada de novos trabalhadores após o Golpe de 1964	população dividida entre serra (Serra da Careta) e baixada	
	pagamento mensal do arrendamento das terras	aumento do número de arrendatários	aglutinação e desmembramento	
	retorno de trabalhadores que haviam deixado a Fazenda		chegada de trabalhadores e meeiros em busca de terras	
	ameaças da polícia impedindo o plantio e construção de casas			
		chegada de fazendeiros	lugarejo onde os fazendeiros contratavam trabalhadores	

<b>Matriz Espaço Tempo- PRODUÇÃO</b>				
<b>SÉCULOS XIX e XX</b>	<b>1930-1950</b>	<b>1950-1970</b>	<b>1970-1990</b>	<b>1990 a 2019</b>
Roças de subsistência e lavoura de café	Ampliação da lavoura : arroz e milho	pouca atividade na lavoura- arroz, mandioca	uso da terra com pecuária, turismo e lazer	pecuária extensiva de corte e gado leiteiro
Diminuição da produção de alimentos-	Plantio de capim: pastagem	- lavoura de arroz substituída pela pastagem	produção vendida em Macaé, por kombis e leite transportado pela cooperativa	- lavoura: milho, aipim, cana, citros, quiabo, manga, coco, feijão, acerola, banana
Lavoura de subsistência	produção de lenha e carvão	- fazendeiros vizinhos compravam lenha	- cultivo de banana e produção de leite	- atividades de lazer - sítios - eventos nos sítios - restaurantes
Ampliação da atividade florestal e madeireira	produção de farinha	- valorização do gado e obtenção de créditos bancários	- lavoura	instalação do Banco 24 horas
Criação de gado nas terras desmatadas		casas de farinha em funcionamento	casas de farinha em funcionamento	comércio na praça e ruas vizinhas
			substituição do cultivo da banana por pasto na Serra da Careta	serviços de refeição com aplicativos
			diminuição da produção de alimentos básicos	haras
			compra de produtos em Macaé	espetáculos nos sítios: parque de diversões e rally

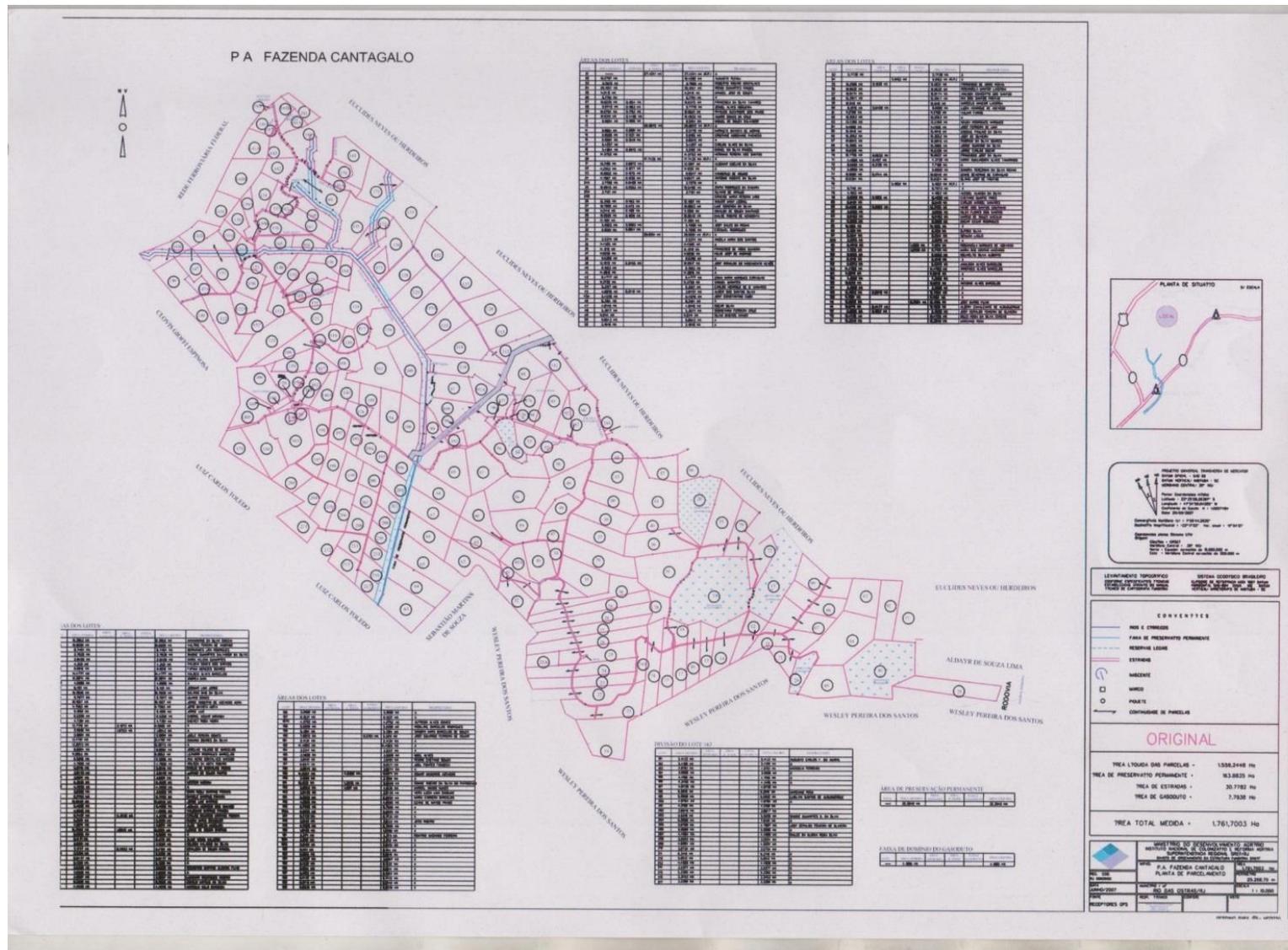
<b>Matriz Espaço Tempo - NATUREZA</b>				
<b>SÉCULO XIX - INÍCIO SÉCULO XX</b>	<b>1930-1950</b>	<b>1950-1970</b>	<b>1970-1990</b>	<b>1990 a 2019</b>
área de mata virgem até o leito do Rio Jundiá	desmatamento para produção de lenha e carvão	- córregos em grande quantidade	- fim das inundações	fazendeiros retém água à montante
serras cobertas pela mata	Desmatamento para pastagem	planícies pantanosas		diminuição da umidade
	capoeira sendo derrubada para lavoura	- terreno inundado, brejo e pântano		retificação do Rio Jundiá
desmatamento para atividade madeireira	- Rio Jundiá: direção SW-NE	desmatamento mas ainda reserva de mata		2019 - incêndio no eucaliptal vizinho à Fazenda
		- capoeira derrubada por motosserras: capim e lenha		- lagos nos sítios de lazer
- área de mata virgem beirando a estrada para Califórnia				mata no pico da S.Careta
				preservação da mata

Anexo 4 - Matriz Espaço-Tempo – Natureza

<b>Matriz Espaço Tempo - INFRAESTRUTURA / ESTADO</b>				
<b>SÉCULOS XIX e XX</b>	<b>1930-1950</b>	<b>1950-1970</b>	<b>1970-1990</b>	<b>1990 - 2019</b>
	construção da rodovia Amaral Peixoto: 1930	1975: inauguração da BR-101	fusão entre Estado da Guanabara e Rio de Janeiro : 1974	criação do município de Rio das Ostras
		criação de regiões-programa	- inauguração da Ponte Rio-Niteroi: 1974	indenização dos ocupantes pelas benfeitorias
		1950: inauguração da BR-102	pavimentação da BR-101: 1970	Justiça autoriza arrombamento em casas de alvenaria
		1959: Plano Agrário	crédito para construção de habitações para assentados	INCRA: ajuste das plantas 1891 e 1947
		1964: golpe empresarial civil e militar	investimentos do governo: Brizola: setor turístico, imobiliário, Macaé: 1982	INCRA: solicitação de perícia na Fazenda: 1997
			suspensão da linha férrea - desativação da Estação Califórnia - 1986	instalação de energia elétrica
			elaboração do PLAN-RIO	2004 - instalação da ZEN de Rio das Ostras
			1980: Macaé se destaca no estado	oleoduto atravessando a Fazenda
			1973: INCRA classifica a propriedade como latifúndio de exploração	serviço de vans da Prefeitura de Rio das Ostras
			aumento do número de famílias cadastradas no INCRA	obras de duplicação da BR-101
			aumento de pagantes de ITR	
			valorização das terras pelas obras de dragagem	

Matriz Espaço Tempo - ORGANIZAÇÃO/RESISTÊNCIA/CONFLITOS				
SÉCULOS XIX e XX	1930-1950	1950-1970	1970-1990	1990 a 2019
	Polícia impede o plantio e a construção de casas	Associação de Lavradores de Casimiro de Abreu	costumes da cidade implantados no campo	grande tensão na área: sem terra, posseiros, grileiros, pistoleiros - 1995
		- Ligas Camponesas na região	ocupantes irregulares ameaçam assentados: destruição de plantações e construções	TRF: retirada de ocupantes desclassificados pelo INCRA
		- organização dos antigos moradores, descendentes de ex-escravizados para obter terras	fazendeiros forçam a expulsão de posseiros da Serra da Canastra	seguranças particulares de grileiros ameaçam famílias - 1995
		- Francisco Julião e José Almeida chegam à Fazenda	posseiros ocupam terras de fazendeiros	imposição de toque de recolher de grupos armados
		Enfrentamento com Exército de Macaé	fazendeiros soltam bois nas plantações de arroz e feijão	investida de fazendeiros para protelar desapropriação e assentamento
		- prisão das lideranças sindicais	assassinatos, roubos	
		- desarticulação da Associação de Lavradores: 1964		
		- reorganização dos trabalhadores: fundação do Sindicato Rural de Casimiro de Abreu: 1969		
		conflitos : posseiros x fazendeiros		
		conflitos moradores X proprietário da Fazenda		

Anexo 6 - Matriz Espaço-Tempo – Organização/Resistência/Conflitos



Anexo 7 – PA Cantagalo – Planta de Parcelamento

1 - DADOS GERAIS:

- 1 - município: ... C. Ahen .....
- 2 - localidade: ... Fca. Cantopolo .....
- 3 - ponto de referência: .....
- 4 - nome: ... Pedro Pinheiro .....
- 5 - local de nascimento: ... na parda ..... 75 anos .....
- 6 - período de migração: ... - .....
- 7 - motivos: ... - .....

11 - TERRA E PROBLEMAS DA REGIÃO:

- 1 - Tem havido procura de terras? ... S .....
- 2 - Que tipo de comprador? ... Jovem deus .....
- 3 - Como ele atua? ... compra direitos dos posseiros .....
- 4 - Quando começaram a aparecer os ~~deus~~ das terras? ... 1983 .....
- 5 - E a partir daí, o que tem acontecido? os posseiros vendem - se iludem ~~com~~ pelo dinheiro - dinheiro está perdendo o valor e o imóvel está valorizando .....
- 6 - Qual o valor da sua terra? ... 10 M/ alg. ....
- 7 - qual o tamanho? ... 8 alg. no cadastro: 5 a .....
- 8 - Tem vontade de vendê-la? ... quer vender há meses, por falta de espaço ao trabalho e máq. de casa de farinha .....
- 9 - O que falta para ter a segurança da terra? ... esse ~~ter~~ .....
- ... que é do preso, it. tem + prote. ....
- 10 - Que soluções se procura dar para tentar resolver o problema? ... sindicato - união .....
- 11 - É filiado ao Sindicato? ... S .....
- 12 - O que acha da atuação do Sindicato? reuniões - 1º dom. mês .....
- 12h - N. Artos - firmeza de terra, se uni no sindicato, con-  
tar com o povo unido - nível públ. p/ bem do trabalhador.  
advogado - ou Superior e Jando ou por o trabalhador -  
Joudeu meda motor Gilson - protetor p/ o caso dele 3 dias

15 - Já recorreu ao crédito? <sup>S</sup> só p/ plantar feijão - o banco  
 e dá e/pts de trás o hore en pu en fuira.

16 - Por que a terra é importante? muito aró eiam n. febr. e  
 n. metr. aqui.....

17 - Qual o maior problema da região? ..condições ..ônibus ..

.....

III - PRODUÇÃO

1 - O que planta? mandioca, milho, feijão, banana, cana, inhame,  
 batata

2 - Há excedente? ..S... banana, cana... outros (se colheite hoc)

3 - Quanto? ..dependendo de rote. de colheite, 10 ou 15 sacos.  
 outros

4 - Para onde é vendido o excedente? macaé - estoque de 10 vol. bueca  
 mercadoné ou homi de 26-9. 3.000 p/vol. p/ entrega.

5 - O que precisa comprar fora? ..

6 - Onde compra? ..macaé.....

7 - Por que não se planta mais como antigamente? ..religios -  
 ..quds ..1 dose em pito, todo mundo fritava - hje  
 o povo ã se usa p/ cause de rel. A Deus ã peço vindicato  
 p/..jardem campo direite de outro p/ plantar capim

IV - FAMÍLIA

1 - Número de pessoas da família: ..1 + 2 filhs = 03.....

2 - Quantos trabalham na lavoura: 01 + 1. comporbeio pgo ..

3 - Nº de filhos: ..2 filhas (canle) - Jovnde - p/..portan de via..jclde  
 1 - Riv - ã trabalhe (filho) 1 macaé - domiltee -  
 1 filioi - capo de homiteiu ..pense em volta.

5 - Os filhos mostram interesse em permanecer na terra? ↗.....

6 - Por que? ..↗.....

7 - O que eles esperam do futuro? ..

Anexo 8 – Exemplo de inquérito aplicado em 1985

## **Anexo 9 – Exemplos de perguntas feitas nas conversas abertas e entrevistas aos moradores da Fazenda Cantagalo**

### **AMBIENTE DA FAZENDA**

- 1 – De que ponto se vê melhor toda a Fazenda?
- 2 – Solo?
- 3 – Chuvas e rios? Córregos? Canais? Mudanças de curso dos rios? Situações difíceis? Barrancos? Inundações?
- 4 – O que há nas várzeas e nos morros da Fazenda?
- 5 – Clima mudou?
- 6 – Como são os dias no verão e no inverno? Ventos?
- 7 – Como foram formados os lagos nos clubes de campo?
- 8 – Há sítios melhores e piores quanto às condições físicas?

### **HISTÓRIA DA FAZENDA**

- 1 – Houve momentos em que a Fazenda deixou de produzir?
- 2 – Quando chegaram os fazendeiros?
- 3 – Agitação? Conflitos pela terra?
- 4 – Descrever a sede da Fazenda, Estação Califórnia, Casas de Farinha, balança de pesagem do gado
- 5 – Há vestígios de casas de colonos?
- 6 – Grandes mudanças que aconteceram na Fazenda?
- 7 – Há festas? Datas comemorativas?

### **COMUNICAÇÕES/INFRAESTRUTURA**

- 1 – Trem? Ônibus? Vans?
- 2 – Esgotos? Fossas? Como foi feito esse serviço?

3 – Eletricidade? Quando chegou?

## **CIDADE**

1 – Localidade? Bairro? Periferia? Cidade?

2 – Há bairros ricos e bairros pobres?

3 – Ligação que Cantagalo tem com Rio das Ostras, Macaé, Carapebus?

## **COTIDIANO DOS MORADORES**

1 – O que fazem?

2 – lazer?

3 – Igreja?

4 – Sonho?

5 – Trabalho? Deslocamento?

6 – Onde se abastecem?

7 – Família permanece na terra?

8 – Convívio dos moradores? Dispersão?

9 – Para os moradores antigos: sua história

## **TERRA**

1 – Significado da terra?

2 – assassinatos por terra? Segurança?

3 – Compra e venda de terras?

## **CLUBES DE CAMPO E RESTAURANTES - Importância deles para Cantagalo**

Jamil

Bromélia

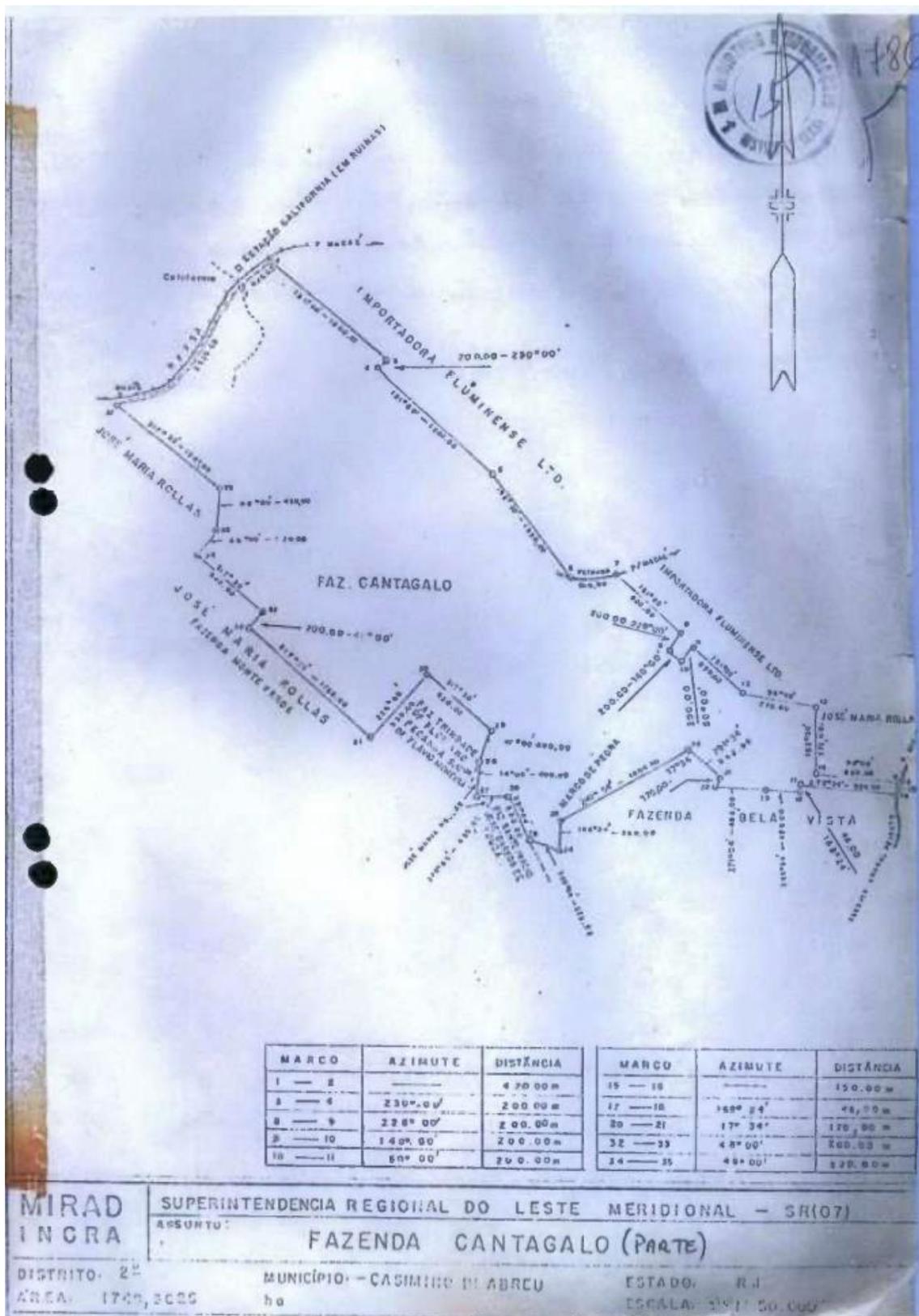
Restaurante Cantagalo

Sabor da Roça

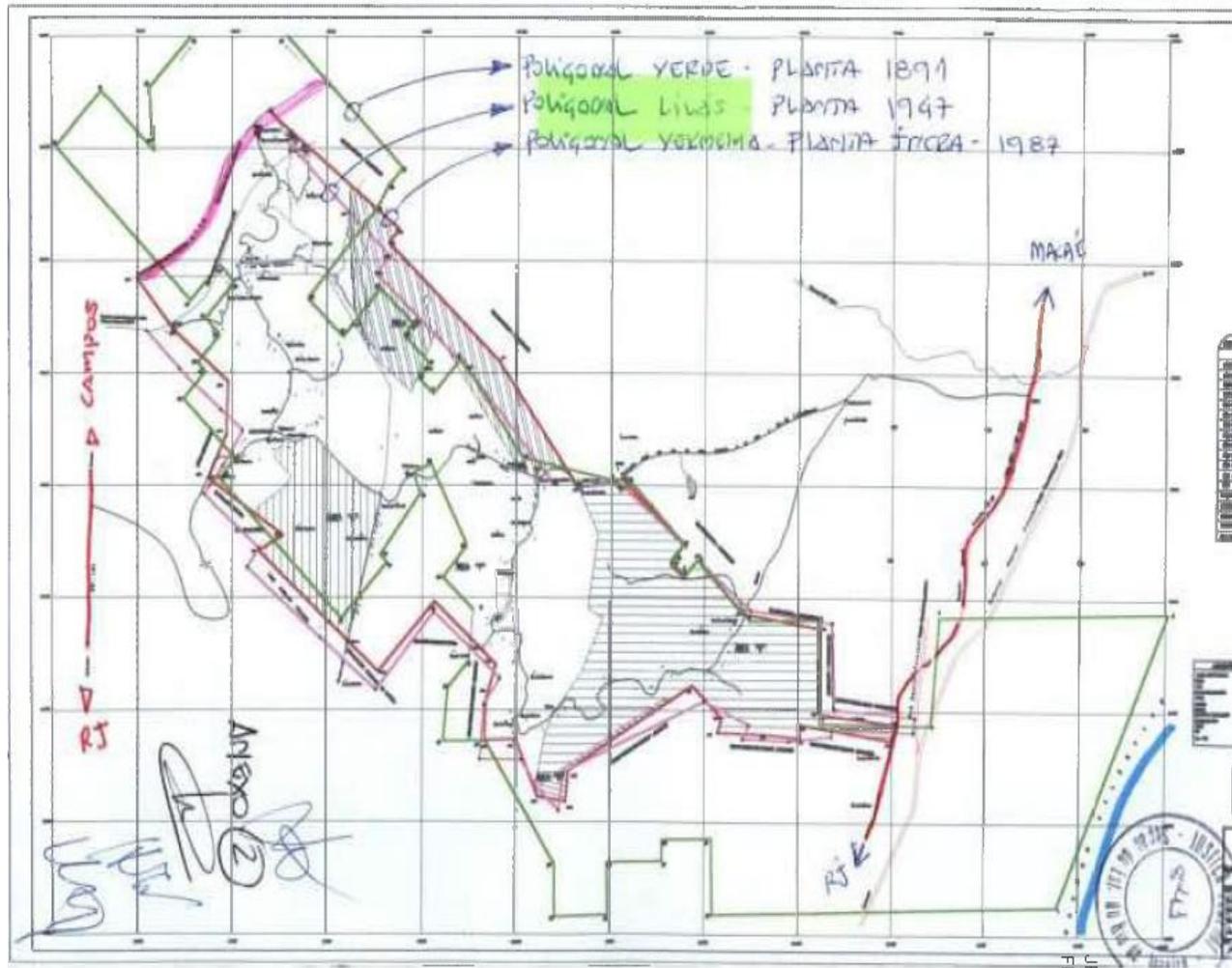
Rancho da Pedra

Sítio do S. Leandro

Paladar156



Anexo 10 – uma das plantas antigas da Fazenda Cantagalo  
 Fonte: Justiça Federal do Rio de Janeiro - Processo n° 0977137-69.1900.4.02.5101



Anexo 11 – Confrontação feita pelo INCRA com as plantas de 1891 e 1947 que originou a planta INCRA – 1987





Anexo 13 – Contorno da Fazenda Cantagalo (parte desapropriada) desenhado sobre a carta topográfica – Folha Macaé  
Fonte: Justiça Federal do Rio de Janeiro - Processo nº 0977137-69.1900.4.02.5101